

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**  
**CAMPUS BAIXADA SANTISTA**  
**INSTITUTO SAÚDE E SOCIEDADE | CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**  
**ORIENTADORA PROFª DRA. PRISCILA FERNANDA GONÇALVES CARDOSO**

MARIANA LUCIO DE OLIVEIRA

**COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL:**  
**A EXPERIÊNCIA DO JORNAL VOZES DA RUA**

SANTOS/ SP

2021.1

MARIANA LUCIO DE OLIVEIRA

**COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL:  
A EXPERIÊNCIA DO JORNAL VOZES DA RUA**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo como pré-requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profª Drª Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso

SANTOS/ SP

2021.1



Ficha catalográfica elaborada por sistema automatizado  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M333c Oliveira, Mariana Lucio de .  
COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO  
JORNAL VOZES DA RUA.. / Mariana Lucio de Oliveira;  
Orientadora Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso;  
Coorientador . -- Santos, 2021.  
136 p. ; 30cm

TCC (Graduação - Serviço Social) -- Instituto Saúde  
e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2021.

1. população em situação de rua. 2. serviço social.  
3. mídias independentes . 4. Jornal Vozes da Rua. 5.  
mobilização política. I. Cardoso, Priscila Fernanda  
Gonçalves , Orient. II. Título.

CDD 361.3

Bibliotecária Daianny Seoni de Oliveira - CRB 8/7469

MARIANA LUCIO DE OLIVEIRA

**COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL:  
A EXPERIÊNCIA DO JORNAL VOZES DA RUA**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo como pré-requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profª Drª Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso

Santos, 08 de março de 2021.



---

Profª Drª Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso  
Orientadora



---

Elisângela Aparecida Costa  
Leitora convidada

SANTOS/ SP  
2021.1

À Jhenyfer Cristina Pereira

\*18/11/1996 † 04/05/2020

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de ter tido mais tempo para elaborar meus agradecimentos, já que sozinha não existiria nem este trabalho, nem o objeto de estudo a que ele se refere: o Jornal Vozes da Rua.

Esse jornal é fruto de um sonho compartilhado e do trabalho de sujeitos diversos que têm em comum o interesse de lutar para que a dignidade humana seja prioridade em nossa organização social. Por isso, agradeço primeiramente a todos que fazem parte, em diferentes medidas, da equipe do JVR, espaço que tem me ensinado tanto e que tem sido um lembrete de esperança nos dias mais difíceis.

Anteriores a este movimento, agradeço a minha mãe, Nice, meu pai, Enoque, e meu irmão, André, pelos últimos 30 anos de amor e apoio, mesmo nos momentos em que não compreendiam com clareza a lógica de minhas decisões. Agradeço também a Gabi, Nina e Lola, que chegaram depois e melhoraram todos nós.

Agradeço à minha querida Maria, que nos últimos cinco anos colocou tantas coisas em movimento dentro de mim. Obrigada por sonharmos juntas e realizarmos juntas. Eu não escolheria nenhuma outra companhia para atravessar a pandemia.

À Elis, Marilda, Elina e ao Maurício, agradeço por darem concretude a todas as palavras bonitas que conheci no Serviço Social, mostrando como é possível, na prática, exercitar o respeito, o profissionalismo, a escuta e a defesa da vida.

Um parágrafo especial exclusivo para minha supervisora Nayara Albino Gonçalves, minha assistente social favorita (e olha que agora conheço várias). Obrigada pelo mix de conhecimento teórico, militância, articulação de rede, amizade e correria. Ter sido supervisionada por você me ajudou a permanecer no curso e construirmos juntas o JVR tem sido um desafio que enche meus dias de sentido e significado.

Minhas amadas Jade dos Reis Colpani, Ana Paula Pires e Júlia Cara Martins, agradeço por crescermos juntas e trocarmos tanto. Cada uma do seu jeito se faz presente neste trabalho e, certamente, reconfigurou coisas em mim que ressoarão por toda minha vida. Além destes destaques, agradeço à turma 08 como um todo e aos companheiros do Div3rso, que alcançaram o mérito admirável de criar e manter um espaço formativo pautado pela cooperação e pelo afeto.

Ao Matheus, à Aline, à Alice, ao Maurício, à Jaqueline e à Tainá, companheiros da LSR que politizaram minha existência, expandindo minha

consciência de classe e me convocando a ter uma leitura, de mim e do mundo, menos anestesiada.

Agradeço à Fatinha, com quem tive o prazer de dividir a casa e a vida, por ter quebrado hierarquias de poder que separam estudantes e professores e por ser estímulo contínuo para que eu somente pesquisasse onde meu coração estivesse. Que felicidade que entre vinhos bons e ruins pudemos nos encontrar nessa vida.

À Priscila Cardoso, orientadora deste trabalho, primeira pessoa a me apresentar o Serviço Social, com quem, entre monitoria, eventos, salas de aula e corredores, venho aprendendo e trocando tanto nesses últimos anos, e que topou a jornada de finalizar essa pesquisa mesmo com o mundo desabando ao nosso redor.

E, finalmente, agradeço a todos os autores e autoras, artistas e demais pessoas citadas ao longo deste trabalho. Foi na escuta dessas vozes que encontrei a minha. Obrigada por compartilharmos a ânsia por plantar e regar vida.

Aguardo ansiosa que o pesadelo pandêmico termine em breve e que todos estejam bem, para poder abraçá-los calorosamente e agradecer melhor pessoalmente.

## **RESUMO**

A presente pesquisa, intitulada “Comunicação e Serviço Social: a experiência do jornal Vozes da rua”, se situa na interface do Serviço Social com a Comunicação e tem como objetivo refletir sobre a criação de uma mídia independente como ferramenta no trabalho profissional do assistente social, sendo composta por três capítulos. O primeiro apresenta o fenômeno da população em situação de rua com suas especificidades no contexto sócio-histórico brasileiro e reflete sobre como o Estado tem (des)assistido os mais pobres. O segundo apresenta o panorama da relação entre comunicação e Serviço Social e aponta a necessidade de nos atentarmos para a dimensão técnico-operativa do trabalho profissional, desbravando uma ferramenta ainda pouco utilizada como é a mídia independente. O terceiro assume um modelo de escrita narrativo e desenvolve a experiência de construção do Jornal Vozes da Rua, uma mídia popular, impressa e digital, feita “com” e “para” a população em situação de rua na baixada santista.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO - Onde começa o viajar de uma viagem?</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1: Vozes da Rua, ouvidos do Estado</b>	<b>14</b>
1.1 O fenômeno população em situação de rua e a caracterização deste segmento populacional	14
1.2 Como o estado lida com os pobres?	33
<b>CAPÍTULO 2: Serviço Social e Comunicação</b>	<b>40</b>
<b>CAPÍTULO 3: Sonhar, plantar, regar, florir</b>	<b>55</b>
3.1 O Estágio Supervisionado e espaço sócio ocupacional	56
3.2 Escuta e Construção coletiva	62
3.3 Mobilização, Participação Política e Rede	68
3.4 O território	74
3.5 Construção, Formação e Articulação	77
3.6 Linguagem e Formato	83
3.7 Lançamento	87
3.8 De lá pra cá	93
<b>CONCLUSÃO - Dar voz? Não. Dar ouvidos.</b>	<b>103</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>109</b>
CARTA DE ANUÊNCIA	109
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA VOLUNTÁRIOS DA PESQUISA “COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL - A EXPERIÊNCIA DO JORNAL VOZES DA RUA”	110
ENTREVISTA 1	113
ENTREVISTA 2	120
Registro Pré-Conferência – População em Situação de Rua	126
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>129</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b>	<b>133</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b>	<b>136</b>
<b>LISTA DE MANCHETES</b>	<b>136</b>

**“O relacionamento entre toda a comunidade deve partir de um único princípio:  
tratar as pessoas como seres humanos, que somos todos.”**

**Roberto Cuesta**



## **INTRODUÇÃO - Onde começa o viajar de uma viagem?**

A História é um emaranhado de pequenas histórias, e tudo fica mais ou menos no meio, nada parece começo ou fim. Achar o início de uma análise de experiência é sempre um desafio, uma vez que quanto mais de perto observamos mais borradas se tornam as fronteiras. Assim, ciente de ser parte de um todo imensurável, escolhemos a dedo um começo, elegemos um marco, cravamos na linha do tempo um alfinete e decretamos o início de nossa pesquisa.

Fazer pesquisa é fazer escolhas, é olhar para as situações com olhos cheios de expectativas, preconceitos, parâmetros e intenções. A ética atravessa o exercício de eleger e priorizar detalhes a serem observados, dentre tantos possíveis, esculpir uma cronologia, muitas vezes forjando linearidade; e revisitar sensações efêmeras, que há muito já se transformaram dentro de nós.

O objeto de estudo desta pesquisa é a experiência de criação do Jornal Vozes da Rua, uma mídia independente impressa e digital feita “com” e “para” a população em situação de rua na Baixada Santista/SP. O desenvolvimento desta investigação se situa na interface do Serviço Social com a Comunicação e levanta a hipótese de que existam neste cruzamento de saberes, significativas contribuições para superar obstáculos materiais e imateriais presentes no cotidiano profissional das assistentes sociais. A proposta, então, se apoia na dimensão investigativa do trabalho profissional, tendo como objetivo refletir sobre a criação de uma mídia independente como ferramenta no trabalho profissional do assistente social.

Sendo eu uma de suas fundadoras, nunca omiti minha proximidade com o projeto e com todas as pessoas a ele vinculadas. Isso, por um lado facilita meu acesso e me legitima como organizadora desta pesquisa, e por outro exigiu o cuidado de evitar uma avaliação cegamente elogiosa, proporcionando o que acredito ter sido um amadurecimento profissional necessário para apresentar as falhas e fragilidades de um processo que me é tão caro. Diante deste risco, para salvaguardar a cientificidade me firmei na escuta de outros sujeitos por meio de entrevistas, no cruzamento de vozes que interseccionam pontos-de-vista, e desenham uma realidade de análise um pouco menos autocentrada. Assim, parte de minha metodologia, materializada no terceiro capítulo, consistiu em realizar entrevistas com duas pessoas maiores de 18 anos, integrantes da equipe do Jornal Vozes da Rua, com o recorte intencional de convidar uma assistente social e um usuário da rede de serviços socioassistenciais, sendo as entrevistas realizadas em

espaços públicos e com os devidos cuidados de espaçamento físico e uso de máscaras, segundo as orientações de biosegurança para o período pandêmico.

Antes disso, revisitaremos no primeiro capítulo a concepção do fenômeno da população em situação de rua, suas especificidades brasileiras, e particularidades na caracterização deste segmento populacional na contemporaneidade, onde farei algumas reflexões sobre como o Estado e a sociedade têm enxergado este público e respondido suas demandas, não perdendo de vista o que tais particularidades acrescentam à atuação profissional da assistente social.

No capítulo seguinte, transito pelo panorama da relação Comunicação e Serviço Social, recuperando a concepção de comunicação como um direito humano, e apresentando as mídias independentes como ferramentas de disputa por hegemonia e portanto, instrumentos potencialmente valiosos para a profissional do Serviço Social.

Ainda na intenção de apresentar os caminhos que os pés dessa pesquisa trilharam, compartilho com você leitor a urgência que senti e sinto de escrever em primeira pessoa, pela mesma pulsação que me engaja nas metodologias de pesquisa participante e que coloca meus diários de campo como apoio durante toda a escrita. Esse é um processo duplo de demarcação de lugar de fala e reivindicação de uma ciência não neutra, feita por sujeitos históricos observadores mas também atores nos espaços que ocupam, que são o que são e que pesquisam com seus olhos e ouvidos, corpos, referências, desejos e condições.

Nesse sentido, me sinto convocada pela reflexão de Maria Aparecida Silva Bento a me perceber de forma racializada dentro de minha branquitude e condição socioeconômica de classe média, admitindo, de partida, as distâncias materiais e simbólicas entre mim e a situação de rua, para somente assim poder pensar aproximações factíveis e não romantizadas.

Tendo cursado duas graduações, nas áreas do Design Gráfico e do Serviço Social, que historicamente pouco dialogam, darei especial atenção à interdisciplinaridade, não só afirmando a necessidade de potencializarmos nossa ação profissional mediante interlocuções plurais, mas também no desenvolvimento da própria monografia, experimentando uma modalidade de escrita que se esquia do academicismo e mescla referências textuais com imagens e manchetes jornalísticas, e assumindo finalmente no terceiro capítulo a narração em 1ª pessoa com amplo apoio imagético.

Esta investigação nasce de uma vivência em campo de estágio supervisionado sugerindo minha afeição pelas experiências universitárias extra muros. Construí tal afeição já no início da graduação sendo representante docente no COEC - Conselho de Extensão e Cultura da UNIFESP na época da discussão, hoje superada, de curricularização da extensão. Uma discussão que pautava a práxis e a relação com o território e a comunidade como elementos fundamentais para qualificar a formação profissional.

Depois, como bolsista de iniciação à gestão na rádio universitária, extensionista no grupo de estudos pesquisa e extensão “Div3rso: Saúde Mental, Redução de Danos e Direitos Humanos”, estagiária no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS Centro) de Santos e, sobretudo, no estágio supervisionado no Serviço Especializado em Abordagem Social da População em Situação de Rua de Santos, essa minha afeição se consolida. Ao longo dos últimos anos, esse desejo de que o conhecimento produzido na universidade chegue às ruas se humaniza pela compreensão de que o caminho inverso também é verdadeiro, que o conhecimento produzido pela população dinamiza e revigora nosso projeto profissional e contribui para o desencastelamento e decolonização da universidade.

Sobre o projeto profissional do Serviço Social brasileiro, mais adiante darei especial atenção a dimensão técnico-operativa, entendendo que talvez exista uma renúncia silenciosa desse aspecto na construção histórica da profissão e que nos dedicarmos ao fortalecimento desta dimensão, apresentando o percurso da materialização de um instrumento pouco utilizado, é de certa forma abrir caminhos para oxigenar as dimensões ético-política e teórico-metodológica.

Aqui, me adianto em dizer que houve uma inversão entre os objetivos originais desta pesquisa e seu resultado final. O foco proposto na dimensão técnico operativa e na demonstração de uma mídia como possibilidade instrumental ao trabalho profissional da assistente social fica um tanto secundarizado, quando o desejo de registrar a história do JVR ultrapassa os contornos do serviço social, e ganha vida própria. A experiência do jornal Vozes da Rua e meu empenho na reconstrução de sua narrativa ocupou a cena, e acredito que apesar do deslocamento de protagonismo, ainda assim, forneça vastos elementos para pensarmos a profissão, suas dimensões e suas contradições.

Ao pesquisar a criação de uma mídia feita “com” e “para” a população em situação de rua, iremos nos deparar com a possibilidade de reabrir a disputa pela imagem social deste segmento populacional e, consequentemente, a disputa

narrativa da própria História. Neste movimento, alguns elementos ganharão espaço, como a co-responsabilidade no manejo descentralizado de grupos, a valorização das experiências de todos os sujeitos, a legitimação de todos os saberes e a democratização da informação, aparecendo como caminhos urgentemente possíveis e alinhados às diretrizes ético-políticas do Serviço Social.

Encontrei na chamada pesquisa-ação, na ótica de Michel Thiollent, um modelo aberto e dialético de investigação que se organiza em torno dos sujeitos de um determinado grupo, sendo a intencionalidade deste grupo baseada em uma ação disparadora.

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação [...] e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2011, p.20)

A ação disparadora é a própria criação do Jornal Vozes da Rua, e espero que narrando essa história e explicitando seus limites e possibilidades, possa compartilhar e provocar algumas, das infinitas, reflexões, que esse movimento tem gerado em mim.

**Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a cansaça da existência humana. E se os cientistas, intimidados pela prepotência dos poderosos, acham que basta amontoar saber, por amor do saber, a ciência pode ser transformada em aleijão, e as suas novas máquinas serão novas aflições, nada mais.**

**Bertolt Brecht**

**Pesquisadora:**

— Defina o Jornal Vozes da Rua em uma palavra.

**Entrevistada 1:**

— Nossa, difícil. Eu acho que é esperança, né?!



## CAPÍTULO 1: Vozes da Rua, ouvidos do Estado

### 1.1 O fenômeno população em situação de rua e a caracterização deste segmento populacional

#### CIDADANIA

---

#### IMPUNIDADE

## 15 anos após massacre, moradores de rua seguem sem amparo do poder público

Manchete 01 (2019)

A manchete publicada em agosto de 2019 se refere ao episódio popularmente conhecido como “O Massacre da Sé”, uma chacina realizada entre 19 e 22 de agosto de 2004, na qual sete pessoas em situação de rua foram assassinadas com golpes na cabeça enquanto dormiam, além de outras oito que ficaram feridas.

Na manhã do dia seguinte o acontecimento estava presente e relatado na capa dos principais jornais do país, *A Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* [...] ambas apontaram para os exames de corpo de delito e de óbito que revelaram que as pancadas foram “tecnicamente perfeitas”, não possibilitando nenhuma defesa, sendo que a maioria das vítimas recebeu um único golpe. A suposição era de que a arma utilizada fosse um porrete de forma cilíndrica, de ponta arredondada e não metálica para não causar perfuração. Objeto aparentemente muito próximo a “tonfa”, utilizada diariamente por policiais militares e guardas-civis metropolitanos. (DE LUCCA, 2016, p.26)

Tais afirmações feitas após o primeiro dia de ataque causaram desconcerto em entidades e instituições que passaram, então, a pressionar os órgãos estatais para esclarecimentos. Três dias depois, com um novo ataque cheio de semelhanças, o acontecimento ganhou espaço nos principais periódicos do mundo — *The New York Times*, *Le Monde*, *Clarín* e *El País* — impondo que todos os atores desse fato histórico se posicionassem.

Nesse período de grande movimentação, a dialética da história se expressa de maneira radical. Da mesma violência geradora de dor, luto, impunidade e escancaramento do desamparo do poder público, nasceu a mobilização necessária para consolidar uma luta de décadas e oficialmente fundar o Movimento Nacional de

População de Rua (MNPR), que passa a demarcar no dia 19 de agosto o Dia Nacional de Memória e Luta da População em Situação de Rua.

Neste sentido, o Movimento Nacional da População de Rua surgiu para enfrentar os riscos na rua. E mais, para repudiar o preconceito, a discriminação, as violações dos direitos humanos. Surgiu para reivindicar políticas públicas que atendam às necessidades e à dignidade humana. (MNPR, 2010, p.28) MNPR Cartilha Direitos Conhecer para lutar

Esse marco histórico é apenas uma ilustração de como entre barbárie e mobilização vem se dando, ao longo das últimas décadas, o desenvolvimento da identidade — não estática — de um segmento populacional, que passa a ganhar contornos jurídicos com o decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, na qual estes sujeitos são definidos como:

grupo heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Essa população se caracteriza, ainda, pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória. (BRASIL, 2009)

Uma qualidade dessa definição é a indicação acertada de que a situação de rua não seja exclusivamente sobre o lugar de moradia e sustento, mas sobre trajetórias de vida com uma intersecção de rompimentos, materiais e simbólicos, que desembocam nesse lugar. Ao retomar ao meu diário de campo:

[...] com o objetivo de “sentir na pele o que é ser PopRua”, hoje foi sugerido por um dos integrantes do jornal que nos colocássemos em situação de rua por alguns dias, para “adquirir material real”. Respondi que não acho que a situação de rua seja algo que dê pra simular, sinto que mesmo que eu passasse 10 dias na rua eu não estaria em situação de rua. Saber que tenho pra onde voltar, que tenho uma rede de apoio muda tudo”. (OLIVEIRA, 2019/20)

Definições legais são, por natureza, insuficientes. Ainda assim, elas representam um importante ponto de partida, inclusive para deixar ao pesquisador o desafio posto de observar quais concepções analíticas as sustentam e preencher suas incompletudes. No caso da definição apresentada acima, demarco duas características ausentes: o caráter migratório<sup>1</sup> e uma relação não-binária<sup>2</sup> com o tempo. A falta de compreensão da característica de flutuação territorial, pelo que pude observar, tende a criar um descompasso na execução de políticas quase sempre pautadas na municipalidade, ou seja, na fixação.

<sup>1</sup> Explorado por Brognoli (1996) e Magni (2006)

<sup>2</sup> Esse termo é mais usado nos estudos sobre gênero; uso-o aqui para demarcar algo que abarca diferentes identidades dentro de si.

A negação do direito de ir e vir decorre da centralidade ocupada pela propriedade privada em nossa organização social — que se choca com qualquer possibilidade de vida em trânsito — e por uma tendência de controle dos corpos. Da mesma maneira, a relação com o tempo — dia/noite, horas, meses, anos — é estabelecida nas ruas das maneiras mais diversas e pouco encontra acolhimento em políticas fundamentadas na lógica do “horário comercial” e de um suposto etapismo para superação da situação de rua, o que Gardella (2016) relaciona com o conceito de cronopolítica, algo como o estabelecimento do controle do poder através do controle do tempo, e por meio das incoerências entre temporalizações institucionais e individuais.

O fato de saber quem define o ritmo, a duração, o tempo, a ordem de sucessão e a sincronização dos eventos e das atividades é a arena onde acontecem os conflitos de interesses e a luta pelo poder. A cronopolítica é, então, um componente central de qualquer forma de soberania. (ROSA apud GARDELLA, 2016, p.145)

O tempo também se manifesta de forma particular no que diz respeito ao envelhecimento da população em situação de rua. Com as crianças, nota-se uma adultização que nega a categoria infância e gera aberrações como a sexualização precoce e a criminalização de crianças em estado de exploração de trabalho infantil. Com os adultos, percebemos que muitos, antes de atingir a idade mínima<sup>3</sup> para ser considerado idoso, já apresentam demandas mais complexas de proteção e tratamento prioritário, criando uma espécie de “limbo de atendimento”. Essa observação é verificada pela gerontologia social quando ela confirma o envelhecimento como um fenômeno biopsicossocial, dinâmico e dialético.

De modo geral, é absolutamente diferente envelhecer no campo ou na cidade; numa família rica ou numa família pobre; ser homem ou mulher; ter tido um emprego e se aposentar ou ter vivido apenas em atividades do lar ou informais e viver de forma diferente. Como para a população em geral, as categorias mais estruturantes da forma de envelhecer são a classe social, o gênero, a atividade social (emprego, trabalho) e a sociabilidade familiar, comunitária ou até religiosa.<sup>4</sup> (Minayo, 2006, p. 48-49)

A não consideração desse nomadismo espaço-temporal e do envelhecimento precoce acaba institucionalizando a descontinuidade do atendimento a esse segmento da população e criando subgrupos ainda mais desassistidos.

Outro destaque importante apontado na definição presente na política vigente é a heterogeneidade, uma adjetivação preciosa, já que cada pessoa em situação de

<sup>3</sup> Recentemente alterada para 65 anos pelo Projeto de Lei 5383/19.

<sup>4</sup> Concorro com a autora, no entanto destaco a ausência do marcador social de raça/etnia também como definidor das diferentes formas de envelhecer.



rua tem sua própria “caminhada” e constrói uma relação única com a situação de rua. Isso torna crucial que qualquer ação direcionada a este público evite generalizações simplistas e faça o exercício permanente da escuta e observação atenta de como cada sujeito vivencia singularmente esse fenômeno.

Muitas vezes a gente se pergunta: como essa pessoa está viva? Isso ocorre porque tem os fios invisíveis que amarram essa pessoa viva, o que chamamos de ancoragens. Temos de escutar esses fios, que são o nosso radar, com o que vamos falar. Pode ser ou não da família, mas é fundamental que a gente entenda essas ancoragens para poder apostar na vida, não na morte. Esse conceito pode ser compreendido pelas equipes que trabalham e pelas políticas públicas. Podemos trabalhar, tanto na psicanálise quanto na política social, fazendo a ponte com aquilo que denominamos escuta territorial. (BROIDE, 2020)



Figura 01

Tão fundamental quanto fugirmos da generalização, é estarmos atentos para que a valorização da singularidade não coloque a vivência de rua como resultado de um processo individual, culpabilizando, assim, as pessoas e perdendo de vista que “homens e mulheres são levados a essa situação por condições impostas pela sociedade de classes organizada para defender a mercadoria e o mercado, e não a pessoa e a vida.” (SILVA, 2012)

O campo da ontologia apresentado por Heller (2004), anuncia os conceitos de singularidade, particularidade e genericidade humana, que auxiliam a pensar esse processo dialético de olhar, ao mesmo tempo, o sujeito em si, o sujeito em seu grupo e o sujeito em sua humanidade. Resumidamente, o primeiro coloca luz sobre a relação específica construída entre cada indivíduo e sua trajetória; o segundo amplia

para a consideração de marcas que carregamos por pertencimento a determinados grupos sociais; e o terceiro nos convoca à percepção do potencial do sujeito como “ser humano-genérico”, que possui algo em comum com todos os outros sujeitos, manifesto na essência humana.

Nessa perspectiva, olho então para o sujeito em situação de rua com o reconhecimento da humanidade que nos iguala, das particularidades que nos dividem e das singularidades que nos diferenciam. Assim, só será possível apreender criticamente a experiência de um sujeito se mantivermos em mente a complexidade de sua inserção macrosocial e vice-versa.

Uma evidência da situação de rua como um fenômeno social amplo e não um conjunto de trajetórias “fracassadas” é o perfil demográfico desenhado pelas pesquisas censitárias<sup>5</sup>, o qual irei desenvolver nas próximas páginas. Não por acaso, esse perfil coincide com o dos corpos historicamente oprimidos, explorados, abusados, encarcerados e assassinados.

Do ponto de vista da raça/cor, majoritariamente pardos e pretos — 69,3% no censo 2019 da capital paulista — retratam na pele a continuidade de um projeto de dominação econômica, política e social letalmente embranquecido. Aqui, é de extrema importância que essa colocação não seja feita de forma invertida, lendo a pele preta como uma característica das pessoas em situação de rua, mas sim o racismo como fator de opressão e expulsão que impele à situação de rua, especialmente no Brasil. O Estado brasileiro, após uma escravização prolongada, implementa políticas de embranquecimento pelo estímulo à imigração europeia, relega o povo preto à própria sorte, e se metamorfoseia em um neoliberalismo tardio regulado cotidianamente por violência seletiva de Estado.

♪ No dia 14 de maio, eu saí por aí  
 Não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir  
 Levando a senzala na alma, eu subi a favela  
 Pensando em um dia descer, mas eu nunca desci  
 Zanzei zonzinho em todas as zonas da grande agonia  
 Um dia com fome, no outro sem o que comer  
 Sem nome, sem identidade, sem fotografia  
 O mundo me olhava, mas ninguém queria me ver.  
 14 de Maio - Lazzo Matumbi (2018)

Autores como Mbembe e Silvio Almeida têm nos auxiliado a pensar a experiência colonial como gênese da relação morte e política; ou morte e Estado.

O colonialismo [...] dá ao mundo um novo modelo de administração, que não se ampara no equilíbrio entre a vida e a morte, entre o “fazer viver e o

<sup>5</sup> As pesquisas censitárias pesquisadas foram: Santos SP 2013, São Paulo SP 2019, Santos SP 2019.

deixar morrer"; o colonialismo não mais tem como base a decisão sobre a vida e a morte, mas tão somente o exercício da morte, sobre as formas de ceifar a vida ou de colocá-la em permanente contato com a morte. Não se trata somente do biopoder e nem da biopolítica quando se fala de experiência do colonialismo e do apartheid, mas daquilo que Achille Mbembe chama de necropoder e necropolítica, em que guerra, política, homicídio e suicídio tornam-se indistinguíveis. (ALMEIDA, 2018, p.90)

Tanto Mbembe, quanto Silvio Almeida ao citá-lo, colocam a racialização como elemento central para inscrever nos territórios um novo conjunto de relações sociais e espaciais durante a ocupação colonial, ou seja, a colonização só acontece se o colonizador atribuir a ideia de "inimigo" a um grupo e, em nome do perigo iminente representado pelo "inimigo" suspender a norma jurídica e justificar qualquer atitude como resposta à "ameaça" — por ele mesmo criada.

A justificação da morte em nome dos riscos à economia e à segurança torna-se o fundamento ético dessa realidade. Diante disso, a lógica da colônia materializa-se na gestão praticada pelos Estados contemporâneos, especialmente nos países da periferia do capitalismo, em que as antigas práticas coloniais deixaram resquícios. (ALMEIDA, 2018, p. 96)

Assim, o massacre colonial brasileiro não termina no séc XIX com o fim do período colonial. A necropolítica enraizada em nosso DNA faz com que os mecanismos de destruição de vidas negras se aperfeiçoem junto das tecnologias sociais, naturalizando a violência e fazendo com que "o estado de exceção torne-se a forma de política vigente." (ALMEIDA, 2018, p 95)

[...] pessoas que vivem "normalmente" sob a mira de um fuzil, que têm a casa invadida durante a noite, que tem que pular corpos para se locomover, que convivem com o desaparecimento inexplicável de amigos e/ou parentes é compatível com diversos lugares do mundo e atestam a universalização da necropolítica e do racismo de Estado, inclusive no Brasil. (ALMEIDA, 2018, p.96)

Nessa lógica social, o perfil da população em situação de rua tem se aproximado cada vez mais do perfil da população carcerária, ambos delineados pelo racismo estrutural. Segundo Jorge Broide, "A população penitenciária cresceu exponencialmente. As pessoas saem da prisão, não têm pra onde ir e vão pra rua" (2019). Na pesquisa de Broide, realizada na capital paulista, "Entre 2010 e 2015, o percentual de egressos do sistema carcerário entre os moradores de rua da área central da cidade subiu de 27% para 40%; na faixa etária dos 31 a 40 anos, os que passaram pela prisão já são maioria: 55%.". Essa desova nas ruas de um sistema penitenciário falido configura mais um componente da política de morte.

Quando o sujeito recebe a condenação, além do tempo de prisão, recebe também, como pena, uma multa, que se desdobra em duas. Uma fiscal e outra penal, que ficam em aberto ao longo do cumprimento da pena. Quando ele sai, muitas vezes nem sabe que tem a multa, mas geralmente

ela está em um valor alto e o egresso não tem como pagá-la. A não quitação da multa fiscal não impede o seguimento de sua vida. O sujeito fica com uma dívida na Fazenda Pública. O mesmo não ocorre com a multa penal. Para que o egresso do Sistema Penitenciário tenha cumprido integralmente a pena, ela deve ser paga. Assim, o egresso da prisão pode obter seu R.G, mas não o seu título de eleitor, e com isso, não pode obter a sua carteira de trabalho. Dessa forma, ele é inexoravelmente empurrado para a clandestinidade. (BROIDE, 2019, p.14)

Um dado alarmante do Censo de 2013 na cidade de Santos é o de que a prevalência de raça/cor muda dentro dos abrigamentos: mais pretos e pardos vivem na rua, mais brancos são acolhidos; o que desmascara o racismo institucional por meio do qual mesmo nos grupos mais vulnerabilizados a raça/cor se mantém sendo critério de seletividade de acesso<sup>6</sup>

### Qual é a sua cor? (Situação de Rua)

COR	QUANTOS?	%
Branca	163	27,6
Parda	241	40,8
Preta	168	28,4
Amarela	1	0,2
Não respondeu	18	3,0
Total	591	100%

### Qual é a sua cor? (em acolhimento)

COR	QUANTOS?	%
Branca	91	44,2
Parda	68	33,0
Preta	45	21,8
Amarela	1	0,5
Não respondeu	1	0,5
Total	206	100%

Censo Pop Rua 2013 em Santos realizado pela FIPE

Tabela 01



<sup>6</sup> Acredito que valha uma pausa para refletirmos como essa desproporcionalidade não é exclusiva dos espaços de abrigamento, mas está presente em todos os espaços de poder, sendo o próprio Jornal Vozes da Rua um espaço hoje de maioria branca.

Figura 02

Quando se trata dos recortes de gênero, percebemos o efeito cruel da ideia hegemônica de masculinidade, já que encontramos em grande número de homens na rua “homens que deixam de ser “provedores”, isto é, homens que em seu universo familiar [...] perdem a “honra” quando não conseguem mais ter trabalho.” (ADORNO, 2016, p.208).

Para as mulheres cisgênero, parece seguir relegado o espaço do privado, cativas ao âmbito doméstico, chegando às ruas em menor número (mais pretas e pardas do que brancas), mas sendo duplamente violentadas quando acontece, perpassando violências físicas, psicológicas, morais, sexuais e patrimoniais.

As mulheres em situação de rua têm sido colocadas pela sociedade no lugar mais violento da misoginia, onde o direito à maternidade é negado, inclusive alimentando um mercado facilitado e célere de adoção de bebês. As especificidades de saúde, como cuidados relativos à menstruação e ao sistema reprodutivo de mulheres cisgênero — e homens transgênero — são negligenciadas, o estupro e a prostituição compulsória são frequentemente naturalizados, o uso de drogas é duplamente condenado<sup>7</sup> e, muitas vezes, o caminho de proteção contra a violência generalizada é a submissão a um único violador. Quando se trata de pessoas transgênero, a violência é ainda maior, sendo um grupo historicamente violentado e empurrado para a situação de rua, tendo em vista o dado de que “13 anos de idade seja a média em que Travestis e Mulheres Transexuais são expulsas de casa pelos pais” (ANTRA, 2019, p.32).

## Pelo 12º ano consecutivo, Brasil é país que mais mata transexuais no mundo

Rejeição familiar, marginalização econômica e impunidade explicam a alta contínua dos números; inclusão no mercado de trabalho poderia reverter cenário

Manchete 02 (2020)

<sup>7</sup> Exemplo disso tem sido o debate puxado pelo COMAD - Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, em Santos, em torno da lei municipal 3.652/19, que obriga os profissionais da saúde a notificar compulsoriamente mulheres grávidas que tenham suspeita de uso de drogas. Apesar das justificativas apontarem a necessidade de notificá-las para especializar o atendimento, o que observamos é um afastamento dos serviços por parte de mulheres usuárias que temem ter seus filhos retirados, além de colocar os trabalhadores da saúde num papel polícialesco de vigia que dificulta a vinculação.





Figura 03 (“Eis meu corpo, eis meu sangue”)

Mesmo com a existência de resolução legal, que dispõe sobre o respeito à autodeclaração e promoção de atendimento qualificado no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para população LGBT<sup>8</sup>, é muito comum que os trabalhadores da rede violem ou neguem as identidades de gênero autodeclaradas, uma vez que a LGBTfobia<sup>9</sup> é uma violência a ser combatida não só no campo legal, mas também no campo da cultura, dentro de uma sociedade pautada em valores heterocisnormativos.

Com muita dificuldade de manter as medicações de uso contínuo, iniciamos um diálogo sobre a possibilidade de abrigo durante o tratamento, e com o consentimento dela agendamos uma reunião no Albergue noturno, atualmente única casa de passagem que recebe mulheres em Santos. Lá nos deparamos com a dificuldade da compreensão de J. como mulher e da condicionalidade de que, sem o documento retificado, ela só seria recebida na ala masculina. Mesmo apresentando os documentos do SUAS, a assistente social foi clara em dizer que eles tinham um grupo de advogados que respaldariam a negação da vaga na ala feminina, caso necessário. (OLIVEIRA, 2019, s/n)

As pesquisas censitárias já citadas apontam os conflitos familiares em geral, não só a transfobia, como maior motivador da situação de rua, desvelando uma ideologia fundada no ideal burguês de família que pactua com essas violações. Nesse sentido, não é de hoje que tais violações protegem a continuidade da

<sup>8</sup> Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros, sigla definida no fim dos anos 1980.

<sup>9</sup> Preconceito contra pessoas LGBT.

estrutura sistêmica capitalista em detrimento da vida de uma determinada parcela da população que, por sua vez, não se adequa ao modelo tradicional.

A maneira como a sociedade tem encarado a população em situação de rua é pautada pelo olhar corretivo e pelo desejo, imposto ao outro, de construir uma “saída da rua”. Essa prática frequentemente frisa o “retorno à família” como o caminho de “salvação”, ainda que, na verdade, isso atue muitas vezes como reforço de uma memória violenta.

Penso que essa fixação pelo retorno à família é também uma forma de deslegitimar os agrupamentos de rua como agrupamentos familiares. Vi que o dicionário Houaiss mudou a definição de família depois da campanha #TodasAsFamílias para “núcleo social de pessoas unidas por laços afetivos, que geralmente compartilham o mesmo espaço e mantêm entre si uma relação solidária”. Se compreendermos “família” dessa forma, a rua está cheia delas. (OLIVEIRA, 2020, s/n)

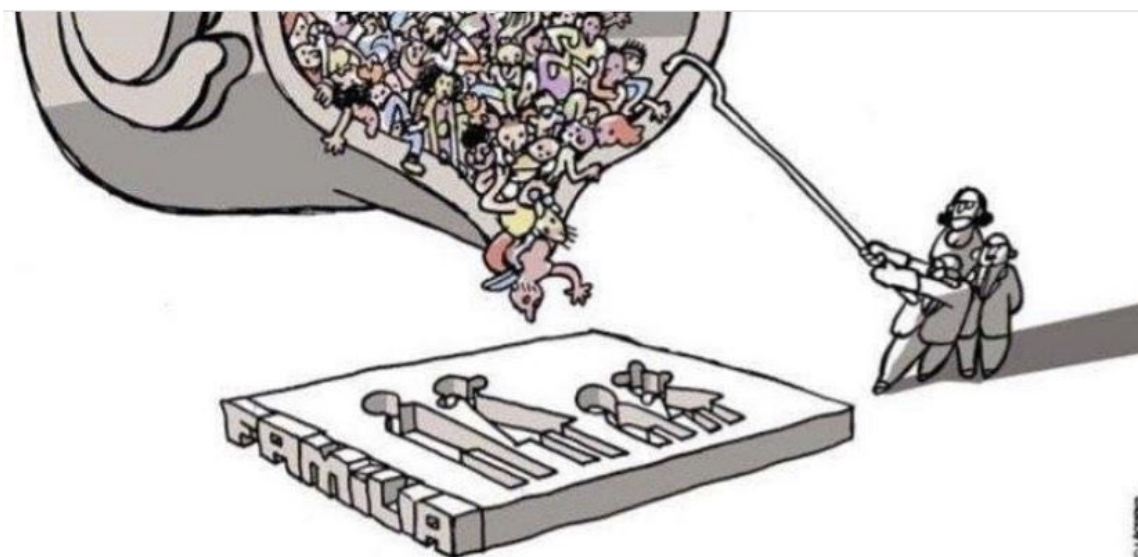
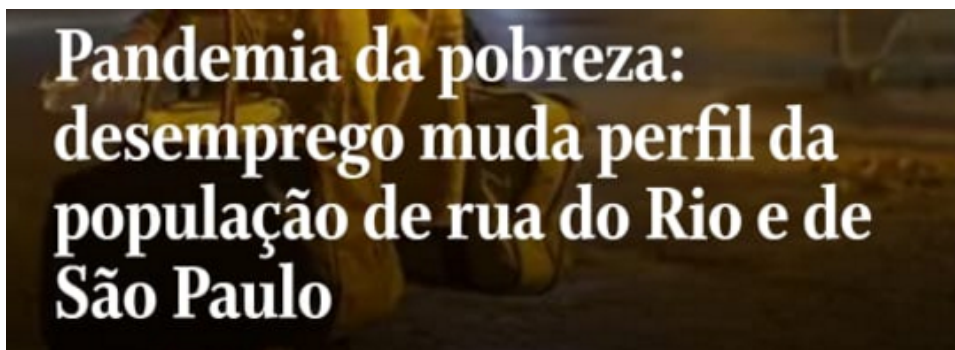


Figura 04

Outra prova de que a composição da população em situação de rua acompanha o movimento da sociedade é o recente aumento de pessoas com maior escolaridade na rua. Além disso, o aumento no apontamento do desemprego como fator desencadeador, indicativos coerentes com a crise que os países capitalistas vivenciam desde 2008, com proporções comparáveis a crise de 1929 (BOSCHETTI, 2010).



Manchete 03 (2020)

Em Santos, este segmento da população acompanha algumas especificidades territoriais. Sendo uma cidade turística e litorânea, vemos um aumento significativo do contingente de pessoas em situação de rua durante as férias escolares e especialmente no verão. Nesse período, muitos vêm<sup>10</sup> em busca de trabalho temporário como nas funções de montagem e desmontagem de barracas na orla da praia, confecção e venda de artesanatos com folhas de palmeira, olhar carros, venda de itens aos turistas ou coleta de latinhas, que aumentam, significativamente, nesse período. Também encontramos com facilidade estivadores em situação de rua, como reflexo direto da precarização do trabalho portuário<sup>11</sup>, sendo Santos possuidora do maior porto da América Latina e, consequentemente, de um enorme contingente desses trabalhadores.

Se pretendemos fazer uma análise que atravessa vidas expostas à situação de risco, temos que entender a complexidade com a qual passado e presente se relacionam. Somente observando os processos de formação sócio-histórica é que poderemos apreender em nosso tempo uma oposição ética e política a tais perdas. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) comunga desse processo metodológico quando define o fenômeno da população em situação de rua:

Como uma expressão radical da questão social contemporânea, a população em situação de rua caracteriza-se como um fenômeno antigo, multideterminado, inerente à sociedade capitalista, cujas pessoas atingidas sofrem profundos preconceito e discriminação. Sua origem remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa Ocidental, no contexto da chamada acumulação primitiva (Marx, O Capital) em que camponeses/as e produtores/as rurais foram privados/as de suas terras e compelidos a vender sua força de trabalho no mercado em formação, tornando-se assalariados/as. Os/as que não foram absorvidos pela produção capitalista deram origem ao pauperismo, que se generalizou na Europa Ocidental, ao final do século 18, em cujo seio gerou-se a população em situação de rua. (SILVA, 2012, s/n)

<sup>10</sup> Há diversos relatos de pessoas que descem a Serra de São Paulo para Santos a pé.

<sup>11</sup> Mais sobre a precarização do trabalho portuário em “Capitalismo Contemporâneo e Saúde do Trabalhador: o caso dos operadores de máquinas do Porto de Santos-SP” escrito por Júlia Cara Martins sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima Ferreira Queiroz.



No curso “Movimentos Antirracistas, Marxismo e Serviço Social”, o professor Weber Lopes traça um brilhante panorama de como o capitalismo, apesar de global, se instala de forma particular nos territórios e de como, no caso brasileiro, esse processo de expansão e entificação do capitalismo ocorre pela via colonial.

Apesar da origem do fenômeno social da população em situação de rua ser associada a não absorção das pessoas pela produção capitalista nas cidades, no Brasil algumas particularidades precisam ser apresentadas. A primeira delas é a organização social escravocrata fundada na invasão do território, no tráfico de africanos e na subordinação compulsória do trabalho escravizado. A escravização foi um processo extremamente violento, contra o qual escravizados se rebelaram repetidamente, colocando a todo momento a ordem escravocrata em cheque. Como resposta às insurreições, o “medo branco” e a necessidade de “mostrar serviço” à Colônia, foram traduzidos pela elite brasileira em estruturas de Estado violentas, antidemocráticas e antipopulares, fazendo com que “toda engrenagem estatal e jurídica no país tomasse também uma conotação militarizada” (LOPES, 2020)

O segundo aspecto é a caracterização dessa elite brasileira como subordinada, que tem por função primeira administrar os negócios da metrópole na colônia, o que leva “a consolidação de um tipo de classe burguesa conservadora, reacionária e lacaia do capital estrangeiro” (LOPES, 2020), que se utiliza da ideologia racista para mediar o processo de apropriação e expropriação da riqueza social. Assim:

Quando o Brasil se torna um país “republicano”, você vai ter as ideias referentes ao que seria um Brasil republicano com uma ânsia de formar um determinado povo. Qual seria esse povo que os “republicanos” ansiavam? Um povo branco e civilizado. No entanto, o que você tem é uma quantidade significativa de descendentes de africanos escravizados [...]. Ou seja, existe uma ânsia de construir um projeto republicano no qual os descendentes africanos não sejam um componente do povo brasileiro. É nessa quadra que começam uma gama de políticas de Estado para “varrer” os descendentes de africanos. Inúmeras poderiam ser citadas: a criminalização do africano no Brasil; a lei da Vadiagem; a proibição das religiões de matriz africana, etc [...].(LOPES, 2020, s/n)

Dessa forma, não há possibilidade de pensar a formação da população em situação de rua no Brasil sem considerar a ideologia eugenista como aparato de sustentação política e econômica que faz perdurar mais de 300 anos de trabalho escravizado nas Américas e que atua como ferramenta de consolidação e sofisticação do racismo. Ideia essa que chega no Brasil respondendo particularidades das elites brasileiras, violentas e subordinadas, para construir o branqueamento do povo brasileiro e responder ao processo de modernização,

implementando o Brasil República de cima pra baixo e de fora pra dentro, em outras palavras, da elite para o povo e da metrópole para a colônia.

Quando o Brasil, na figura da Princesa Isabel, finalmente assina a abolição, em 1888, décadas depois de todo o restante das Américas, nenhum negro foi indenizado ou teve qualquer respaldo do Estado para construção de sua vida, busca de parentes ou registros. Sem políticas públicas ou qualquer planejamento de integração social, sem emprego, nem possibilidades dignas de futuro, o negro brasileiro foi lançado à própria sorte. Impossível não associar esse processo à formação da população em situação de rua, já que muitas leituras interpretam o abolicionismo brasileiro como um grande despejo.

♪ 13 de maio a Falsa Abolição, dos escravos  
A princesinha nos livrou e nos condenou  
O sistema fez ela passar como adoradora  
Não nos deu educação e nem informação

Lei do sexagenário, ai foi tiração  
Libertaram os negros velhos, sem nenhuma condição  
Lei do Ventre livre ou do condenado  
Pequenos negros sem pai, para todos os lados  
Falsa Abolição - Preta Rara (2013)

Quase um século depois, quando observamos as pesquisas na área das Ciências Sociais que trazem a questão das pessoas vivendo nas ruas das principais metrópoles brasileiras, notamos que, majoritariamente, essas datam dos anos 1970 e 1980, introduzindo no debate “a relação da mendicância” como resultado do desemprego, da migração e dos conflitos familiares.” (OLIVEIRA, 2016, p.69). Ao olhar para os anos 1990, em contexto de crise do capital, a autora Cleisa Moreno Maffei Rosa reforça a relação da vida nas ruas com as transformações no mundo do trabalho, atentando para o grande volume de trabalhadores que

[...]alijados do mercado de trabalho formal, com baixa remuneração, sem residência fixa, procuravam alternar a moradia entre pensões, albergues e as ruas da cidade, com a dependência cada vez maior dos recursos assistenciais para sua sobrevivência. (ROSA *apud* OLIVEIRA, 2016, p.69)

Uma mudança importante de perspectiva analítica é percebida quando comparamos a obra de Rosa, bem como outros escritos do mesmo período, com escritos mais recentes. Nos primeiros, vemos este segmento da população sendo marcado pelo que vou tratar aqui como o estigma da ausência, uma caracterização pautada pela exclusão, pelo não pertencimento, por uma sociabilidade oca, sendo estes sujeitos submetidos a “uma existência limitada à sobrevivência singular diária” (ROSA *apud* OLIVEIRA, 2016, p.70). Atualmente, as pesquisas avançam ao

reconhecer que todo processo de exclusão é dialeticamente um processo de inclusão. Isso quer dizer que esses rompimentos sociais, protagonizados pela população em situação de rua, abrem espaços para uma nova sociabilidade, ou seja, essa população não é passiva, mas, dentro de sua nova forma de viver, produzirá uma vasta gama de aspectos linguísticos, comportamentais, estéticos, lógicos etc.

Além do estigma da ausência, outro estigma que produz severos movimentos na sociedade é a associação das pessoas em situação de rua com o uso abusivo de drogas. No entanto, essa é uma ideia generalista que caricaturiza o usuário de drogas, foca nas substâncias, falseia uma “padronização de efeitos e respostas de corpos, como objetos desligados de um sujeito” (ADORNO, 2016, p.199) e implementa um “pânico social” para justificar o vale-tudo na chamada “Guerra às drogas”, que é a face mais explícita da criminalização da pobreza por meio do extermínio e encarceramento em massa (BORGES, 2018) do povo preto, jovem e pobre.

representar o conflito social nas grandes cidades como guerra implica acionar um repertório simbólico em que lado/grupos em confronto são inimigos e o extermínio, no limite, é uma das estratégias para a vitória, pois com facilidade é admitido situações excepcionais e estranhas à normalidade institucional democrática. (LEITE *apud* TRINTA, 2016).

A sensação de medo na sociedade contemporânea, criada em torno do usuário de drogas — especialmente o usuário de drogas negro — a associação imediata da vida nas ruas a este uso e a massiva presença da mídia no reforço da figura social do inimigo “traficante”, ou da figura do “vilão”, instigam a população a reivindicar atuações mais severas por parte dos agentes de Segurança Pública e enraízam o estigma da droga em torno de práticas e discursos “cujos eixos são a medicalização, a criminalização e a moralização.” (TRINTA, 2016, p.246)



Figura 05

[...] outra função do racismo é permitir que se estabeleça uma relação positiva com a morte do outro. Não se trata de uma tradicional relação militar e guerreira em que para alguém viver dependa da morte de um inimigo. Trata-se, para Foucault, de uma relação inteiramente nova, compatível com o exercício do biopoder, em que será estabelecida uma relação de tipo biológico, em que a morte do outro, visto não como meu adversário, mas como um degenerado, um anormal, pertencente a uma raça ruim, cuja morte não é apenas uma garantia de segurança pessoal ou das pessoas próximas, mas do livre, sadio, vigoroso e desimpedido desenvolvimento da espécie, do fortalecimento do grupo ao qual se pertence. (ALMEIDA, 2018, p.89)

A quebra da genericidade humana, colocada pela eugenia ao hierarquizar a vida e, ainda, sua associação a uma determinada cosmopolítica evangélica<sup>12</sup> em expansão, podem atingir o processo limite de “diabolização [...] de figuras sociais e de territórios situados às margens” (TRINTA, 2016, p.260), elevando a ideia de guerra a um campo espiritual abstrato, no qual a lógica é ainda menos aplicável.

Quando o objeto do medo é tratado moralmente, torna-se sinônimo do “mal”. Ao mesmo tempo em que a moral serve ideologicamente para dar identidade ao objeto do medo ela passa a justificar uma inversão na moralidade do sujeito: na luta contra o “mal” toda moral é suspensa, tudo é válido: o “mal” acaba justificando o próprio “mal”: a morte, a tortura, a eliminação do outro. (BARROCO, 2011. p 210)

A figura social pejorativa da pessoa que vive nas ruas também se revela na imagem urbana mitológica do “homem do saco”, um homem com um saco nas

<sup>12</sup> Mais sobre este conteúdo no artigo “Deus e o diabo na terra do crack (2016)

costas que leva embora crianças desobedientes, cultivando na sociedade, desde a infância, uma imagem social vinculada ao perigo.

Perigoso, sujo, degenerado, depravado, anti-família, vagabundo, insolente, preguiçoso, desobediente, malandro, irresponsável, drogado, violento, bruto, descartável, matável. Essas imagens sociais atribuídas a uma pessoa em situação de rua muitas vezes chega antes mesmo de seu nome e impede a consideração de sua humanidade. Por isso, não há trabalho social de horizonte emancipatório que não passe pela disputa dessa imagem social ou, em outras palavras, pelo exercício de contar a outra versão da história.

Estávamos quase no mercado CompreBem quando a gente viu um senhor caído dentro do canal da Campos Sales, com o rosto todo ralado. B. correu ajudar com mais dois rapazes que estavam perto, eu e H. ligamos pro 193, achando que eles não conseguiriam retirá-lo sem ajuda de equipamentos, mas eles deram conta. Depois do susto seguimos nosso caminho e eles me contaram sobre a enorme quantia de vezes que pessoas caíram nesses canais, até que B. disse “pior de todas as vezes foi aquela do véio com o cachorro, lembra H.?” Ela responde “Lembro, ô se lembro, o taxista filho da p\* deu cincão pro véio atravessar o canal nadando, só pra se divertir.” e ele completa “o cara sabia que podia dar merda, todo mundo viu que o véio tava bêbado, o cara quis tirar uma onda. Mas quando a corrente levou o véio, ó (gesto com as mãos indicando que o taxista fugiu), deu no pé. E deu mó dó, o cachorro pulou atrás, mordendo a cabeça, tentando puxar, mas já era, foi os dois” - e depois de alguns segundos concluiu - “A vida do cara por cinco conto.” (OLIVEIRA, 2019/20, s/n)



Figura 06

É necessário que o Serviço Social se posicione para virar essa chave invertida que retirou o foco do combate à pobreza e transformou-a no combate à figura do pobre, radicalizada na figura de quem vive nas ruas. Construir resistência frente à alienação e ao estranhamento que vivemos no capitalismo passa por nos reconectarmos com a perspectiva da genericidade humana (HELLER, 2004) que nos

une, não por meio de uma igualdade cega, e sim justamente pela consciência e significação de nossas diferenças.

A pobreza urbana precisa ser reapresentada não como problema original, mas como consequência do processo de acumulação capitalista, sendo ela uma expressão da questão social, uma vez que a sociedade produz o suficiente para que todos os sujeitos se realizem, mas rompe com essa realização quando concentra riqueza na mão de poucos e relega milhares a sua própria sorte. Nas palavras de MARX “a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto” (MARX, 2013, p.721).

## **5 bilionários brasileiros concentram mesma riqueza que metade mais pobre no país, diz estudo**

Manchete 04 (2018)

O antagonismo permanente entre estes dois grupos que se produzem por oposição é chamado por Marx de “Luta de classes”. Para além dos indicadores relacionados à renda e ao usufruto de bens, de serviços e da riqueza socialmente produzida, essa discrepância se desdobra em todas as esferas da vida.

O progresso da riqueza social gera aquela classe útil da sociedade [...] que exerce as ocupações mais fastidiosas, abjetas e repugnantes, numa palavra, a classe que carrega sobre os ombros tudo aquilo que a vida tem de desagradável e servil, e que, precisamente por meio disso, proporciona às demais classes o tempo, a serenidade de espírito e a convencional” (c’est bon! [isto é bom!]) “dignidade de caráter etc.” (STORCH *apud* MARX, 2013, p.722)

Segundo a teoria marxista, a história nos mostra que ao longo do tempo a sociedade se repartiu em duas. Isso ocorreu devido a uma série de apropriação e expropriação, movidos por vários atores e vários interesses. Esses dois pólos comportam, então, o grupo dos possuidores de meios de produção e o grupo que terá que vender sua força de trabalho para sobreviver, o que resulta, respectivamente, em pessoas com mais chances de viver e pessoas com mais



chances de morrer. Mortes essas que são biológicas, sim, com o adoecimento e morte dos corpos, mas também mortes coloniais, ou seja, a morte de seu jeito ancestral de ver, ouvir, cheirar, tocar, apreciar, cultivar, ler, sentir e projetar o mundo, seu jeito de experienciar a vida<sup>13</sup>.

Assim, a divisão da sociedade em classes não é só a ruptura do “ter”, mas consequente e originalmente, a ruptura do “ser”. “Os esforços estão hoje dissociados de sua recompensa; não é o mesmo homem que primeiro trabalha, e depois descansa: pelo contrário, justamente porque um trabalha é que o outro tem como descansar” (Sismondi *apud* MARX, 2013, p.723).



Figura 07

Na emergência do debate da questão racial, além da divisão classista, percebe-se que o mundo também pode ser observado pela classificação de raças.

<sup>13</sup> “Pior que eu já morri tantas antes de você me encher de bala.” (Rico Dalasam, 2015)

O racismo estabelecerá a linha divisória entre superiores e inferiores, entre bons e maus, entre os grupos que merecem viver e os que merecem morrer, entre os que terão sua vida prolongada e os que serão deixados para a morte, entre os que devem permanecer vivos e os que serão mortos. E que se entenda que a morte aqui não é apenas a retirada da vida, mas também como a exposição ao risco da morte, a morte política, a expulsão e a rejeição. (ALMEIDA, 2018, p.89)

As leituras do antagonismo social com base na classe e na raça não precisam ser entendidos como opostos, mas, sim, como interseccionais e complementares, uma vez que a história da luta de classes, ou a história da dominação do homem pelo homem, sempre transcorreu mediante a racialização do poder. Como Malcom X costumava afirmar “Não é possível haver capitalismo sem racismo”. (SILVA, 2014)

Felizmente, o fato de termos consciência dessas desigualdades impediu nossa estagnação. Os movimentos provocados pela classe trabalhadora tentando se libertar material e idealmente para satisfazer suas necessidades e desejos, permitiram diversos avanços. Não houve momento em toda a história da humanidade pós propriedade privada (mesmo pré-capitalista) em que a classe dominada parou de reivindicar maior participação no usufruto da riqueza por ela produzida, até porque reivindicar essa participação significa em diferentes medidas reivindicar a própria vida.

[...]a classe trabalhadora, ao se organizar e reivindicar por direitos sociais, denuncia a forma mercantil do modo de produção capitalista. Sua ação torna evidente o caráter falacioso do contratualismo liberal, determinando o desmascaramento de sua expressão mercantil e jurídica e revelando o seu conteúdo de exploração. (SANTOS *apud* MOTA, 1995, p.139)

Dessa disputa entre o povo que quer viver mais e melhor e a elite que detém privadamente os meios de produção e reprodução do bem viver, o Estado ocupa um papel de mediação do conflito.



## 1.2 Como o estado lida com os pobres?



Figura 08

Entendemos o Estado como espaço de contradição, que, segundo a tradição marxista, nasce como um comitê gestor dos interesses da burguesia e depois se complexifica, tornando-se espaço de disputa, no qual a mobilização da classe trabalhadora poderá concretizar algumas de suas reivindicações.

Essa ambiguidade não anula seu aspecto embrionário de submissão aos interesses da elite e, assim, o Estado terá, por princípio, o pobre não como “um titular de direitos”, mas como “um perigo à ordem pública” que precisa acessar direitos para que ele não se rebele. Assim, a chamada Proteção Social, essencial para manutenção da vida, é contraditoriamente materializada por políticas permeadas de barreiras à emancipação da população, além de recheadas de práticas vexatórias, obstáculos meritocráticos, preconceituosos, patologizantes e punitivistas.

[...] para que o indivíduo se torne merecedor de um mínimo de proteção social pública precisará provar a sua derrota e incapacidade de superá-la via empenho próprio. E ao proceder desta maneira, os direitos sociais arduamente conquistados perdem seu caráter civilizador, transformando-se em ajuda ou favor ofertado não aos que têm acesso à cidadania, mas aos que provam estar à margem dela. Neste caso, o mérito é o da necessidade, da privação. E, segundo Telles (2001, p.26), é o Estado que cria a figura do necessitado, que faz da pobreza um estigma pela evidência do fracasso do indivíduo em lidar com os azares da vida e que transforma a ajuda numa espécie de celebração pública de sua inferioridade, já que o acesso

depende do indivíduo provar que seus filhos estão subnutridos, que ele próprio é um incapacitado para a vida em sociedade e que a desgraça é grande o suficiente para merecer a ajuda estatal. (PEREIRA, 2013, p.60)

A relação de desproteção que o Estado tem com a população em situação de rua deixa uma série de vestígios em campos que extrapolam o da política social. As negações vão desde a não inclusão dessas pessoas na contagem do déficit habitacional até a negação do direito coletivo à cidade, por meio de uma arquitetura que os expulse. Exemplo disso são praças com bancos individuais e/ou inclinados que impedem que um corpo se deite, pedras pontiagudas e gradis embaixo de viadutos, ou sobre muretas e soleiras, imóveis vazios com potencial de moradia interditados, o paisagismo espinhoso, a ausência de banheiros e bebedouros públicos, entre outros.

## Moradores de rua são acordados com jatos de água fria em SP, diz CBN

Empresa contratada pela prefeitura fez limpeza após madrugada mais fria do ano

O Globo

19/07/2017 - 14:49 / Atualizado em 19/07/2017 - 18:20

Manchete 05 (2017)

Ainda que de forma mais truculenta e escancarada com a população em situação de rua, a ideia de proteção nunca foi uma iniciativa, muito menos prioridade do Estado, com nenhuma parcela da população trabalhadora. Ao invés disso, a imposição do capital, que objetiva manter as pessoas vivas e trabalhando, preservam, assim, “o mundo do trabalho”, somada à pressão da classe trabalhadora para que o Estado assuma seu papel protetivo e forneça melhores condições de vida. Esses dois movimentos combinados se efetivam na chamada Proteção Social, um conjunto de políticas sociais fragmentadas, que, dentro do capitalismo, continuamente são espaços de disputa e de conflito.

Mesmo em momentos de nítido avanço em direção à cidadania como na Constituição de 1988, essa contradição nunca saiu do horizonte.

A Constituinte foi um processo duro de mobilizações e contramobilizações de projetos e interesses mais específicos, configurando campos definidos de forças. O texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, com destaque para a seguridade social, os direitos humanos e políticos, pelo que mereceu a caracterização de “Constituição Cidadã”, de Ulisses Guimarães. Mas manteve fortes traços conservadores [...] uma Constituição programática e

A fragmentação das políticas e a falta de transversalidade intersetorial é uma cultura, reforçada pelo caráter burocrático da gestão pública, que “quebra” a integralidade dos indivíduos. Com isso, é negado que a mesma pessoa tenha demandas de diferentes naturezas, forçando-a a reiniciar sua aproximação com as políticas sociais cada vez que surge uma nova necessidade, como se o indivíduo não fosse o mesmo quando busca por atendimento na saúde e na assistência social, por exemplo, e como se o atendimento que recebe em uma política não interferisse nos demais aspectos de sua vida. A falta de compreensão de que as pessoas não terão suas demandas globalmente acolhidas por um único serviço, ou uma única política, e que precisam de um olhar integral, gera barreiras ao acesso dos usuários, sobrecarga aos serviços e, muitas vezes, um ciclo de desresponsabilização.

Quando se trata da População em Situação de Rua, pode-se observar que as políticas mais presentes são, simultaneamente, a política de Segurança, no papel de vigiar e punir, e as políticas de Saúde e Assistência Social, no papel de fornecimento de patamares mínimos para sua sobrevivência.

A Política de saúde tem aparições heterogêneas, com destaque para o Consultório na Rua<sup>14</sup>, o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD) e os Serviços de Atendimento Especializado em IST<sup>15</sup>/Aids, sendo que no restante da rede de atendimento, como nas unidades básicas de saúde por exemplo, é muito comum encontrarmos relatos de expulsão ou negação do atendimento.

A Política de Assistência Social, situada no tripé da Seguridade Social junto da Saúde e da Previdência, inegavelmente ocupa centralidade no atendimento à população em situação de rua, sendo inclusive, por vezes, incorretamente demandada pelas demais políticas como única responsável pelo atendimento dos mais pobres.

Essa política carrega marcas de um Estado que nega sua função protetiva e apesar de ter avançado na “difícil travessia do deserto da assistência social para se elevar à condição de política pública de seguridade, na perspectiva de superar suas

---

<sup>14</sup> “O Consultório na Rua procura materializar um projeto de intervenção em espaços antes pouco acessíveis às equipes assistenciais, abrindo a possibilidade não apenas de entrar em contato com este público, mas de cobrir estes territórios com uma rede de cuidados, cuja cobertura levaria de arrasto os cuidados médicos mais básicos, os primeiros socorros, algumas noções de prevenção e de autocuidado.” (MARTINEZ, 2016. p.286)

<sup>15</sup> Infecções Sexualmente Transmissíveis

características de território do clientelismo, do aleatório e do improvável.” (BOSCHETTI; BEHRING, 2011), ainda encontra-se, por vezes, mal interpretada, negligenciada e repleta de remendos voluntaristas.



Figura 9

A tradição filantrópica continua presente na compreensão e prática da Assistência Social formal e informalmente, especialmente no que tange o atendimento aos mais pobres. Em Santos, essas práticas acabaram ocupando um importante papel na prestação de serviços socioassistenciais e, atualmente, as entidades e organizações sem fins lucrativos, instituições religiosas e grupos voluntários estão “muito mais enraizados nos cotidianos das famílias enquanto pontos de apoio do que os próprios serviços públicos que, pela alta demanda e precarização das políticas sociais, acabam comprometidos com a dimensão burocrática.” (MACEDO, 2018)

Na pesquisa de Maria Eloisa Santiago, cujo objetivo foi apreender a efetividade da proteção social disponível à população em situação de rua da cidade de Santos, nota-se um aprofundamento desse debate e a historicidade de como a “responsabilidade estatal foi transferida para as organizações do terceiro setor, principalmente a partir da década de 90 quando o Estado passou a regulamentar esse tipo de parceria com as entidades privadas” (SANTIAGO, 2020). Isso demonstra como a cidade pactua com um movimento mais amplo de “intensas privatizações concomitantes aos processos de sucateamento dos serviços públicos” (SANTIAGO, 2020) e que, segundo Boschetti (2010) compõe a tendência mundial neoliberal de “aumento da terceirização, informalidade, prestação de serviços precarizados, com frágil regulação econômica e social pelo Estado.”

Ao retomar à ideia anterior, então, é possível perceber que o Estado exerce sua função protetiva tensionado pela pressão do capital e pela pressão popular, de horizontes distintos, além de materializar essa proteção através da criação de políticas sociais fragmentadas e cheias de obstáculos de acesso. Para a população em situação de rua, a centralidade de atendimento é ocupada pela política de assistência social, ainda que esta esteja atravessada pelo paralelismo com a caridade, pela precarização e desmonte neoliberal.

A política de assistência social tem se estruturado segundo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), deliberado em 2003 e instituído como lei somente em 2011. Um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão e organização da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social em todo o território nacional, e que não prevê atendimento universalizado, sendo designado a “quem dela necessitar” (BRASIL, 1988).

## **Desemprego atinge 14,1 milhões de pessoas e informalidade cresce, diz IBGE**

Taxa de desocupação chegou a 14,3% em trimestre encerrado em outubro

Manchete 06 (2020)

É preciso considerar que este “quem dela necessitar” cresce exponencialmente junto às taxas de desemprego, o que significa aumento da demanda para as políticas socioassistenciais. Esse aumento vinha sendo respondido nas últimas décadas com programas de transferência de renda como centro da estratégia de proteção social, em detrimento, inclusive, de investimentos em outras políticas.

[...] a tendência à centralização da Assistência Social no âmbito da seguridade social não se deu por meio da valorização material e estrutural desta política, conforme concebida no âmbito da seguridade social e definida pela Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), mas por sua utilização como um mecanismo importante no jogo do poder, no jogo político-ideológico. Assim, ao invés de falarmos em “assistencialização” da seguridade social, como expressão da expansão da política de assistência social, preferimos dizer que vem ocorrendo uma profunda dilapidação da proposta constitucional de seguridade social, a partir da mercantilização da saúde e da previdência social e de uma tendência a centralidade da assistência social na seguridade social, mediante a intensificação do uso político-ideológico dessa política social por parte do Estado, ao mesmo

tempo que sua base material, nos termos concebidos pela Loas, não teve ampliação e fortalecimento na mesma proporção. Ou seja, a política de assistência social como um direito social continua limitada e restritiva, com acesso seletivo aos seus programas e benefícios. (SILVA, 2011. p.207)

Em outras palavras, assim como a imagem social da população em situação de rua está corrompida, também se degenerou a imagem e o uso que se faz da política de assistência social e da responsabilização do Estado, colocando os assistentes sociais que atuam na política de assistência, bem como os demais profissionais, quase exclusivamente como mediadores para obtenção de benefícios. Isso não quer dizer que os benefícios não tenham seu valor concreto de manutenção da vida dos usuários dos serviços, como bem podemos observar no governo atual que nem isso tem oferecido, mas caberá à assistente social ter um olhar ampliado e não limitar-se a eles, para então, comprometidos com nosso Código de Ética Profissional (1993), ajudar na ressignificação do papel protetivo do Estado na defesa da classe trabalhadora e atuar com centralidade em nossos princípios, que valem sempre serem lembrados.

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.





## CAPÍTULO 2: Serviço Social e Comunicação

O projeto profissional do Serviço Social se constrói entre tensões e contradições, o que o faz tão dinâmico quanto a própria realidade social. Desde os anos 1930, com as primeiras escolas brasileiras de Serviço Social, até hoje, tal profissão se transforma continuamente. O caráter interventivo do exercício profissional, numa realidade complexa e tensionada, nos coloca diante de inquietações que transformam dialeticamente nossa concepção sobre a profissão e sobre o mundo.

Além de atuar nas expressões da questão social<sup>16</sup>, que destroem gradativamente a vida humana ao alcance de nossos olhos, alguns desafios apontados por Marilda Iamamoto nos anos 1990 a essa profissão seguem absolutamente presentes e atuais, como a necessidade de ultrapassarmos o fatalismo e o messianismo. O primeiro é compreendido como uma postura resignada ou acomodada, atribuindo à ordem capitalista um caráter insuperável, segundo a qual o Serviço Social

encontrar-se-ia atrelado às malhas de um poder monolítico, nada lhe restando a fazer. No máximo, caberia a ele aperfeiçoar formal e burocraticamente as tarefas que são atribuídas aos quadros profissionais pelos demandantes da profissão; (IAMAMOTO, 1992, p.115)

Já o messianismo — mais próximo da cultura branca católica salvacionista, hegemônica no início da profissão — é compreendido como uma postura voluntarista individualizante, que surge junto das raízes católicas do Serviço Social. Tal postura está significativamente atrelada à figura do bom samaritano e que a partir dos anos 1970, com a incorporação da teoria marxista, incorre o risco de traduzir-se “numa visão “heróica” ingênua das possibilidades revolucionárias da prática profissional, a partir de uma visão mágica da transformação social.” (IAMAMOTO, 1992). Essas posturas atravessam o tempo e ainda hoje exigem que a/o assistente social deve manter-se vigilante para não se apegar à ilusão de que nada mais pode ser feito ou, no pólo oposto, de que a categoria profissional sozinha pode barrar o poder destrutivo do capital.

É importante trazer tais armadilhas na presente pesquisa pelo entendimento de que quanto mais radicalizadas as expressões da questão social, maior a inclinação a tais desvios. Além disso, no trabalho com a população em situação de

---

<sup>16</sup> Segundo Iamamoto (1999, p. 27), a Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais colectiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.



rua é crucial manter essa reflexão no horizonte, não permitindo que ocorra uma compreensão vulgar de prática social.



Figura 10

A distorção do nosso papel profissional não é puramente uma escolha, ou desleixo dos profissionais, mas, sim, é resultado de processos micro e macrossociais. Além desse risco, a precarização no mundo do trabalho, somada às armadilhas colocadas pelo capital, criam uma tendência ao esvaziamento de nossos discursos e práticas, um cenário de predisposição à alienação.

De forma geral, algumas estratégias vêm sendo percebidas pela categoria como aliadas na resistência ao processo de alienação e o desenvolvimento dessa pesquisa nos orienta a olhar para três delas: a formação permanente, a participação/promoção de espaços coletivos e a interdisciplinaridade.

A formação permanente parte da ideia de que o mundo se transforma, a profissão se transforma junto dele e nenhuma formação se encerrará em si mesma, sempre havendo pontos que poderão ser aprofundados, reformulados e recolocados em debate. Além disso, tal estratégia indica que processos formativos exigem espaços reservados com esse objetivo, já que o cotidiano nos puxa para reações imediatas, mecânicas e irrefletidas. Também neste sentido, podemos pensar na necessidade de ampliação no desenvolvimento de unidades curriculares optativas nos cursos de graduação e da construção de grupos de estudo, pesquisa e extensão, uma vez que a opção por uma formação generalista não precisa anular a existência de espaços de especialização. Essa estratégia também se potencializa quando pensamos que, se aderirmos a ideia da formação permanente, os espaços formativos serão compostos por profissionais em diversos momentos de suas carreiras, com isso, ampliando o diálogo geracional dentro da categoria.

Em relação à participação e promoção de espaços coletivos, é apontado o incentivo para que nossas relações sejam plurais, que essa profissão seja proponente do exercício de estabelecer relação de escuta, fala e entendimento com

o outro que difere de mim. Para isso, podemos compor coletivos, movimentos, grupos de estudo, organizações, transitar. No caso dos usuários, isso implica estar aberto ao processo de escuta ativa, que o legitima como portador de uma história de vida que lhe permitiu o desenvolvimento de saberes singulares e não como “alvo de projetos, tratados como se fôssemos uma ponte ou uma obra qualquer que precisa de licitação, aprovação, entre outras burocracias”, como descreve Samuel Rodrigues, representante do Movimento Nacional da População de Rua/MG e membro do Conselho Nacional da Assistência Social (MINAS GERAIS). Entender que o Serviço Social se situa num emaranhado de relações sociais e que é a partir do contato com os diferentes sujeitos sociais que poderemos traçar melhores estratégias de ação profissional.

Finalmente, quanto a interdisciplinaridade, essa passa pela consciência de que nenhum profissional dominará todas as ferramentas e competências disponíveis para montar a melhor estratégia de ação profissional e nenhuma categoria profissional provocará sozinha rupturas sistêmicas estruturais. Desde que exista alinhamento ético-político, trabalhar com profissionais de outras áreas do conhecimento poderá adensar perspectivas de análise e multiplicar as possibilidades de encaminhamento. De acordo com Rodrigues:

[...] entendendo-se a interdisciplinaridade como ‘postura profissional’ e ‘princípio constituinte da diferença e da criação’ compreender-se-á que o Serviço Social – uma vez que articula diferentes conhecimentos de modo próprio, em um movimento crítico entre prática-teoria e teoria-prática – é uma profissão interdisciplinar por excelência. Assim, para o Serviço Social, a interação com outras áreas é particularmente primordial: seria fatal manter-se isolado ou fazer-se cativo. A interdisciplinaridade enriquece-o e flexiona-o, no sentido de romper com a univocidade de discurso, de teoria, para abrir-se à interlocução diferenciada com outros. Isto implica romper com dogmatismos muitas vezes cultivados no interior da profissão. (RODRIGUES *apud* ELY, 2003, p. 115)

Existe uma preocupação permanente da categoria de assistentes sociais em debater e consolidar uma compreensão crítica do lugar do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho e da formação dos novos profissionais. Para tanto, o trabalho profissional vem sendo observado sob três pontos de vista que compõem uma totalidade indissociável: a dimensão teórico-metodológica, a dimensão ético-política e a dimensão técnico-operativa.

Cardoso e Doi (2017) desvelam didaticamente tais dimensões a partir das seguintes questões:

- Para que fazer? A resposta desta questão explicita ao profissional a intencionalidade da sua ação, conferindo sentido a esta. Aponta onde ele quer chegar com a realização desse fazer, ou seja, a direção social que imprimirá a sua ação orientando as escolhas que realizará. Diz respeito, portanto, a dimensão ético-política

- Por que fazer? Diz respeito à forma como o profissional compreende reflexivamente sua ação e o objeto/sujeito desta, justificando a necessidade de tal intervenção e o caminho escolhido para esta. Os aportes teórico-metodológicos que sustentam sua análise e sua intervenção orientando, informando e explicitando todas as intencionalidades contidas nesta. O que nos remete a dimensão teórico-metodológica.
- O que/como fazer? Está diretamente relacionada ao cotidiano na sua operacionalização, a realização em si de suas atividades, porém depende completamente das respostas dadas às outras duas questões e das condições objetivas postas a realização da ação. Só podemos pensar o que/como fazer, se sabemos por que fazer e para que fazer, senão apenas fazemos por fazer.

Para avançar no tema é fundamental compreender que as bases éticas que determinam o projeto societário com o qual estamos comprometidos, as teorias e métodos que utilizamos para ler o mundo e os instrumentais com os quais materializamos nossa ação a partir disso são componentes articulados e não podem ser considerados de forma autônoma.

[...] o teórico-metodológico, o ético-político e o técnico operativo - são fundamentais e complementares entre si. Porém, aprisionados em si mesmos transformam-se em limites que vêm tecendo o cenário de algumas das dificuldades, identificadas pela categoria profissional, que necessitam ser ultrapassadas: o teorismo, o militância e o tecnicismo. (IAMAMOTO, 1998, p.53)

Apesar do esforço de articulação, nota-se que ao longo da história as dimensões do trabalho profissional tiveram importâncias diferentes em diversos momentos da profissão<sup>17</sup>. Nos anos 1970, por exemplo, a ênfase na dimensão técnico-operativa trouxe um olhar praticista, gerador de protocolos ultrageneralistas. Essa ênfase se esvaziou na década seguinte, após o Movimento de Reconceituação, quando a profissão adota uma aproximação com a tradição marxista e o conhecimento teórico ganha a centralidade (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2013). Naquele momento a categoria passou a reivindicar uma autonomização do Serviço Social como profissão produtora de conhecimento, capaz de debater e produzir teoria social e não apenas como aplicadora mecânica das sínteses produzidas na cúpula das ciências sociais.

Atualmente, segundo explicações das autoras abaixo citadas, o receio de incorrer nos velhos ranços do Serviço Social tradicional tecnicista tem sustentado um processo de secundarização da dimensão técnico-operativa.

Apesar da sua relevância, a tematização da dimensão técnico-operativa tem sido negligenciada pela atual produção acadêmica, pela formação profissional e pelo debate da categoria; daí considerarmos necessário

---

<sup>17</sup> Isso se evidencia quando olhamos para as diretrizes de formação profissional e para a hegemonia do pensamento na categoria, ainda que elas não necessariamente tenham uma tradução direta linear no trabalho profissional.

resgatá-la, dando-lhe o merecido espaço na cena contemporânea. (SANTOS; BACKX e GUERRA, 2013, p.48)

É certo que no enfrentamento às respostas pragmáticas acionadas pelo cotidiano precisamos de um denso repertório teórico-metodológico e ético-político para conseguir sair do nível do senso comum e fazer leituras críticas da realidade. Entretanto, se a profissão não se atentar às ferramentas, procedimentos e possibilidades de materialização dessas leituras, formará profissionais angustiados e limitados que entendem a contradição da realidade, mas não conseguem propor mediações. É necessário que a unidade entre essas dimensões seja base da formação profissional, formando, portanto, profissionais com capacidade ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.

É por meio desta capacidade [operacionalizar a ação profissional], adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. (GUERRA, 2014, p.2)

É fundamental o desenvolvimento da leitura crítica da realidade como fundamento para a criação de estratégias de intervenção, o que nos leva à importância da dimensão técnico-operativa entendida na unidade com as demais, sem, no entanto, superdimensionar suas possibilidades reais e concretas para não incorrer numa postura messiânica e/ou tecnicista.

A principal estratégia para contrapor a sensação de impotência do profissional que não consegue operacionalizar suas reflexões críticas é o fortalecimento da filosofia da práxis: a relação articulada de teoria e prática.

O materialismo dialético não considera a matéria e o pensamento como princípios isolados, sem ligações, mas como aspectos de uma mesma natureza que é indivisível. [...] Como concepção dialética, o marxismo não separa a teoria (conhecimento) da prática (ação): "a teoria não é um dogma mas um guia para a ação" (LÊNIN, in POLITZER, 1970:23). A prática é o critério de verdade da teoria, pois o conhecimento parte da prática e a ela volta dialeticamente. (GADOTTI, 1990, p.101)

No movimento cíclico que constrói o conhecimento, os homens vão da teoria para a prática e de volta pra teoria, continuamente, e assim "é na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, [...] o caráter terreno de seu pensamento." (MARX e ENGELS, 1977)

No entanto, se já temos conhecimento da importância da práxis, por que então não conseguimos olhar igualmente para todos os aspectos do trabalho profissional?

## **Fim do auxílio emergencial pode levar até 3,4 milhões para extrema pobreza**

Estudo mostra que, com pandemia em pleno andamento e fim da ajuda financeira dada pelo governo, País deve ter este ano mais de 17 milhões de pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia; desigualdade, que caiu em 2019, deve voltar a subir

Manchete 07 (2021)

A conjuntura política brasileira de desmonte de direitos sociais no governo Bolsonaro, intensificada por uma administração genocida do quadro pandêmico, que até a data em que essa pesquisa é escrita registra mais de 252 mil mortes, puxa nossas atenções e esforços para a defesa da dimensão ético-política do trabalho profissional. É compreensível a dificuldade de nos debruçarmos sobre qualquer outro aspecto quando temos um processo diário de ascensão fascista, ainda que o termo correto esteja sob debate.

A desarmonia entre as dimensões, portanto, não é um processo aleatório, fruto do acaso, mas ocorre em consonância com o movimento da história. Além desse sentimento de urgência do debate político, o detrimento da dimensão técnica também pode aparecer como resistência às influências da ideologia dominante, já que:

A ideologia neoconservadora tende a se irradiar nas instituições sob formas de controle pautadas na racionalidade tecnocrática e sistêmica tendo por finalidade a produtividade, a competitividade e a lucratividade, onde o profissional é requisitado para executar um trabalho repetitivo e burocrático, pragmático e heterogêneo, que não favorece atitudes críticas e posicionamentos políticos. (BARROCO, 2011, p. 213)

Todos esses riscos são reais. Entretanto, rejeitar a dimensão técnico-operativa pela priorização de proteger bases ético-políticas ameaçadas ou pelo medo de cair no tecnicismo, deixando de abastecer profissionais e futuros profissionais com um arcabouço de mediações factíveis, seria algo como “interromper” o processo de práxis. Tal ação desamarra uma dessas pontas, deixando-os mais propensos à alienação, e não o contrário.

Por isso, somamo-nos ao coro de autores que na última década têm recolocado luz sobre essa dimensão do trabalho profissional, e o faremos a partir da pequena contribuição de pensar o panorama da relação entre Comunicação e Serviço Social, supondo que a apropriação desse campo do conhecimento — bem como de ferramentas e mecanismos por meio dos quais ele se processa — revele possibilidades de avanço na efetivação de nosso projeto ético-político.

O Serviço Social possui uma Política Nacional de Comunicação (PNC), tendo sua última versão aprovada no 44º Encontro Nacional da entidade representativa da categoria, o conjunto CFESS-CRESS, e publicada em 2016. Tanto esse material quanto suas versões precursoras de 2007 e 2011 são resultado da inserção da categoria em debates anteriores, que extrapolam o Serviço Social e que reconhecem a comunicação como “um campo de ação política estratégica, fundamental para a transformação da sociedade.” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011)

Tal documento aborda diversos pontos valiosos para nossa discussão, como a compreensão da impossibilidade de uma comunicação neutra, a defesa da pluralidade e de enxergarmos a comunicação como bem público e direito humano. Além disso, ele traz a comunicação como um bem que pode e deve ser produzido e acessado pela população, contrariando o monopólio da estrutura nacional de comunicação, bem como ser importante ferramenta na disputa por hegemonia, promoção da democratização da informação e fomento da solidariedade de classe.

O documento é um avanço indiscutível para a categoria de assistentes sociais, superando um Serviço Social inapto ao compartilhamento de seus acúmulos. Entretanto, ele também apresenta contradições, e, apesar de trazer como princípio o “entendimento da comunicação como meio estratégico para a luta por um projeto societário fundamentado na emancipação humana” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011), por vezes assume um tom de manual e prioriza a função comunicativa de assessoria das entidades representativas. Isso coloca, por sua vez, a comunicação mais à disposição do Serviço Social — ocupando 3 dos 5 objetivos do documento — do que propriamente a serviço da classe trabalhadora, em ações mediadas por tal profissional, o que significa que temos ainda outros passos a serem dados.

No campo das experiências que materializam o encontro do Serviço Social com a Comunicação, trago como exemplo a importante vinculação da categoria ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), em 2014 e a experiência da Universidade Federal de Santa Maria, que oferta hoje, no curso de Serviço Social, a Disciplina Complementar de Graduação (DCG) intitulada “Serviço Social: Mídia e Questão Social”, na qual:

Pretende-se oferecer elementos que configurem a comunicação como um dos meios fundamentais na mediação cotidiana para o acesso aos direitos a partir da atuação dos/as assistentes sociais, com vistas à democratização e socialização da informação em defesa do exercício de cidadania. (COGOY e KLOPP, 2020, p.16)

Mesmo encontrando algumas dessas experiências e produções, ao fazer essa pesquisa, de forma geral, percebe-se que estamos distantes de incorporar o campo da comunicação em nossos debates e práticas. A Política Nacional de Comunicação do Serviço Social, por exemplo, não é citada em nenhum plano de ensino da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e não é frequentemente requisitada em bibliografia de provas de residências ou concursos.

A/o profissional do Serviço Social tem como instrumento básico de trabalho o conhecimento e a linguagem (IAMAMOTO, 1998) e não faltam instrumentos comunicativos já consolidados na profissão, tanto escritos quanto verbais, como por exemplo, a entrevista social, os relatórios, os estudos sociais, os pareceres e até o cotidiano livro de registros.

Entretanto, parece pairar sobre o Serviço Social uma compreensão incompleta de comunicação. A própria categoria profissional, sempre atenta a combater um olhar tecnicista sobre si, na Política Nacional lança-o sobre outros profissionais, não apresentando suas possibilidades de atuação no cotidiano dos serviços ou em qualquer outro espaço sócio-ocupacional que não seja a assessoria de comunicação. Além disso, reduzindo-os a suas habilidades operativas, não atentando em momento algum do texto para as contribuições multidisciplinares que terão no processo de análise teórico-metodológica e posicionamento ético-político do fazer profissional. Trata-se de um olhar esvaziado, como demonstrado no trecho a seguir:

É preciso ressaltar que cada profissional de comunicação que compõe uma assessoria tem formação específica sobre seu campo: jornalistas possuem um conhecimento mais apurado na revisão e edição de textos; profissionais da publicidade priorizam, normalmente, a criação de campanhas e peças gráficas; relações públicas têm mais conhecimento na gestão da imagem das instituições e na organização de eventos.

Outras categorias profissionais podem complementar o trabalho de uma assessoria de comunicação, como designers e webdesigners, que também produzem peças gráficas e programam sites. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011, p.16)

Desvincular qualquer profissional de seu papel de sujeito político é parte de um processo de alienação mais amplo, que fragmenta o conhecimento em campos particulares e os desconecta uns dos outros. A existência de uma confusão sobre o conceito de comunicação nega-lhe o reconhecimento de sua dimensão política, fundante na sociabilidade humana, enxergando-a exclusivamente sob um aspecto mercadológico, na qual a ideia de comunicação se limitaria à emissão sistematizada de mensagens por meio de veículos midiáticos com a função de informação ou convencimento.



Por esse motivo, um princípio que já aparece nos documentos da categoria, mas que ainda precisa ser de fato incorporado, é o de recolocar a comunicação em seu devido lugar: o de Direito Humano.

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948)

Acima, temos o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No Brasil, a luta pelo reconhecimento do direito à comunicação está expressa na Constituição Federal de 1988 por meio do Art. 220º:

A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. Complementando, no seu Art. 5º e inciso 'IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato (BRASIL, 1988).

É estratégico para o capitalismo alienar os sujeitos de sua própria capacidade comunicativa. Falseando-a como um saber exclusivo, externo e inacessível, desligando a percepção de que emitir, receber e decodificar mensagens verbais e não verbais, nos caracteriza desde o surgimento da humanidade, e seja mecanismo fundamental na ordenação social e coletivização da vida. “A linguagem nasce, como a consciência, da carência, da necessidade de intercâmbio com outros homens” (MARX; ENGELS, 1980 apud MARTINS; SILVA, 2008).



Figura 11



A consciência de nossa dimensão comunicativa nos ajuda a atentarmos para a responsabilidade que temos com o que comunicamos, seja como indivíduos ou como categoria profissional. Colocar nossos discursos em alerta diante das pressões de alienação pode evitar, por exemplo, o perigo de reproduzirmos conceitos sem entendê-los de fato.

Nos últimos vinte anos a ética se tornou um discurso abstrato: diferentes sujeitos falam em ética sem explicitar o seu significado, a sua direção, o projeto que defendem. O Código de Ética é utilizado como uma "senha"; o projeto ético-político transformou-se num "mito". Mas o Código de Ética tem uma concepção que dá significado aos seus valores; eles não são abstratos. Entretanto, quando são separados de sua concepção tornam-se abstrações que servem para falsear a história. (BARROCO, 2011, 2011, p.214)

Se fizermos uma retomada e somarmos 1) a formação permanente, a participação e promoção de espaços coletivos e a interdisciplinaridade, como estratégias de resistência à alienação, 2) a consciência de nossa dimensão comunicativa e da comunicação como espaço de disputa de hegemonia e 3) o empenho no fortalecimento da dimensão técnico-operativa, temos indícios de uma possibilidade apontada: a apropriação do campo das mídias independentes como instrumento do trabalho profissional da assistente social.

A construção coletiva de uma mídia independente parece ser um caminho que agrega diversos objetivos da profissão: coloca o acúmulo ético-político para fora da categoria, promove a informação e a democratização do conhecimento, reabre a disputa de narrativa da imagem social dos sujeitos atendidos, amplia o repertório de ferramentas do profissional e reivindica a quebra da hierarquia ao propor um espaço de metodologias cooperativas que promovem participação e engajamento político.

Em espaços sócio ocupacionais nos quais o contato com os mesmo usuários é recorrente e vínculos são estabelecidos, por que não convidá-los e incluí-los em nossas estratégias de ação? Afinal, se o interesse em uma sociedade mais humana for também objetivo dos usuários do serviços, não seria coerente que a/o assistente social possa trabalhar “com” as pessoas e não trabalhar “para” as pessoas que atende? O ato de “fazer com”, presente da base ideológica da construção de uma mídia independente, passa por um riquíssimo processo de perguntar aos sujeitos historicamente silenciados “Qual história que você entende que precisa ser contada?” e desenvolver junto dele caminhos para contá-la. Um movimento que reverbera em todas as nossas relações.

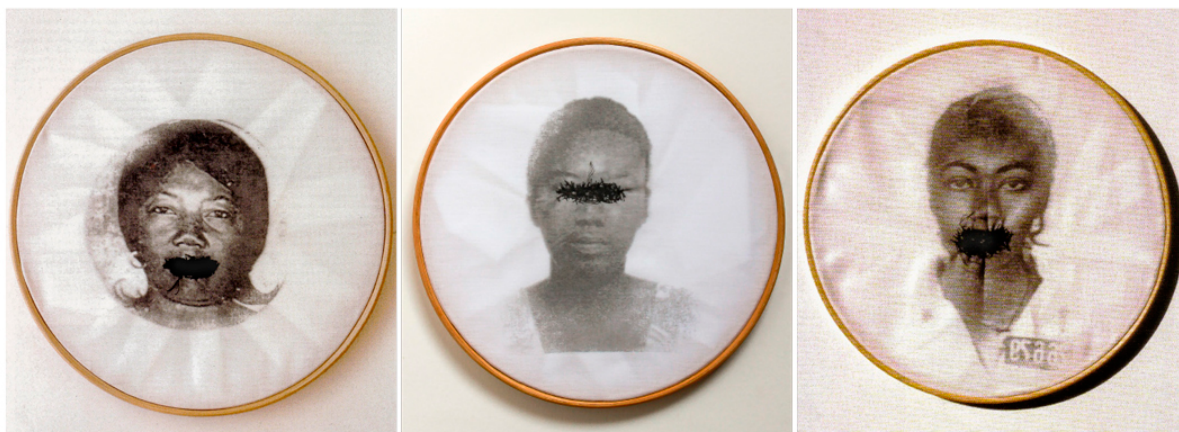


Figura 12

Quando perguntado se adjetivar o jornalismo como “humanizado” não seria uma redundância, Jorge Ijuim respondeu:

A rigor, sim, todos os jornalistas deveriam “escrever sobre gente” e não fazer “matérias inumanas”. Mas, há quem faça matérias inumanas ou, no mínimo, desumanizadoras. E é fácil notar no dia a dia da imprensa reportagens carregadas de preconceitos, de estigmas, que descaracterizam e desqualificam as pessoas. (BORTOLI, 2016, p. 9)

Figueiredo (2011) aponta quatro particularidades essenciais para pensarmos a oligopolização e desregulamentação da mídia brasileira: a propriedade familiar, a vinculação da radiodifusão com as elites políticas, a presença das igrejas, a exclusão do cidadão no processo de formulação e deliberação das políticas públicas para o setor.

Observa-se que no Brasil a estrutura de comunicação formada tradicionalmente não confere o direito pleno à comunicação, visto que existe concentração da propriedade dos veículos de comunicação nas mãos de poucos, fazendo com que não exista um cenário de pluralidade de opiniões e de diversidade cultural, o que dificulta a democratização da comunicação. (COGOY e KLOPP, 2020, p.22)

Que a grande mídia é componente da manutenção da ordem societária capitalista, não é novidade. Mas neste momento, dados nossos objetivos, ao invés de aprofundar essas reflexões, tomemos nota de alguns — dos muitos — exemplos de mídias independentes que funcionam exatamente no pólo oposto dessa relação.

Algumas destas inspirações precisam ser registradas, como o jornal *Lampião da Esquina*, a rádio *TAMTAM*, o jornal *Vozes da Favela*, a Rádio *Boca da Ilha do Jornal da Maré*, o jornal das trabalhadoras do sexo no RJ: *Beijo da rua*<sup>18</sup>, o jornal do sindicato dos servidores de Santos: *Servidores na luta*, o jornal *Ofensiva Socialista*,

<sup>18</sup> Ver mais em:

<https://www.faac.unesp.br/Home/Departamentos/ComunicacaoSocial/midiacidada/dt5-19.pdf>

produzido pela seção brasileira da Alternativa Socialista Internacional (ASI)<sup>19</sup>, entre tantos outros.



Figura 13

Territorialmente falando, trazemos a experiência vizinha do jornal *Zero à Esquerda*<sup>20</sup>, produzido por usuários e trabalhadores do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS-AD) de Santos.

Do ponto de vista temático, podemos apontar alguns destaques que nos acompanharão ao tratar da população em situação de rua. A revista *Ocas*, produzida por uma equipe profissional e vendida por pessoas em situação de vulnerabilidade social, que hoje chega na sua edição nº 122 com tiragem de 5 mil exemplares. O jornal *O Trecheiro*<sup>21</sup>, que desde 1991 é produzido pela organização não governamental Associação Rede Rua e mensalmente dá visibilidade a este segmento da população. E o Jornal *Boca de Rua*, viabilizado pela Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (ALICE), escrito e divulgado em Porto Alegre (RS) há mais de 20 anos e expandido recentemente para versões digitais.

<sup>19</sup> Ver mais em: <https://lsr-asi.org/>

<sup>20</sup> Essa é a experiência mais próxima do Jornal Vozes da Rua, tendo inclusive participantes em comum.

<sup>21</sup> Ver mais em <https://rederuas.wordpress.com/1991/01/01/featured-2/>



Figura 14

O papel e importância dessas mídias é imensurável e, apesar de seus contextos específicos, possuem em comum a propagação de informação e narrativas a partir do ponto de vista da classe trabalhadora.

A ideologia dominante exerce uma função ativa no enfrentamento das tensões sociais, para manter a ordem social em momentos de explicitação das contradições sociais e das lutas de classe. Numa sociedade de raízes culturais conservadoras e autoritárias como a brasileira (Chauí, 2000), a violência é naturalizada; tende a ser despoliticizada, individualizada, tratada em função de suas consequências e abstraída de suas determinações sociais. A ideologia neo liberal — veiculada pela mídia, em certos meios de comunicação como o rádio, a TV, a internet e revistas de grande circulação — falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a “questão social”, incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia. (BARROCO, 2011, p.208)

No contexto desta disputa pela narrativa da história, o Serviço Social poderá corporificar a ideia da comunicação como um direito humano e como um campo de ação política estratégica fundamental para a transformação social, e ao fazê-lo, fortalecer a dimensão técnico-operativa do trabalho profissional, incorporando as mídias independentes como um instrumento pertinente.



Antes de iniciarmos o capítulo 3, é importante dizer que ao longo desta pesquisa, não faltaram riquíssimas experiências de mídias independentes de todo o país, que atuam (ou atuaram) na linha da defesa dos direitos humanos e que dentro de suas limitações e contextos contribuem para mudanças estruturais, afinal,

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de uma multidão de homens ser conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio filosófico”, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 1991, p. 13-14)

Para analisar esse campo de possibilidades, abordaremos a seguir a experiência de criação e implementação do Jornal Vozes da Rua.



### **CAPÍTULO 3: Sonhar, plantar, regar, florir**

**“As coisas não são vistas tal como são, mas tal como somos.”**

**Anaïs Nin**

Começo este capítulo expressando o desejo de que a travessia das reflexões anteriores tenham preparado terreno para apresentar o desenvolvimento do Jornal Vozes da Rua, embora ciente da impossibilidade de fazê-lo de forma absoluta.

Não seria a monografia escrita por uma única pesquisadora capaz de evocar todos os sujeitos, situações e delicadezas que compuseram essa história. Opto, então, por um modelo de texto narrativo, em primeira pessoa, que assume as páginas seguintes como a interpretação singular de uma vivência plural e coloco-a em diálogo com as entrevistas coletadas.

O recorte temporal se fez necessário para dar conta de concluir a pesquisa, já que o Jornal Vozes da Rua é uma ação em andamento, a pleno vapor, e se transforma continuamente. Optei pelo registro de sua origem, seu plantar e seu brotar, iniciando no contexto que propiciou sua existência e indo até o lançamento de sua edição de estreia, em 14 de novembro de 2019. Pretendo, ainda, anunciar algumas mudanças que aconteceram de lá para cá, mas peço que, a qualquer tempo em que se faça essa leitura, não se prendam a minha narração e busquem saber o que é o JVR em seu tempo presente.

Além disso, destaco que tal levantamento merecia uma amostra muito mais ampla de entrevistas, especialmente sendo a equipe do Jornal Vozes da Rua um grupo tão diverso. Entretanto, respeitando o dimensionamento apropriado a um trabalho de conclusão de curso e comprometida com a qualidade dessas leituras e inserções, limitei minha amostra de entrevistados em apenas duas pessoas, o que, dentro dos objetivos dessa pesquisa, me levou ao recorte intencional de selecionar uma assistente social e um usuário da rede de serviços socioassistenciais.

Entrevistada 1: 29 anos, equipe do Jornal Vozes da Rua, mestra em Serviço Social, assistente social no Serviço de execução direta de Abordagem Social da População em Situação de Rua no município de Santos, diretora do CRESS-SP, militante do movimento Luta Popular e minha supervisora de estágio por um ano. Ela é, também, responsável por autorizar a execução do Jornal Vozes da Rua como projeto de intervenção de estágio supervisionado.

Entrevistado 2: 62 anos, equipe do Jornal Vozes da Rua, graduado em publicidade, morador de Santos desde 1999 e em situação de rua desde 2015, atualmente fora da rua e militando no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Ele é responsável pela ideia de iniciarmos um jornal.

O Jornal Vozes da Rua não foi intervenção pertencente a nenhuma categoria profissional específica, sendo justamente a composição plural o motor de sua existência, inclusive, por vezes, extrapolando o âmbito profissional na vida dos envolvidos: “A minha relação com o Jornal Vozes da Rua é íntima” (Entrevistado 2).

Entretanto, a fim de avaliá-lo como possível ferramenta do trabalho profissional de assistente sociais, e desvelar suas convergências com nosso projeto ético-político, trilho a seguir pontos de análise que agrupam esta familiaridade: estágio supervisionado e espaço sócio-ocupacional, escuta e construção coletiva, mobilização, participação política e rede, território, construção, formação e articulação, linguagem e formato. Assim, fechando com o marco do lançamento do JVR, seguido de um ponto de considerações sobre seus desdobramentos posteriores, que incluem uma breve avaliação dos impactos da pandemia sobre o segmento populacional das pessoas em situação de rua.

### 3.1 O Estágio Supervisionado e espaço sócio ocupacional

**"Ainda vão me matar numa rua. Quando descobrirem, principalmente, que faço parte dessa gente que pensa que a rua é a parte principal da cidade."**

**Paulo Leminski**

Diante da precarização no mundo do trabalho, foi comum ao longo de minha formação ouvir relatos de espaços sócio-ocupacionais que entendem o estagiário como um empregado de baixo custo, que realiza normalmente funções mais burocráticas e que pouco interfere no cotidiano do trabalho profissional de seu supervisor e da equipe de trabalhadores como um todo.

Nas supervisões acadêmicas coletivas, em meio a tantos relatos frustrados, penso em como ter entrado no Serviço de Abordagem<sup>22</sup> Social da População em Situação de Rua foi uma das melhores coisas que já me aconteceu.

Foram muitas reflexões trazidas por essa vivência, que lapidaram a minha compreensão da profissão e que, ao meu ver, prepararam o solo no qual o projeto

---

<sup>22</sup> O termo “Abordagem” carrega uma semântica policialesca. Assim, alguns militantes reivindicam pelo termo “Aproximação Social”.



do Jornal Vozes da Rua pode se enraizar. Compartilho algumas delas:

- a real compreensão do significado do trabalho psicossocial, tendo assistentes sociais e psicóloga trabalhando efetivamente em conjunto, de forma transversal e ritmada;

1º dia de estágio [...] Sentamos na sala das técnicas onde conheci M, a psicóloga do serviço. M.E. já tinha me falado muito bem dela, mas achei pessoalmente a figura ainda mais cativante. Me recebeu com atenção e contou muitas coisas sobre sua experiência enquanto psicóloga naquele espaço. “Se existe subjetividade no Serviço Social, eu encontrei ela aqui.” (OLIVEIRA, 2019)

- a materialização do trabalho em rede, que propiciou enxergar os fluxos de atendimento e seus significados, além de oportunizar minha aproximação com outros espaços, como as reuniões com a população em situação de rua no “grupo de quinta”, onde surgiu a ideia do jornal;
- o esforço da horizontalidade, ao ter minha participação e fala consideradas e estimuladas, inclusive pela chefia do serviço, que participava de todas as esferas do atendimento e dedicava um empenho excepcional em romper com o autoritarismo característico de sua função;
- o domínio do projeto profissional do Serviço Social por parte das técnicas e a clareza da compreensão do estágio como uma etapa do processo de formação, a partir da indicação e fornecimento de textos, momentos reservados a supervisão, discussão de casos e o cuidado permanente de contextualizar e refletir coletivamente sobre suas ações;
- e a principal de todas as reflexões: o Serviço Social na rua.

O tal sigilo, por exemplo, ou melhor, a visita domiciliar! Como se faz visita domiciliar para alguém que vive na rua? A gente vai aprendendo, chegando com respeito, com diálogo, mas os parâmetros são outros, não dá pra trabalhar com Pop Rua e andar com protocolo embaixo do braço. (Fala de um operador social em OLIVEIRA, 2019)

Fazer mediações entre todo o acúmulo do Serviço Social e sua aplicação na rua exige muito “jogo de cintura” e ainda têm poucos referenciais bibliográficos, porém o trabalho na rua é um desafio necessário. O Serviço de Abordagem Social é concebido pela ideia de que alguns sujeitos em situação de rua estão de tal maneira desprotegidos e desvinculados da ideia de proteção social que só acessarão seus direitos mínimos se houver uma iniciativa de busca-ativa por parte da rede de atendimento. Essa característica segue a mesma lógica do Consultório na Rua, ambos pautados pelo dinamismo de territorialização das ações.

[...] A Abordagem Social constitui-se em processo de trabalho planejado de aproximação, escuta qualificada e construção de vínculo de confiança com pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social nos espaços públicos para atender, acompanhar e mediar acesso à rede de proteção social (BRASIL, 2013, p.7)

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (resolução 109/2009-CNAS), o serviço de Abordagem Social está localizado no âmbito da Proteção Social especial de média complexidade do SUAS e tem como objetivos:

- identificar famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem, estratégias de sobrevivência, procedência, projetos de vida e relações estabelecidas com as instituições;
- construir o processo de saídas das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais;
- promover ações para a reinserção familiar e comunitária;
- promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias.

Tendo como proposta a mediação de condições de acesso à direitos, a experiência de estágio supervisionado foi permeada por uma relação constante com outros serviços da rede socioassistencial.

Sobre o contexto de organização dos serviços socioassistenciais dispostos no município, trago que em 2018, o então prefeito de Santos, Paulo Alexandre (PSDB), assinou o decreto da fusão das secretarias de Relações Institucionais e Cidadania (Seric) com a Secretaria de Assistência Social (Seas), nascendo assim em Santos a Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds). Nessa secretaria, encontra-se a Coordenadoria de Atenção Social à População em Situação de Rua, que é composta por quatro serviços de execução direta: Serviço Especializado em Abordagem Social, Centro Pop, Seacolhe-AIF, Seabrigo-AIF e o abrigo emergencial que costumava funcionar apenas no inverno e agora assume caráter permanente frente à pandemia de COVID-19. Além de três instituições conveniadas: o Albergue Noturno, a Casa das Anas e a Casa de acolhimento Êxodo.

Entretanto, para trabalhar com coerência com a população em situação de rua é preciso se inserir em seus fluxos e estabelecer redes mais amplas. Por isso, a abordagem social também está em diálogo com outros espaços: serviços da rede de saúde, sociojurídica e, eventualmente, das demais políticas, espaços como o Centro

Espírita Luiz Monteiro de Barros, Ismênia de Jesus, Bom Prato, igrejas, espaços de controle social como o CMAS<sup>23</sup> e o COMAD<sup>24</sup>, diálogo com movimentos sociais e com a rede pública e privada, as organizações sociais, as instituições filantrópicas e as redes de apoio informal como comércios, que compõem o dia a dia deste segmento populacional.

Além de operadores sociais<sup>25</sup>, a equipe do serviço de abordagem é composta pela presença de uma equipe técnica de nível superior, profissionais de Serviço Social e de Psicologia, demonstrando a importância de competências especializadas e o aumento de possibilidades interventivas que essas profissionais agregam ao colocar suas atribuições privativas e seu olhar ampliado sobre a realidade a serviço do cotidiano de atendimento. A presença de técnicas de nível superior, segundo a Resolução número nove, de 18 de abril de 2013 do CNAS, também é critério para repasse dos recursos do cofinanciamento federal. Ou seja, o impacto desta equipe tem reverberações em nível técnico, teórico-metodológico, ético-político e financeiro na oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social.

Essa capacidade de leitura ampliada das situações pode ser exemplificada pelo momento em que levei a ideia de construir o Jornal Vozes da Rua para minha supervisora, como possível projeto de intervenção previsto no plano de estágio. Ela não só escutou, como imediatamente me apresentou a convergência que ele teria com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), na qual constam o “Direito à informação, enquanto direito primário do cidadão, sobretudo àqueles com vivência de barreiras culturais, de leitura, de limitações físicas” e o “Direito do usuário ao protagonismo e manifestação de seus interesses”, ambos presentes no eixo de defesa social e institucional.

Na sala das técnicas, no endereço onde se situava a base do serviço de abordagem (R. Conselheiro Saraiva, 13), havia uma lousa cheia de frases ouvidas na rua. Hoje, olhando para isso, percebo que muito antes da ideia e execução do jornal, elas já atuavam na perspectiva de atenção e valorização das “vozes da rua”.

---

<sup>23</sup> Conselho Municipal de Assistência Social

<sup>24</sup> Conselho Municipal de Políticas sobre drogas

<sup>25</sup> Profissional de nível médio que compõe o maior volume de trabalhadores nos serviços socioassistenciais. Neste caso, executando e monitorando contato direto com as pessoas em situação de rua e encaminhando para o atendimento técnico quando avaliarem necessário.

Além da aproximação, vinculação e atendimento à população, essa vivência ganhou outra camada de densidade por ser componente do Projeto Integrado de Pesquisa e Extensão sobre População em Situação de Rua, uma parceria da UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo com a Prefeitura de Santos. Esse projeto abriu a possibilidade de estágio com bolsa e também oportunizou uma rede de estagiários distribuídos nos serviços, potencializando as trocas entre os estudantes e qualificando as compreensões de fluxos e dinâmicas na execução da política de Assistência Social no município, além de propiciar uma leitura crítica do programa de governo “Novo Olhar”, que publicamente tem função de potencializar essa rede, de forma intersecretarial, mas que no cotidiano se mostra afastado da realidade dos usuários e serviços.

Uma das propostas do decreto que instituiu tal programa era a realização de um Censo da População em Situação de Rua, já que estas pessoas não são

contabilizadas pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com metodologia domiciliar e que o último censo específico havia sido realizado em 2013. O censo foi feito em outubro de 2019 e, entre diversas intercorrências, em fevereiro de 2021 ainda não foi divulgado o relatório completo de análise de dados, somente foi divulgado um relatório parcial, mais de um ano depois de sua realização e com a infeliz circunstância da pandemia de COVID-19 que certamente já cria alterações nos resultados obtidos. Ainda que com todas essas dificuldades, foi de grande aprendizagem participar do processo censitário, desde a elaboração do questionário e trajetos até a computação de respostas, compreendendo as competências especializadas que envolvem o processo e o quão fundamental seria realizá-lo com maior organicidade entre os trabalhadores da base que são quem, de fato, conhecem as dinâmicas do território e possuem os vínculos de confiança com aqueles que pretendemos acessar.



Figura 16

O estágio foi composto por um cronograma de atividades muito diversas, ampliando minha compreensão do trabalho profissional. Quando questiono a assistente social entrevistada sobre compreender o Jornal Vozes da Rua como parte de seu trabalho no Serviço Especializado em Abordagem Social e a importância dessa ferramenta em seu cotidiano profissional:

(...) do ponto de vista do trabalho profissional ele [o jornal] é importante no sentido de que a gente avança na perspectiva de não individualização dos atendimentos, em uma perspectiva que pudesse coletivizar os anseios, tanto que a gente têm, quanto que as pessoas que a gente atende têm, num sentido de processo organizativo mesmo, numa perspectiva de organização política das pessoas. Acho que a gente tem muita dificuldade, num geral, quando a gente tá nos espaços sócio ocupacionais, de pensar maneiras de

materializar o que a gente defende enquanto projeto de profissão, porque a gente tem uma visão muito boa de um projeto de sociedade e de entendimento também do nosso trabalho, de uma perspectiva de estar alinhado com os sujeitos sociais que são atendidos nos locais que a gente trabalha, mas a gente tem dificuldade de coletivizar isso, então acho que o Jornal foi e tem sido uma possibilidade da gente provar que é possível a gente coletivizar o nosso trabalho. Isso traz uma perspectiva que extrapola aquele atendimento mais individualizado, de encaminhamentos mais comuns do nosso dia-a-dia, de documentação ou encaminhamentos para serviços, no geral, mostra que há a possibilidade da gente extrapolar inclusive essa relação da assistente social ali como detentora do poder e o usuário como aquela pessoa que vai buscar o assistente social que tem o poder ali de transformar, de certa forma, a sua vida. (Entrevistada 1)

Partindo desta resposta, questiono porque então ela fez opção de não realizar atividades do jornal em seu horário de trabalho.

(...) porque quando a gente trabalha com processos de organização e mobilização, a gente também se choca com interesses diferentes. Quando a gente discute, por exemplo no processo de formação mesmo, que o assistente social tem uma autonomia relativa nos seus espaços sócio ocupacionais, isso tem um pouco a ver. Por que essa autonomia relativa? Porque os interesses das instituições, sejam elas inclusive públicas, não são, na maior parte das vezes, os interesses que a nossa profissão defende. Então eu acho que foram estratégias para que eu pudesse estar nesse lugar, contribuindo para a manutenção e construção desse espaço, mas também entendendo que eu sou uma pessoa que preciso trabalhar, sou uma trabalhadora e não posso também me colocar numa posição de um enfrentamento tão direto com pessoas que têm uma visão diferente, né?! Interesses diferentes. (Entrevistada 1)

Acredito que estas falas exponham dois pontos que abordamos anteriormente e que valem destaque. Primeiro, o quanto a ideologia neoconservadora tende a se irradiar nas instituições e se traduzir em cobranças ao profissional para que este dê respostas imediatas e pragmáticas, sendo “a perspectiva que extrapola aquele atendimento mais individualizado” um esforço de resistência a essa pressão. O segundo ponto vem de encontro com a concepção de Estado como espaço de contradição, onde o papel protetivo e a manutenção da ordem burguesa provocarão tensionamentos e conflitos de interesse, fazendo com que a assistente social que o tem como empregador reconheça suas possibilidades de atuação no fortalecimento da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que reconhece a fragilidade de sua condição de trabalhadora assalariada e opta por preservar seu vínculo de trabalho, realizando essas atividades fora do horário de trabalho.

### **3.2 Escuta e Construção coletiva**

**“[...] um homem sozinho é apenas um animal.**

**A humanidade começa nos que te rodeiam, e não exatamente em ti.”**

**Valter Hugo Mãe**



Nos reunimos como de costume no “grupo de quinta”, coordenado pela assistente social Z.. O encontro semanal acontecia no Centro Espírita Luiz Monteiro de Barros, espaço conhecido pelo famoso “Chá do Caetano”, um café da manhã oferecido pelo LMB à população em situação de rua. Décio tinha retornado da etapa estadual de mobilização, puxada pelo Movimento Nacional da população de rua, que se preparava para ir em peso à Brasília. Ele contava sobre o encontro quando F., um dos voluntários do grupo questionou “Ok, e quais são os pontos fracos? No que você acha que podemos ajudar a melhorar?” e Décio sem hesitar responde “Nossa comunicação é muito ruim, precisamos de um jornal.” (OLIVEIRA, 15 de agosto de 2019)

Nesta mesma reunião, me coloquei como designer gráfica e iniciei um diálogo com Décio — que tem formação em publicidade e, portanto, noções editoriais avançadas e que, naquele momento, encontrava-se em situação de rua — sobre como poderíamos dar materialidade a sua ideia e corri pedir para minha supervisora autorização para fazer desta construção meu projeto de intervenção de estágio, permitindo que eu dedicasse mais tempo. Alinhados no princípio de que deveríamos montar a pauta a partir de uma pesquisa de campo, emprestei a Décio um gravador digital e combinamos que, na etapa Nacional, em Brasília, ele coletaria com as pessoas seus principais temas de interesse.

## População em Situação de Rua cobra políticas públicas em debate na Câmara dos Deputados

manchete 08 (2019)

Em 22 agosto de 2019, Décio era um entre dezenas de militantes do Movimento Nacional da População de Rua de todo o Brasil que, depois das etapas estaduais, chegavam à câmara dos deputados em Brasília para reivindicar a implementação de um Dia Nacional voltado à defesa de direitos da população em situação de rua e a garantia de empenho na expansão e execução da Política Nacional desse segmento, instituída em 2009 pelo Decreto 7.053. Essa pressão resultou na criação de uma Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua.



Figura 17

Nesse encontro, 17 pessoas foram entrevistadas e questionadas sobre o que elas entendiam que deveria constar num jornal para a população em situação de rua. As pautas citadas como possíveis conteúdos para nosso jornal foram: “moradia” (6x); “informações, direitos e deveres” (5x); “apresentar trajetórias de vida, se expressar, contar quem sou, como é o dia a dia” (5x); “emprego” (3x); “denúncias, violações, preconceito” (3x) e “saúde” (2x). As respostas demonstraram convergência com o MNPR, que naquele ano levantava como principal bandeira a “Moradia Primeiro”.

O modelo de atendimento traduzido no Brasil como “moradia primeiro” é conhecido mundialmente como “housing first” e “a principal característica do programa diz respeito à oferta de moradia permanente às pessoas em situação de rua como estratégia primária.” (NASCIMENTO, 2019), supondo que a partir da efetivação deste direito, os demais direitos se tornarão mais acessíveis.

Nesse sentido, o Housing First opera a partir de oito princípios fundamentais: o acesso à moradia é um direito humano; estímulo à autodeterminação e autonomia; separação do acesso à moradia da escolha pelo tratamento; apoio e orientação para serviços intersetoriais de saúde, assistência social, justiça e educação; redução de danos; compromisso ativo sem coerção; planejamento centrado na pessoa e sua singularidade; suporte flexível e disponível durante o tempo necessário (FEANTSA apud NASCIMENTO, 2019, p. 50).



Na captura dos possíveis temas para recheiar o Jornal Vozes da Rua, ainda sem nome naquele momento, nota-se, portanto, que dois princípios já se mostram presentes desde a origem do jornal: a escuta e a construção coletiva com as demandas que emergem da rua.

[...] essa vontade de formar um meio de comunicação direto com a população em situação de rua, não só com ela, mas *também no qual ela própria pudesse falar*. Porque isso é mais importante do que ser um meio de comunicação *para* elas, né?! Então, que falasse com elas, mas que elas também pudessem falar por meio dessa mídia. (Entrevistada 1, grifo da autora)

A preexistência do *grupo de quinta*, fundado pela assistente social Z., propiciou as bases para o exercício da quebra de hierarquias e a construção de um espaço seguro para compartilhamento de ideias e debates. Todas as pessoas que compunham o grupo naquele momento devem ser pensadas como co-fundadoras e, entre ideias, contatos e contribuições concretas, se envolvem em alguma medida para a materialização do JVR. Entre elas, R.R., multiartista, ex-estivador, em situação de rua no município de Santos e autor dos primeiros esboços do logo do Jornal Vozes da Rua, que depois digitalizei e vetorizei<sup>26</sup> com finalidade de impressão, já pensando nos espaços virtuais que também poderiam ser ocupados futuramente. O nome surge em uma conversa despretensiosa entre eu, D., R e JP, estudante de psicologia que participava do grupo de quinta e compunha o espaço da clínica aberta e comum, um grupo que promoveu muitas aproximações a partir de rodas de música que ocorriam no entorno do mercado municipal de Santos.

---

<sup>26</sup> Vetorização é o processo de redesenhar uma imagem digitalmente.

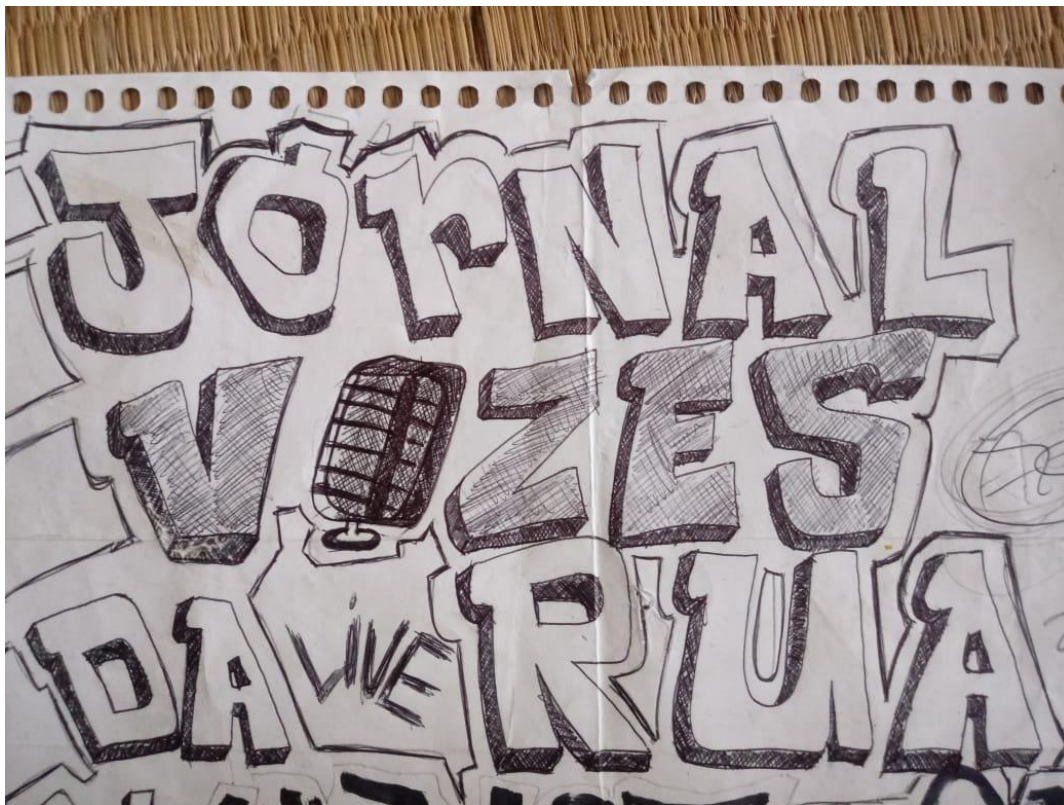


Figura 18

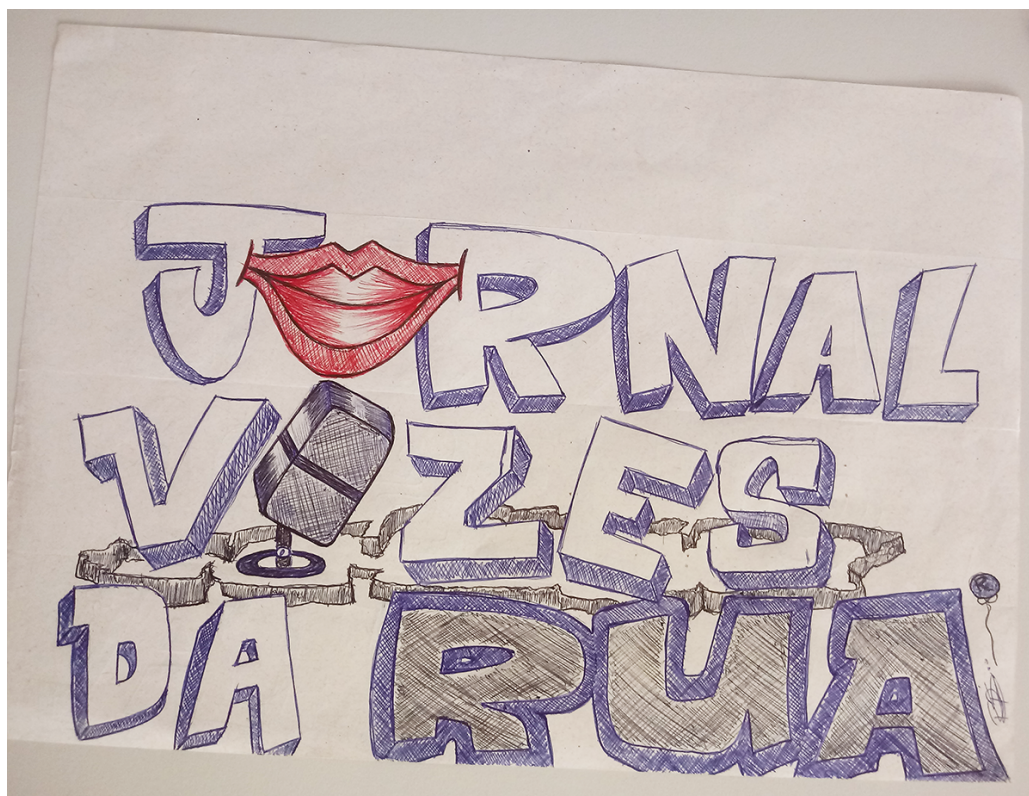


Figura 19



Figura 20

Pensando na importância de legitimar o pertencimento de cada um que se envolvia com o jornal, uma das primeiras coisas que fiz foi imprimir um “cartão de visita” para cada participante, isto é, tiras de papel sulfite com o Nome e o e-mail que criamos para o jornal. Esse foi um instrumento, ainda que simplório, muito significativo e amplamente utilizado.



Figura 21

A troca que resulta em uma construção coletiva não ocorreu somente com a participação dos usuários, mas, também, se enriqueceu por atravessar diferentes atores sociais; trabalhadores e estagiários de outros serviços, estudantes da

UNIFESP e da Universidade Católica de Santos (UNISantos), trabalhadores de entidades sociais e outros munícipes voluntários.

Eu acho que é isso, a possibilidade de, coletivamente, todo mundo, se colocar em patamares mais de igualdade, profissionais e usuários atendidos, no sentido de pensar o que tá errado e o que a gente pode fazer para melhorar ou mudar isso, que a gente entende que não é correto. (Entrevistada 1)

Provocar movimentos, dinamizar relações, contribuir apontando as prioridades com as quais nos alinhamos, sem no entanto a pretensão de superar todos os problemas e desafios colocados às pessoas em situação de rua e à sociedade como um todo. Esse é um limite que se mostra na resposta do entrevistado 2 quando questionado sobre as mudanças que o jornal provocou em sua vida.

Não mudou muito na minha vida não. Eu fico contente em perceber que ele conseguiu aglutinar pessoas, e isso na minha vida deveria causar um impacto bom, positivo, entretanto não é somente isso. Não é por apenas esse fato. (Entrevistado 2)

Esta resposta me faz retomar a postura messiânica colocada no capítulo dois como um risco aos profissionais do serviço social. O desafio aqui é o de encarar o processo de construção do Jornal Vozes da Rua com o otimismo que, de fato, lhe cabe, sem esquivar-se de uma leitura mais ampla de sociedade que reconhece o fenômeno da população em situação de rua como fenômeno antigo, multideterminado e inerente à sociedade capitalista. Que não se resolve somente com um projeto comprometido e bem executado. A importância de não superdimensionar esse espaço é fundamental para o reconhecimento de que não faremos nada significativo sozinhos.

### **3.3 Mobilização, Participação Política e Rede**

**“Porque a comunicação é alma.**

**Se não tá conseguindo falar a língua do povo, vai perder mesmo.”**

**Mano Brown, 23 de outubro, Lapa RJ**

Ainda na contextualização do nascimento do Jornal Vozes da Rua, é essencial situar que, enquanto aconteciam os encontros semanais do grupo de quinta no LMB, também foi iniciado um processo de mobilização mais ampla que envolvia toda a rede socioassistencial.



## Suspensa convocação da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social

**Conferência foi “desconvocada” pela presidenta do CNAS com base em parecer da CONJUR/MC.**

Manchete 09 (2019)

As Conferências municipais, estaduais e nacionais de Assistência Social, são mecanismos de democratização da gestão pública e a convocação destas conferências é parte fundamental para garantir a participação de trabalhadoras/es, usuárias/os e gestoras/es na construção e deliberação de debates que nortearão encaminhamentos e recursos para o período seguinte.

No primeiro semestre de 2019, foi noticiada a decisão do governo, por meio do então ministro da cidadania, Osmar Terra (MDB) — atualmente réu por improbidade administrativa — a suspensão da Conferência Nacional daquele ano, através de parecer da Consultoria Jurídica do Ministério da Cidadania (CONJUR/MC) em 21 de março de 2019, o que foi gatilho para uma intensa mobilização.

Após decisão do Governo em não convocar a Conferência Nacional foi iniciada uma articulação entre entidades, movimentos sociais, integrantes do CNAS, representação de usuários/as, trabalhadores/as e entidades de defesa da assistência social para organização da Conferência. Neste sentido, as entidades da sociedade civil, deliberaram por convocar a referida Conferência, sob o nome de “CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Direito do povo, com Financiamento Público e Participação Social”, que está prevista para o mês de Novembro. (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO, 2019, p. 1)

Em Santos, a mobilização para realizar a conferência municipal democrática, centrada no CMAS, gerou a possibilidade de organização de pré-conferências temáticas, nas quais haveria mais espaço para construir diretrizes específicas em cada assunto, eleger delegados e fomentar a participação na etapa municipal. Dadas tais condições, a assistente social, conselheira do CMAS e minha supervisora de estágio, N.G., iniciou a convocação para reuniões de articulação que ganharam corpo e que culminaram na realização da 1ª Pré Conferência Municipal de Assistência Social com temática “População em Situação de Rua”, que se fundiu a comemoração do Dia Nacional da População em Situação de Rua. A conferência contou com participação de mais de 220 pessoas em praça pública, elegendo 22



Essa mobilização está no DNA do Jornal Vozes da Rua, ampliando a compreensão da integralidade das pessoas em situação de rua e da necessidade de compormos redes, o que impulsionou um diálogo plural com serviços, entidades, grupos de pesquisa e extensão, gestores e voluntários, o que pode ser ilustrado tanto pela resposta da entrevistada 1 quando questionada dos impactos desse processo em seu cotidiano profissional, quanto pela programação plural do folheto abaixo, amplamente impresso e distribuído.

(...) ele [o jornal] qualificou o meu trabalho e contribuiu para que eu tivesse uma perspectiva mais coletiva, fizesse debates mais profundos de entendimento sobre, enfim, os processos de desigualdade, sobre perspectivas que não são individuais, porque a gente entende, inclusive, que as políticas elas têm um limite e a política de assistência é isso, né?! A maneira até como ela se organiza, ela não é uma política que, de fato tenha o interesse, por mais que ela diga isso nos seus manuais, de coletivizar, de organizar, de proporcionar autonomia, e eu acho que o Jornal contribui para que eu me insira nesse processo com os sujeitos atendidos pela política. (Entrevistada 1)

**29 AGOSTO 08H-20H**

**LOCAL:**  
Mercado  
Municipal  
de Santos

**CONVITAMOS  
TODOS A PARTICIPAR**

**DIA NACIONAL  
DE LUTA DA POPULAÇÃO  
EM SITUAÇÃO DE RUA**

**08h-10h** Cortes de cabelo com Salão Autoestima;  
Vacinação de cães e gatos

**10h-12h** Pré Conferência Municipal de Assistência  
Social - Tema: População em Situação de Rua

**12h-13h** Almoço

**13h-16h** Plantão de orientação sobre Saúde,  
Assistência Social e serviços Sociojurídicos;  
Plantão de atendimento psicológico;  
Plantão de atendimento odontológico;  
Avaliação Postural (fisioterapia);  
Aferição de Pressão Arterial e Oficina sobre  
Chás e Plantas Medicinais (Farmácia);  
Projeto Geloteca (Graffiti e leitura);  
Oficina de Malabares (13h - 14h30);  
Espaço de jogos (dama, xadrez, dominó e  
ping-pong)

**16h-18h** Roda de Música

**18h** Cinema no mercado

ACOLHA.  
NÃO PUNA.

TODOS  
PELO SUAS!

\* SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Figura 23

A mobilização que ocorreu neste momento para a realização da Pré-Conferência, atribuiu um outro princípio fundante ao Jornal Vozes da Rua, o de estímulo à participação política e ao controle social.

O Controle Social é a participação da sociedade civil nos processos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da gestão pública e na execução das políticas e programas públicos. Trata-se de uma ação conjunta entre Estado e sociedade em que o eixo central é o compartilhamento de responsabilidades com vistas a aumentar o nível da eficácia e efetividade das políticas e programas públicos. (BRASIL apud BITENCOURT, 2015, p.42)

A partir dessa experiência de debate, deliberação e eleição, pudemos, coletivamente, vislumbrar a potência do protagonismo da população em situação de

rua não só na pressão para efetivação de seus direitos, mas, também, na proposição e elaboração destas políticas. Ali estava uma população frequentemente desconsiderada como sujeito político, ora por desprezo ora por tutela, mostrando que pode organizar-se e falar por si.

(...) para além de uma função de comunicação [do Jornal Vozes da Rua], acho que mais importante que isso é o processo de mobilização e organização das pessoas em situação de rua, junto com outros sujeitos sociais, né, então estudantes, trabalhadores da rede pública e privada com pessoas para além da política de assistência, mas especificamente com trabalhadores e usuários referenciados na política de assistência em Santos. (Entrevistada 1)

A seguir, a fim de registrar pontos que nos ajudem a compreender os significados desta ocasião, reproduzo parte da relatoria na qual constam as propostas aprovadas<sup>27</sup> na Pré-Conferência.

- Acolhimento para mulheres em situação de rua com execução direta;
- Adesão do Município à Política Nacional da População em Situação de Rua (Criação do comitê intersetorial da população em situação de rua e minuta para o projeto de lei para política municipal da População em Situação de Rua);
- Convênio Senai/Senac para oferta de cursos;
- Programas de inserção no mercado de trabalho;
- Ampliação do número de vagas do Projeto Fênix;
- Isenção de passagem do ônibus para desempregados;
- Salas de informática nos serviços Copros-Pop;
- Disponibilidade de vagas para acolhimento de migrantes;
- Contratação de oficinairos para os serviços Copros-Pop;
- Implantação de casa de convalescência;
- Adequação do Seacolhe-Aíf para acolher a demanda do Município;
- Construção de Moradia popular para a população em situação de rua;
- Capacitação dos profissionais do SUAS para atender questões de saúde mental;
- Adequação e ampliação de recursos humanos e físicos do Centro Pop e Equipe de Abordagem para aumento do número de atendimentos;
- Atenção e cuidado aos idosos em situação de rua;
- Criação de um espaço para a população LGBT que se encontra em situação de rua;
- Fim da truculência e impunidade por parte de “alguns” agentes principalmente por parte da GCM as pessoas em situação de rua;
- Adequação dos serviços de acolhimento com capacidade de receber as pessoas em situação de rua com seus animais;
- Banheiros públicos químicos, principalmente na região do Mercado Municipal;
- Acolhimento institucional antes do PIA - Plano Individual de Atendimento;
- Aluguel social para a Pop Rua.

Desemprego, proteção para mulheres, LGBTQI+, idosos, migração, truculência, direito à cidade, moradia, políticas públicas e serviços de execução direta, são algumas das temáticas. Apesar de não fazer a discussão ponto a ponto, acredito que fique suficientemente demonstrado o quanto todas as demandas

<sup>27</sup> O documento na íntegra consta em “ANEXOS”.



apresentadas dialogam com a caracterização do fenômeno e da população em situação de rua, feitos no capítulo 1. Evidenciando, com isso, mais uma vez, o quanto a negação e violação dos direitos não é falta de mapeamento e reconhecimento dessas necessidades, nem tão pouco falta de apontamento de soluções.

Além da participação na organização, mobilização e no momento pré-conferencial, com 22 delegados a População em Situação de Rua se fez presente na Conferência Municipal de Assistência Social de Santos, ocupando um espaço inédito e fazendo história no município.



Figura 24

O crescimento exponencial proporcionado pelo trabalho em rede, lança o Jornal Vozes da Rua para outro patamar de visibilidade, já em sua origem, e é aí

que enxergamos a importância de nos situarmos numa base de princípios, para que as tensões e os interesses antagônicos que surgirão não nos descaracterizem.

A gente tem uma capacidade de construir redes muito amplas, e redes muito amplas quer dizer que são pessoas com interesses muito diferentes. E eu acho que a gente ainda não sabe muito bem como lidar com isso e isso pode ser um perigo, no sentido de pra onde a gente vai e o que a gente vai ser porque, na minha opinião, o que a gente diz que a gente quer ser, né, numa perspectiva de defesa das pessoas em situação de rua, em algum momento, a gente vai ter que fazer uma opção de qual rede a gente vai fortalecer. (Entrevistada 1)

Entendo que essa resposta aponte um risco que merece toda nossa atenção. Não é porque temos consciência da necessidade de estabelecermos redes que não teremos critérios para tanto. A facilidade com a qual o capitalismo sofisticou seus mecanismos de opressão ao longo do tempo é a mesma facilidade com a qual movimentos contra hegemônicos serão cooptados se não tiverem princípios claros e alinhados entre todos seus componentes.

### **3.4 O território**

Ao revisitar essa identidade embrionária do JVR, penso que seja de extrema relevância apresentar o território em que essa mobilização acontece: O Mercado Municipal de Santos e seu entorno. Para tanto, entendo como fundamental que o território não seja visto como mero endereço ou cenário de fixação e permanência da população em situação de rua e desenvolvimento das ações, mas sim como agente histórico, em constante transformação, que atravessa as relações sociais e compõe a identidade dos sujeitos ali atendidos e dos serviços ali prestados.

O Mercado Municipal no endereço que conhecemos hoje foi construído em 1902, em contexto de acelerada expansão comercial e populacional santista. Naquele momento, a região passava a ser responsável pelo abastecimento alimentício da população e anos depois, com a construção da rampa dos atracadouros na Bacia do Mercado, também passou a transportar cargas e passageiros para navios e para o antigo Itapema, local que depois se tornaria o distrito de Vicente de Carvalho, em Guarujá.

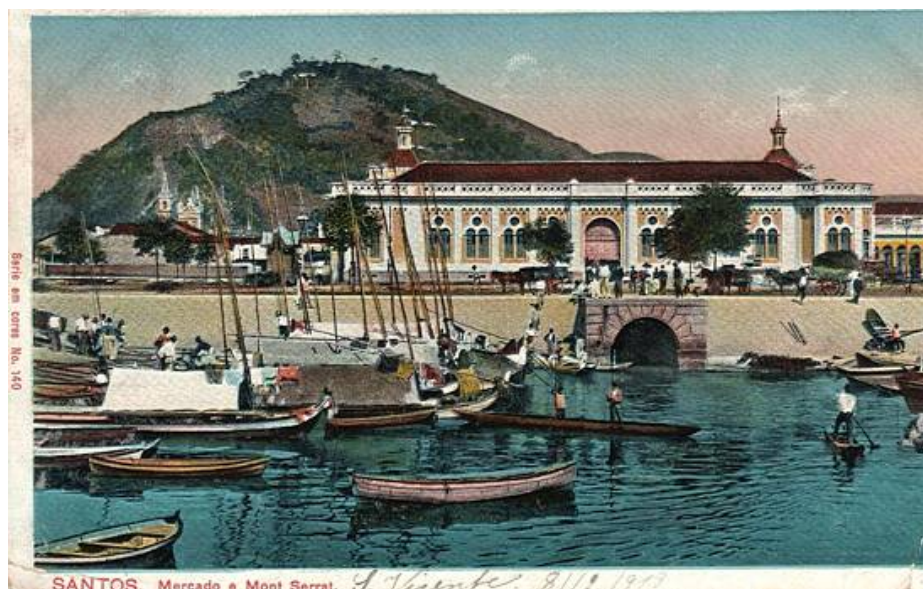


Figura 25

Frutas, legumes, verduras, peixes e carnes, que iam e vinham de diversas cidades da Baixada, eram vendidos dentro da luxuosa edificação, de inspiração arquitetônica européia, demarcando um momento de intenso crescimento econômico. Entretanto, na mesma medida em que gerava riqueza, a enorme circulação de pessoas e as baixíssimas condições de salubridade no trabalho portuário geraram requisitos para entrada de doenças que rapidamente se alastraram em grandes epidemias. Segundo LIMA(2012), “a mortalidade era tão alta, que entre 1890 e 1904, mais da metade da população morreu em Santos devido a doenças como febre amarela, tifo, varíola e peste bubônica.”. É a partir de então que a elite santista migra majoritariamente para a orla da cidade, fugindo do foco de doenças, e se inicia o processo de decadência e sucateamento deste território. Seu passado exuberante aos poucos é substituído por prédios abandonados e sem manutenção, cortiços, pequenos comércios e aos poucos passa a ser ocupado por uma população de estrato social drasticamente inferior, frequentemente em situação de rua.

O deslocamento do polo comercial da cidade significou também o deslocamento das atenções e recursos implicados em seu desenvolvimento. Assim, quando o Mercado Municipal de Santos é descartado pela elite santista, a região, conseqüentemente, também perde investimentos em infraestrutura, serviços e políticas públicas.

De lá pra cá, projetos de revitalização urbana de diversas naturezas foram propostos, discutidos e alguns até implementados, em grande medida pautados pela



especulação imobiliária, gentrificação e expulsão destes corpos. O que se vê atualmente é que o acirramento da desigualdade socioespacial na cidade vem dia após dia agravando o quadro de pobreza na região, que tem sido dona das atenções de muitos projetos sociais.

Pensando nos lugares em que o JVR se elabora, além da própria rua, decidimos, já no início, que nossas reuniões seriam itinerantes, passando especialmente pelos serviços da rede de atendimento socioassistencial, uma maneira de conhecermos os serviços existentes, aproximarmos usuários e trabalhadores do projeto, e levarmos para dentro destes espaços discussões que acreditávamos que ainda não chegavam ali.



Figura 26

Quando questionada sobre o impacto do JVR na rede, a entrevistada 1 responde:

do ponto de vista da rede, eu acho que a gente conseguiu fazer com que o Jornal tomasse um patamar de ser maior inclusive do que é o meu trabalho, de compreensão de que ele pode estar em todos os espaços da rede socioassistencial, e que ele foi bom para todos os espaços que ele pode estar. Eu acho que quando a gente optou por fazer reuniões em vários serviços da rede socioassistencial, por mais pontuais que foram em alguns momentos, [...] talvez o debate não teria chegado para aquele conjunto de usuários e trabalhadores daquele serviço. E, para além disso, como que aquilo fortaleceu com que trabalhadores daquele lugar pudessem se colocar hoje enquanto parte da equipe do Jornal. Acho que serve para outros espaços da rede socioassistencial que a gente esteve... o próprio Centro POP, a SEACOLHE, acho que foi bom para os usuários e para os trabalhadores nesse sentido, de debates, mas também de fortalecer quem quisesse fazer parte disso, da construção desse processo.(Entrevistada 1)

Nessa resposta reside uma ideia valiosa de apropriação e ocupação de território, sinto que a itinerância permitiu a capilarização e ampliação das possibilidades de uso dos espaços. Ainda que um usuário conheça um serviço e tenha estado lá diversas vezes, revisitá-lo com outro objetivo e ocupando outro papel pode ser disparador da compreensão de que aquele também é um espaço a ser disputado e ocupado.

### 3.5 Construção, Formação e Articulação

**“A consciência dos homens daqui é o medo dos homens de lá.”**

**Natiruts**

Quando questionado sobre qual a função social do Jornal Vozes da rua, o entrevistado 2 diz que:

A principal seria levar comunicação, levar informações, dados e, a partir daí, criar interação dentre o próprio pessoal de rua, a população de rua discutindo os assuntos que são abordados no Jornal e também uma comunicação sobre os serviços que são prestados para essa parte da população [...] (Entrevistado 2)

Fica clara na resposta uma compreensão, compartilhada por todos nós, de que para além da comunicação, pretendíamos dinamizar as relações, entendendo que o conteúdo não chegaria ao papel sem uma fermentação anterior em espaços de compartilhamento e debate. Com as pautas de interesse listadas e a decisão pela itinerância, iniciamos, então, um cronograma de encontros, ora organizativos, ora temático-formativos, e passamos a firmar parcerias com quem já fazia esses debates antes de nós.

Paulo Alves, jornalista e operador social e Erika Bismarchi, jornalista e assistente social, foram nosso único contato, até o presente momento, com o jornalismo profissional. Ambos voluntariamente participaram de alguns encontros e trouxeram noções básicas, porém muito valiosas, de jornalismo para os demais.

Atualmente, sinto que a falta de algum profissional do jornalismo na composição do grupo ou de formações nesse sentido, seja uma de nossas deficiências, e que, por vezes, falte a própria compreensão do que significa ser uma mídia popular e quais desafios e possibilidades esse enquadramento nos coloca.

Com reuniões mediadas pela facilitação gráfica de cartazes, aos poucos estruturamos o conteúdo da edição número 00, elegemos responsáveis e pensamos em potenciais convidados e parceiros. Além disso, sempre elaboramos em oficinas coletivas cartazes de divulgação para os encontros, tendo em vista que não

escreveríamos sobre nada que não fosse antes debatido e construído com as pessoas em situação de rua.

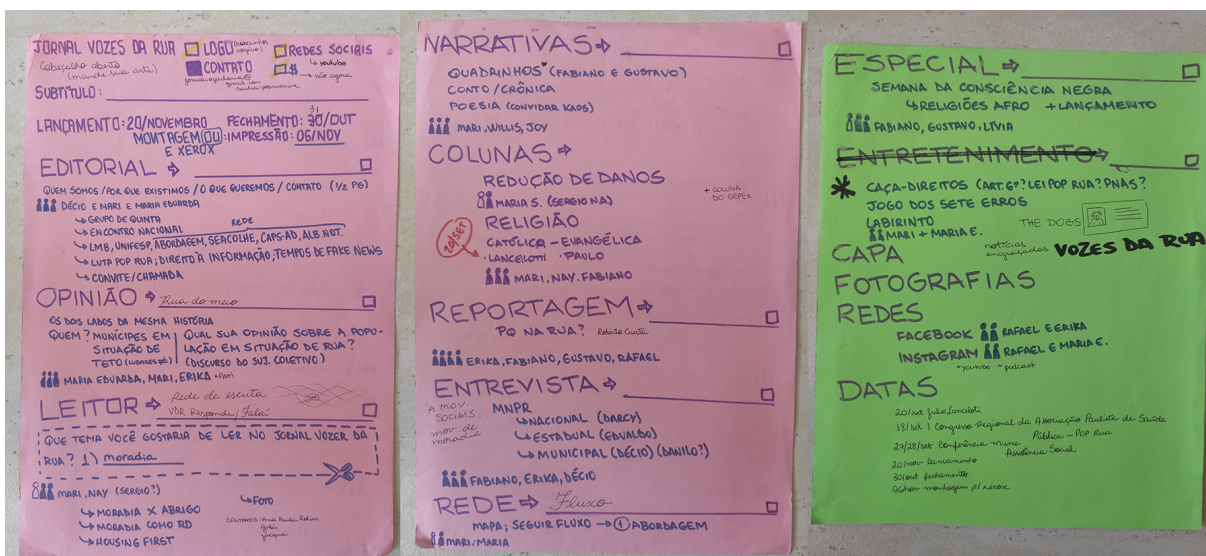


Figura 27

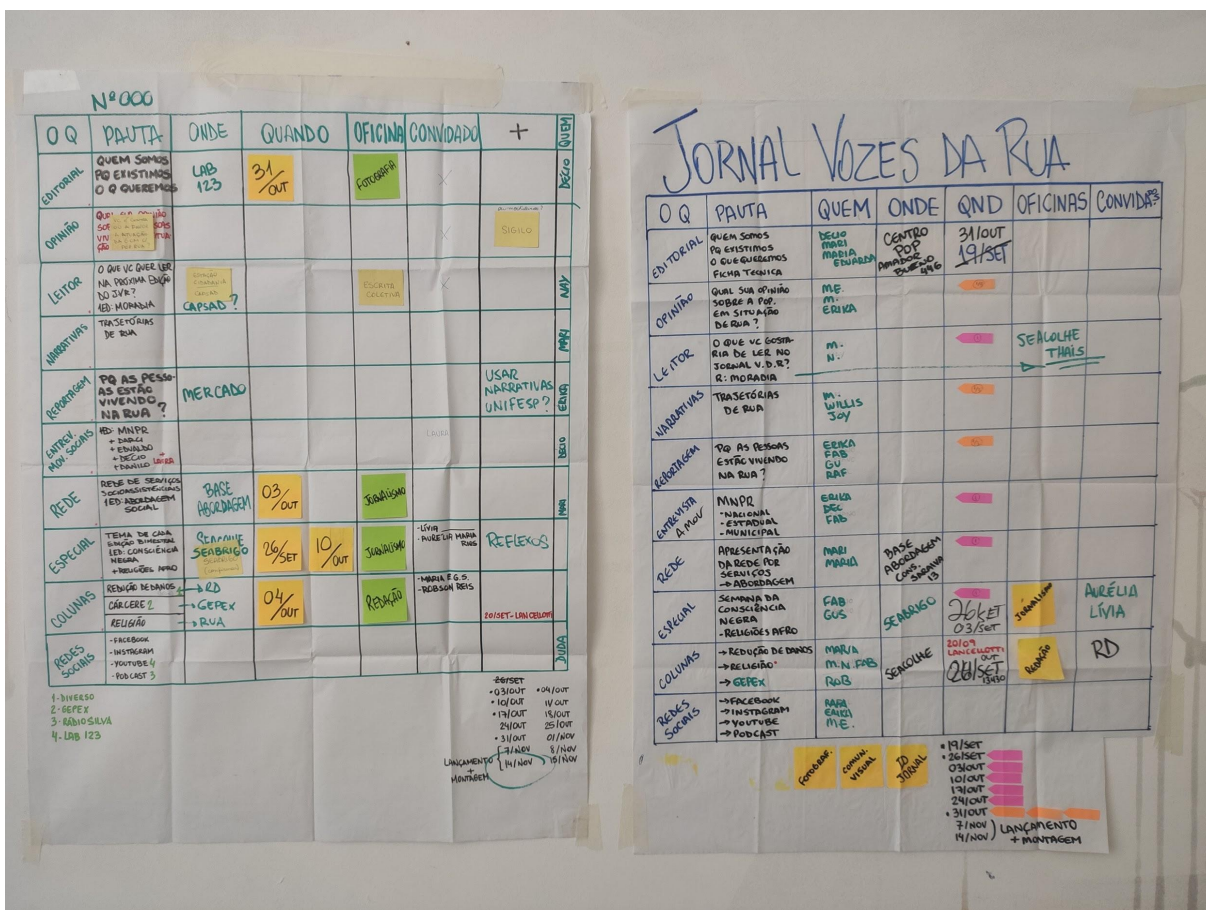


Figura 28

A primeira entrevista realizada pela equipe do Jornal Vozes da Rua, em 20 de setembro de 2019, foi com o ilustre Padre Júlio Lancelotti, aproveitando sua vinda a



Santos para um evento promovido pela Consultório na Rua em parceria com a UNIFESP e com a então vereadora Telma de Souza, nossa segunda entrevistada.

Estávamos no saguão da Carvalho de Mendonça, eu, Décio, J.S. e A.H. (Capoeira), esperando o evento começar. Sugeri que a gente treinasse o uso do gravador entrevistando uns aos outros, foi super divertido, todo mundo se envolveu no jornalismo de improviso, perguntei pro Capoeira: Se você tivesse que definir o Jornal Vozes da Rua em uma frase? e ele “passado, presente e futuro. Pronto, já temos um slogan.” (OLIVEIRA, 2019, s/n)



Figura 29



Figura 30

O slogan do capoeira ficou mais reservado a esse momento, entretanto, já haviam duas frases que estavam se espalhando e sendo repetidas e atreladas a imagem do JVR: a primeira, “Nada sobre nós sem nossa participação”, um dos stencils que pintamos nas camisetas produzidas na pré-conferência, e “um jornal sobre tudo e para todos”, frase com a qual o J.S. fechou um de seus acrósticos de estréia. Ambas, rapidamente, foram reconhecidas como o espírito que desejávamos para este projeto.

Nesse momento, iniciamos os convites com a ciência de que não precisaríamos “inventar a roda” se pudéssemos estabelecer contato e articulação com pesquisadores, militantes e grupos de estudo, pesquisa e extensão que já vinham fazendo os debates de nosso interesse.

Avançamos no diálogo com o MNPR, na época representado por Darcy Costa, como coordenador Nacional, Edvaldo, como coordenador estadual (SP), Laura Elias Dias, como coordenadora regional (Baixada Santista) e Décio, assumindo a representação municipal (Santos). Durante as entrevistas e redação da matéria sobre o movimento nacional da população de rua, L. e a estudante de Serviço Social J.C., passaram a compor mais de perto a equipe do JVR.

Convidamos o Div3rso — grupo de estudos, pesquisa e extensão da



UNIFESP — que promove o debate e produção de conhecimento sobre saúde Mental, redução de danos e direitos humanos; e que vale dizer, foi precursor no campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo em reconhecer e trazer as pessoas da comunidade para dentro da universidade, como pesquisadores, facilitadores e produtores de conhecimento. O Div3rso, além de elaborar um texto para o jornal, promoveu um encontro formativo sobre redução de danos e esteve presente no lançamento do jornal com materiais informativos e vários componentes do grupo.

Convidamos o GEPEX - DH - AAT — Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sociedade Punitiva, Justiça Criminal e Direitos Humanos prof<sup>a</sup> Andrea Almeida Torres — que também elaborou um texto abordando o papel do Estado e da sociedade diante das relações capitalistas de exploração e punição, além da composição do cárcere e de sua relação com a situação de rua. O encontro no qual debatemos o tema com os integrantes do JVR foi mediado por R.Re. no estúdio da Rádio Silva, a rádio universitária da UNIFESP. Além dessa participação, também estiveram presentes no lançamento do JVR com uma intervenção muito potente sobre índices carcerários.

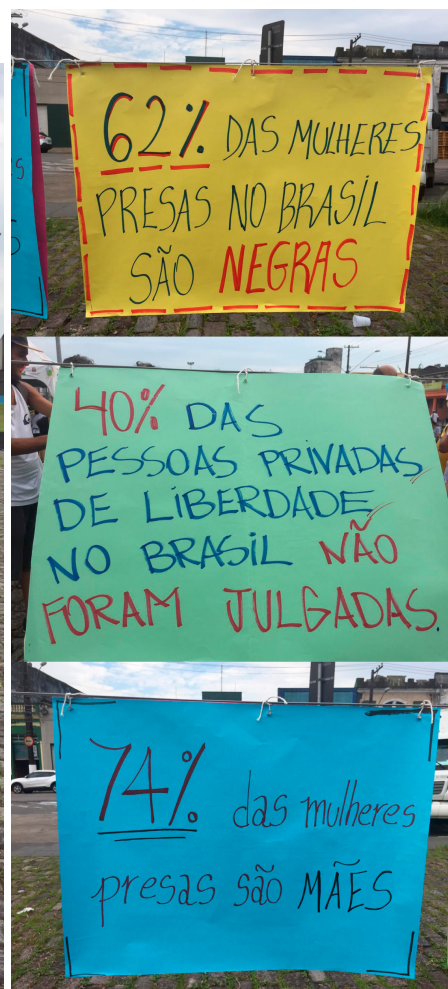


Figura 31 e 32

Convidamos a estudante de Serviço Social L.S. a psicóloga A.R. para mediar os debates sobre racismo feitos no Seacolhe-Aif e no SeAbrigo, respectivamente. Além do convite feito ao Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares que, não só redigiu a matéria principal daquela edição, sobre o Dia Nacional da Consciência Negra, como também financiou os R\$ 1.280,00 que permitiram a impressão de 2.000 exemplares do jornal, no formato tabloide, 08 páginas coloridas (4x4), em papel jornal de 48,8 gramas.

Com todo esse conteúdo chegando, convido M, publicitária e estudante de Serviço Social, a diagramar nossa primeira edição, que prontamente se dispõe e juntas, no recém inaugurado Laboratório audiovisual da UNIFESP, começamos a dar forma ao nosso querido número 00.



Figura 33

Foram riquíssimas e essenciais as trocas com a universidade, entretanto, talvez por isso, uma das críticas mais ouvidas sobre a primeira edição — com a qual tenho acordo — é de que a linguagem era complicada, por vezes acadêmica demais, por vezes institucional demais, além de ser textual demais, com a cobrança generalizada de que a próxima edição trouxesse mais imagens.

### 3.6 Linguagem e Formato

**“o objeto em que se inscreve o poder,  
desde toda a eternidade humana, é a linguagem”**

**Barthes**

A linguagem também é espaço de expressão da desigualdade. Em uma pesquisa de 1995 sobre o desenvolvimento das crianças, pesquisadores estimaram que, ao chegarem aos 4 anos de idade, crianças de famílias com melhores condições socioeconômicas terão escutado 30 milhões de palavras a mais do que as de famílias mais pobres. (ROMEO et al., 2018).

A discrepância do vocabulário, entretanto, não quer dizer que pessoas de maior estrato social se comunicam melhor, pelo contrário, se não forem capazes de estabelecer conexão com outras pessoas, essa condição pode gerar uma comunicação bastante excludente.

Uma reflexão que me instigou nesse tema é a de Frantz Fanon, ao tratar dos martinicanos e do seu desejo de falar francês como sinônimo de ascensão cultural. Enquanto a língua nativa, o crioulo, era estigmatizada.

A burguesia da Antilhas não fala o crioulo, salvo nas suas relações com os domésticos. Na escola, o jovem martinicano aprende a desprezar o patoá. Fala-se do crioulo com desdém. Certas famílias proíbem o uso do crioulo [...] (FANON *apud* FAUSTINO, 2018, p. 25)

Apesar de geograficamente distante, ler esse trecho do livro de Deivison Faustino me fez pensar no quanto mantemos a linguagem do colonizador, componente da chamada cultura erudita, como referencial de comunicação “bem feita”, e como temos dificuldade de valorizar e legitimar o português<sup>28</sup> periférico. Cientes da linguagem como espaço de reprodução ou quebra da opressão, temos nos empenhado em escolher com cuidado cada palavra e cada imagem, entendendo que os mínimos gestos podem ressoar na vida de quem os lê.

Apesar de ser, para muitos, ser apenas um papelzinho a mais, mas o grau de informação e o grau, o nível de compreensão por parte de quem lê o Jornal Vozes da Rua é bom, é muito bom! De certa forma eu creio que interfere nas decisões que eles possam vir a tomar. (Entrevistado 2)

Informação é poder. Como aparece na fala do entrevistado 2, não só o público do JVR, mas todos nós, tomamos nossas decisões com base nas informações que temos. Cientes de que a grande mídia é componente da manutenção da ordem societária, acredito que o conteúdo desses impressos tenham

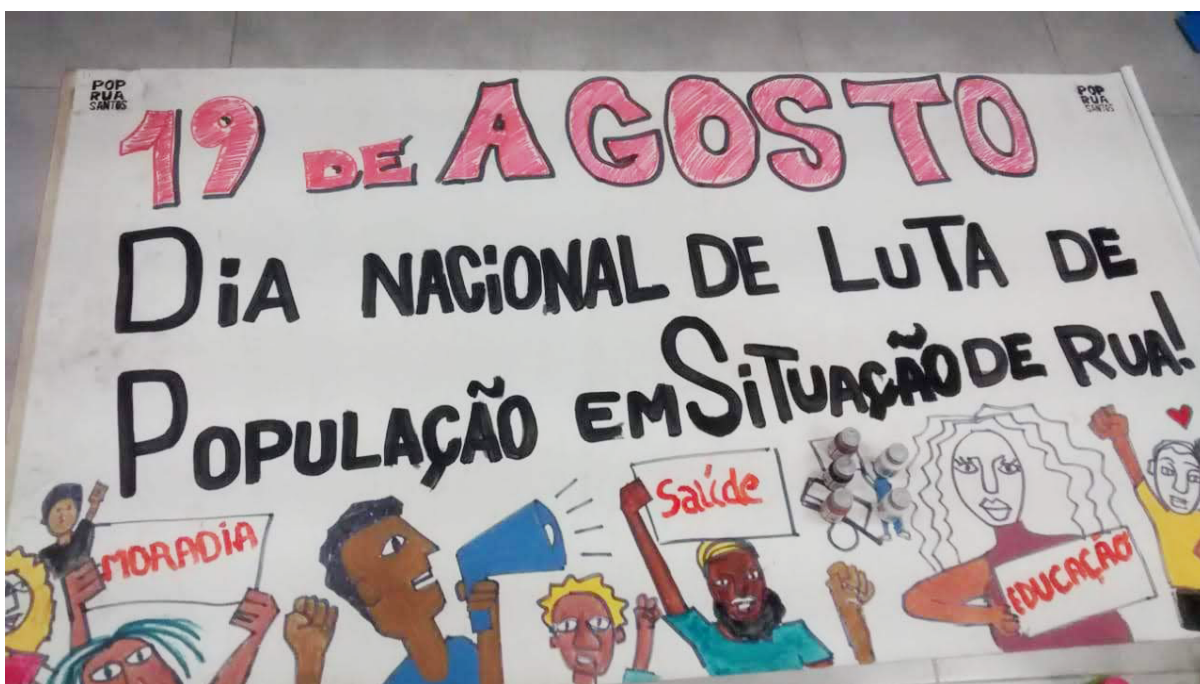
<sup>28</sup> Termo utilizado por Lélia Gonzalez para marcar a utilização do português que é falado no Brasil e que carrega significativa influência de países da África. (GONZALEZ, 2018)



potência de provocar reflexões, talvez até inéditas, sobre eles mesmos e sobre o mundo.

Após a primeira edição, a discussão sobre linguagem foi um dos pontos nos quais mais avançamos, partindo de um consenso de que o jornal tinha em seu resultado uma certa rigidez, que precisaria ser mais acessível, sem perder o conteúdo e a criticidade. A reportagem mais elogiada foi sobre por que as pessoas estão em situação de rua, na qual usamos exclusivamente as aspas das respostas obtidas, recurso indicado pelo professor Aramis Luis Silva e adotado fortemente para elaboração da edição seguinte.

Outro recurso de acessibilidade e pluralidade foi o de ampliar o uso de imagens. A arte esteve presente em todos os momentos. Em oficinas realizadas no Centro POP, e também na própria Pré-Conferência, usuários do serviço e estudantes produziram materiais estéticos que foram desenhando visualmente nossa identidade.



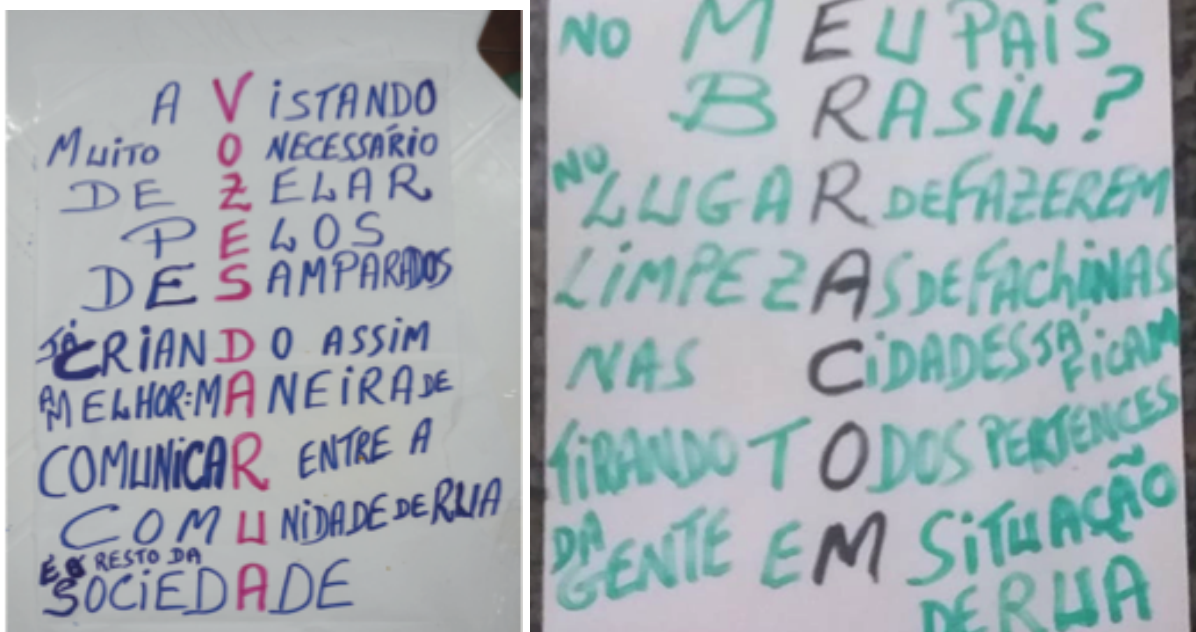


Figuras 34, 35 e 36

Foi no processo de mobilização pré-conferencial também que encontramos<sup>29</sup> J.S. na fila do Ismênia de Jesus<sup>30</sup> e o convidamos a participar do grupo de quinta e de vários outros espaços de mobilização. Desde sua primeira aparição, ele já veio acompanhado de seus acrósticos. J.S. é um poeta vertical, dono de um carisma notável, e que traz, no improviso com as palavras encaixadas, um convite a repensarmos a linguagem.

<sup>29</sup> Acredito que ele gostaria que ficasse registrado que as pessoas a convidá-lo foram M.S., estagiária da Abordagem Social, e R.Re., estagiário da CODESO.

<sup>30</sup> Centro que oferece almoço gratuito diariamente a população em situação de rua



Figuras 37 e 38

Em meio a riqueza de referências e produções que foram esculpindo uma identidade visual, destaco a tela “a depressão que habita” de T.H., estudante de Serviço Social e usuária do CAPS, equipamento no qual ela foi incentivada por profissionais a traduzir suas reflexões em arte, produzindo uma série de quadros densos, que podem gerar infinitas sensações e leituras. A leitura que fiz ao ver essa obra, e que embasou meu convite para que ela estampasse a camiseta do JVR, foi a de um grito que contém tantos outros, uma voz que é minha, mas é nossa, que se prolonga em quem veio antes e em quem virá depois, a transversalidade do grito preso que, em alguma medida, nos iguala.



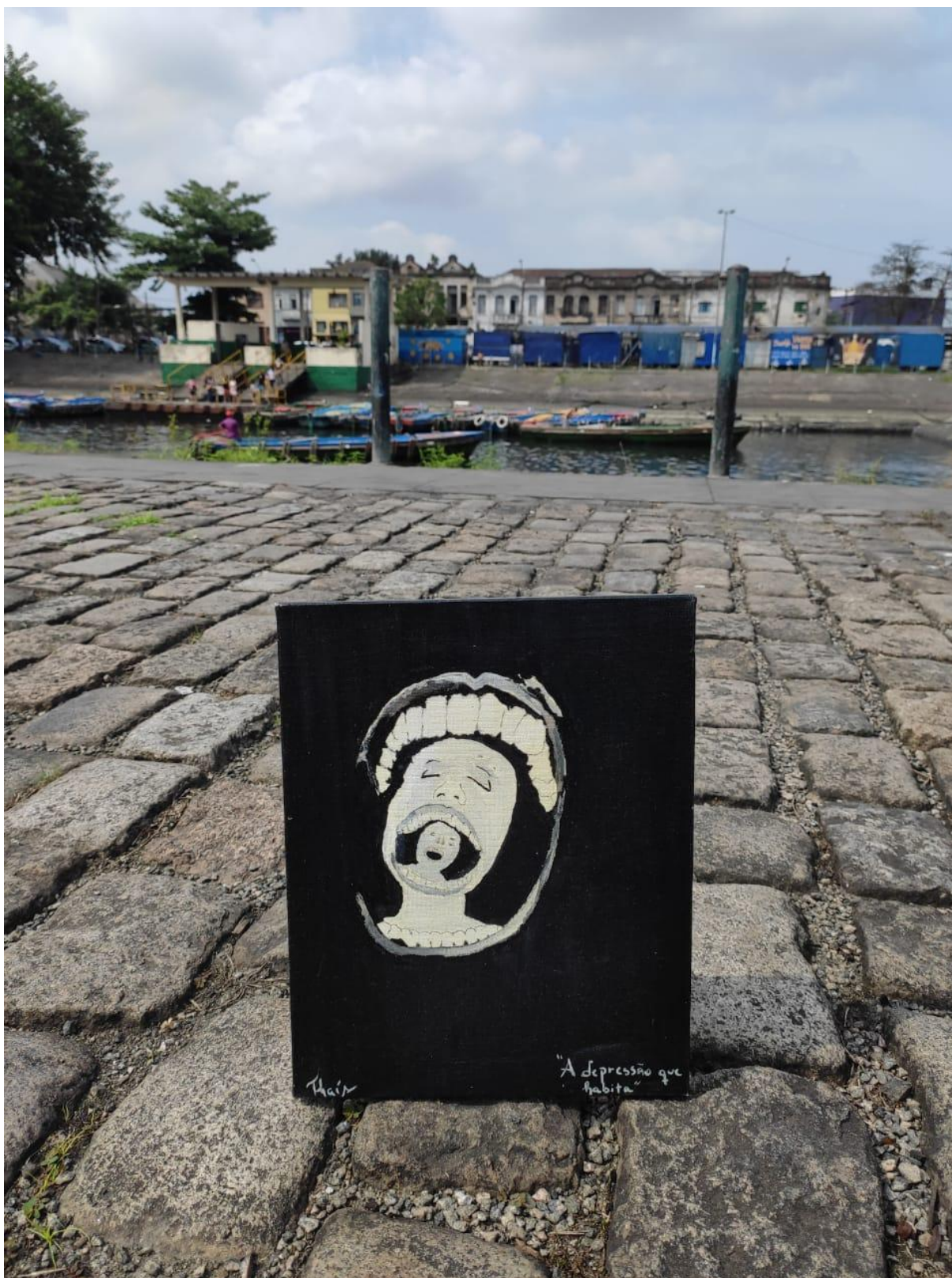


Figura 39

### 3.7 Lançamento

“Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias das caçadas continuarão glorificando o caçador.”



setembro / outubro / novembro 2019  
valor sugerido: R\$ 2,00

# JORNAL VOZES DA RUA

#00

**RECICLE A MÍDIA!**

**Alô, alô, Baixada Santista!**

Está no ar a primeira edição do “Jornal Vozes da Rua”, o jornal que veio reciclar ideias e espalhar informações sobre a vida nas ruas da cidade de Santos.

Nossa equipe tem gente de todo canto: pessoas que vivem ou já viveram nas ruas ou em abrigos, trabalhadores da rede de serviços públicos, entidades sociais, estudantes e voluntários, todos com o interesse comum de botar no papel histórias invisíveis de pessoas com vozes existentes e muitas vezes ignoradas.

Nossa história começa nas reuniões de quinta-feira de manhã no Centro Espírita Luiz Monteiro de Barros (chá do Caetano) onde um dos integrantes levantou a necessidade de melhorar nossa comunicação criando um panfleto. Ao longo dos encontros, percebemos que nenhum panfleto daria conta do nosso desejo de contar os inúmeros relatos que encontramos nas ruas e, assim, cada vez com mais páginas e mais colaboradores, chegamos no mês de novembro com esta belíssima edição de estréia.

Outros vieram antes de nós. Diversas mídias independentes estão sendo produzidas no mundo todo, abrindo mão da conversa fiada da grande mídia e contando o outro lado da história.

Enquanto alguns estão preocupados em lucrar cada vez mais, tem muita gente fazendo política de verdade, organizando as lutas e defendendo a dignidade humana acima de qualquer outro interesse. O Movimento Nacional de População de Rua é exemplo disso e desde 2005 está aí mostrando que a situação de rua é resultado de uma sociedade profundamente dividida e desigual, e que uma transformação real só é possível quando muitas pessoas trabalham juntas em torno de uma ideia. Por isso, o “Jornal Vozes da Rua” não está sozinho! Nosso jornal é público e você está convidado a construí-lo com a gente.

**Equipe:**

Antônio Hélio	Nayara Albino Gonçalves	Marília Marcela da Conceição Pereira
Décio Marques Mardegam	Rogério Ribeiro de Souza	Thais Helena Modesto Villas de Carvalho
Fabiano Coutinho	Sueli da Silva	Reflexos de Palmares
Fabrizio Modesto		GEPEX-DH
Gustavo Machado	<b>Colaboradores:</b>	Div3rso
João Rafael Paz da Costa	Aramis Luis Silva	Grupo de quinta
José da Cruz C. Sardinha	Aurélia Rios	Grupo de Poesias Urbanas
Maria Eduarda Vale Oliveira	Jade Colpani dos Reis	Vigilância Socioassistencial/COGESUAS
Mariana Lucio de Oliveira	Livia dos Santos	Serviço Especializado em Abordagem Social

**A VISTANDO**  
Muito O NECESSÁRIO  
DE ZELAR  
PELOS  
DESAMPARADOS  
SERIAMO ASSIM  
A MELHOR MANEIRA DE  
COMUNICAR ENTRE A  
COMUNIDADE DE RUA  
E O RESTO DA  
SOCIEDADE

Poeta acróstico, J. Sardinha

Figura 40

# 14 NOVEMBRO

## 14H-21H



### Dia da Consciência Negra na rua

**Mercado Municipal de Santos**  
(EM FRENTE A POLICLÍNICA DA VILA NOVA)

**14H** Intervenção Célia Jarina

c/ a atriz Priscila Ribeiro (Reflexos de Palmares)

**15H** Lançamento do Jornal Vozes da Rua

+ apresentação do MNPR - Movimento Nacional de População de Rua

**16H** Varal de recados

Gepex: orientações + material informativo sobre sistema penal

Redução de Danos: orientações e material informativo

Oficina de graffiti

Jogos (damas, dominó, xadrez e ping-pong)

Plantão psicológico

Orientação jurídica

Lanche

**17H** Roda de música

**18H30** Sarau/microfone aberto

**19H30** Filme: Rádio Favela

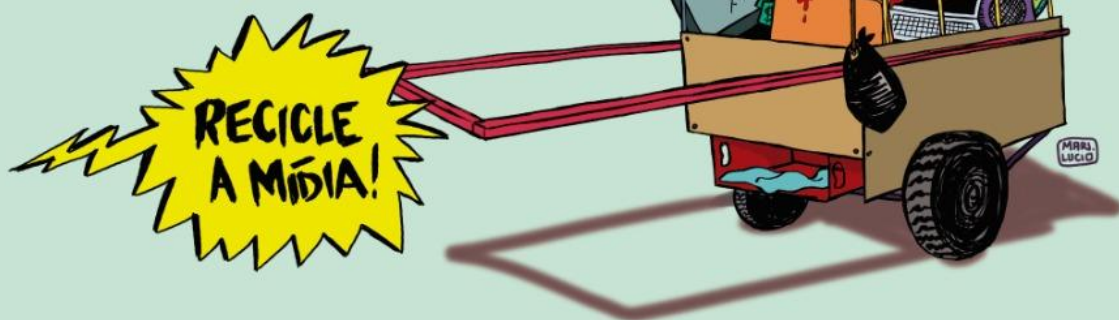


Figura 41

Uma das coisas centrais pro JVR é que todas as construções desembocam na rua e esse estar na rua é para além do corpo presente, um estar atento e

preocupado com a garantia de espaços de acolhimento, informação, orientação, celebração e participação.

A intervenção Célia Jarina, com a atriz Priscila Ribeiro, demonstra a arte como aliada no processo de vinculação. A partir de um monólogo, a atriz resgatou o lugar da empregada doméstica na sociedade, instigando reflexões, comentários e interações entre todos os presentes.

Para o momento reservado ao lançamento do jornal, optamos por uma leitura do editorial feita por D. e valorizamos o ritual de corte do lacre do primeiro lote, simbolizando a abertura para o público de um movimento que vínhamos gestando há vários meses.



Figura 42



Posterior a isso, aproveitando a atenção de todos, organizamos a programação de modo que L. e H. falassem do MNPR e da redução de danos, respectivamente, indicando o protagonismo de mulheres negras e periféricas almejado na construção do evento. Além disso, fizemos o convite permanente para que as pessoas em situação de rua se organizem politicamente junto ao movimento social e/ou espaços coletivos de cuidado e estudo, como tem sido o Div3rso.

Foi montado neste dia um ponto de venda das camisetas do jornal e a primeira edição do jornal foi vendida a dois reais, pensando na necessidade do autofinanciamento como garantia de liberdade. Para as pessoas em situação de rua, o jornal impresso foi distribuído gratuitamente e duas camisetas foram sorteadas. Além disso, foi garantida a confecção de camisetas gratuitamente para todos os componentes da equipe que estivessem em situação de rua. P. que naquele momento organiza o sorteio, passa então a compor a equipe do JVR.



Figura 43

O objetivo de propormos um varal, o espaço de jogos, a oficina de graffiti e os espaços de orientação (jurídica, psicológica, das políticas de saúde e de assistência) foi o de criar livre circulação e possibilitar a autonomia dos presentes em escolher seus fluxos e demandas de interesse.

As geladeiras pintadas na oficina de graffiti compõem o Projeto Gelotecas, iniciado pelo grafiteiro Tody One — que esteve presente — e foram recheadas de livros doados e espalhadas pelos serviços da rede de atendimento de assistência social e saúde. A campanha de doações de livros tem sido um movimento permanente desde então.

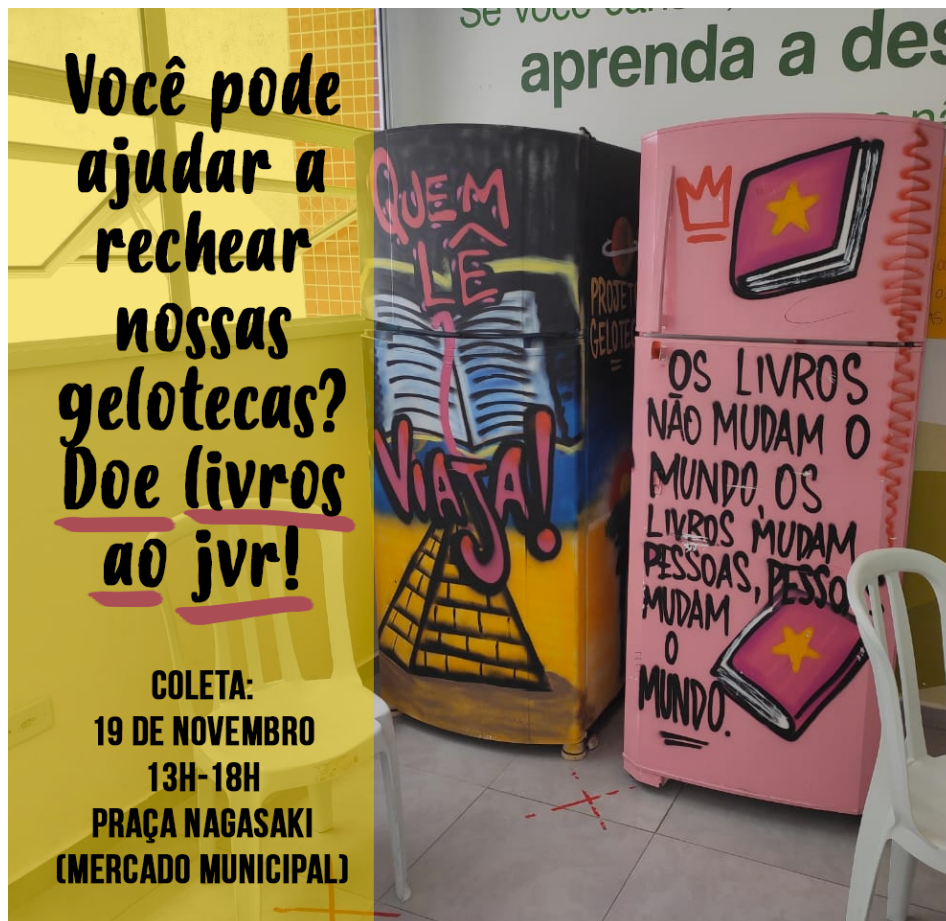


Figura 44

Ao final da oficina, pintamos, atrás de uma banca de lanches, o nome do jornal e a frase “muita gente sem ca\$a, muita ca\$a sem gente”, deixando um lembrete para aquele território da associação entre o jornal e a luta por moradia.

A roda de música e o sarau sempre são momentos aguardados por todos. Criar espaços onde as pessoas possam se expressar converge com os princípios do Jornal Vozes da Rua, de escuta e construção coletiva e assim aconteceu.

O filme Rádio Favela infelizmente não pode ser exibido por conta da chuva. Sua exibição foi adiada e depois impossibilitada pela pandemia de COVID-19. O filme, contudo, narra a história de jovens da periferia de Belo Horizonte que montam uma rádio comunitária e evidenciam a tensão entre mídia, comunidade, polícia e

Estado. Ele foi escolhido pelo conjunto de pessoas presentes nas reuniões que antecederam o evento.

Neste evento, o curso de Serviço Social da Unifesp fez uma intervenção entrevistando todos os presentes sobre os recados que estes gostariam de dar. Esse material foi repassado para a equipe do jornal e entraria na edição seguinte.

Outra estratégia de acolhimento, que vale ser destacada, foi a criação de uma *playlist* colaborativa durante todo o evento, além da oferta de lanches, sucos e água (fornecidos pela Secretaria de Nutrição do município) e de bolos feitos por S. e L., da equipe do jornal.

Os fluxos livres e a programação plural tornam impossível medir os impactos deste momento em todos os sujeitos presentes, entretanto, o que é possível medir é a alta adesão das pessoas em situação de rua que circulavam pelo território, pessoas de todas as idades, que se locomoveram para comparecer, que trouxeram suas famílias ou que simplesmente decidiram se aproximar.

Além da diversidade identitária, também nesse momento consolidou-se a expansão do jornal para além do município de Santos. L., através de uma parceria com o Centro Pop de São Vicente, providenciou o transporte de um grupo de pessoas deste município, reflexo do desejo de ampliação do alcance do jornal. Ademais, ficou evidente o grande número de pessoas em situação de rua que passou a perguntar sobre o jornal após o lançamento.

Como já citado, a linguagem ora institucionalizada, ora muita acadêmica e o excesso de textos em si chegaram como críticas aos nossos ouvidos, vindas de pessoas em situação de rua e trabalhadores da rede. Mas, o clima geral era de ver as pessoas presentes ostentando o jornal como símbolo de representatividade e guardando-o cuidadosamente entre seus pertences.

A partir daí foi uma loucura, porque então várias pessoas foram se juntando, agrupando, e a ideia ficou muito além de ser apenas um jornal, mas de exercer efetivamente uma comunicação social para com um pessoal carente e quem fornece os serviços de assistência. (Entrevistado 2)

### 3.8 De lá pra cá

Após o lançamento, ainda com muitos sentimentos reverberando, nos reunimos e chegamos ao consenso de que deveríamos ampliar o uso das falas, coletadas nas entrevistas, nos nossos materiais e dar ênfase ao comprometimento com “as vozes da rua”.

Elegemos, então, três eixos temáticos que emergiram em nossos encontros: “mulheres em situação” de rua, “religião” e “trabalho dos carrinheiros com material reciclável”. Dividimo-nos em grupos e montamos um cronograma de entrevistas que incluíam pessoas em situação de rua, trabalhadores da rede, pesquisadores do tema e gestores de políticas específicas. Fiquei no eixo do trabalho com recicláveis, no qual entrevistamos 4 pessoas que trabalham com suas carroças e a coordenadora da coordenadoria de desenvolvimento social do município - CODESO.

Em fevereiro, com o conteúdo pronto para a próxima edição, fomos surpreendidos pela pandemia, que reconfigurou em absoluto todas as nossas expectativas e condições, materiais e simbólicas, de execução, o que fez com que a impressão da edição número 01 fosse adiada por tempo indeterminado e a nossa programação de debates na rua fosse interrompida:

Deveria haver uma interação também com atividades, fora a leitura do Jornal, ou seja... encontros na rua para discussão com esse segmento da população, e também com os profissionais da área e com estudantes, tudo o mais, mas isso não foi possível ser efetivado. (Entrevistado 2)

A última ação na rua que realizamos antes da orientação de distanciamento físico foi a criação do bloco Vozes da Rua no Carnaval de 2020. Momento no qual, sem saber o que o destino reservava, confeccionamos fantasias, um estandarte, convidamos a bateria de uma escola de samba e ocupamos mais uma vez a Praça Iguatemi Martins, celebrando o direito de sonhar.



Figura 45

Apesar do recorte temporal da presente pesquisa ser finalizado no lançamento do Jornal Vozes da Rua, me sinto convocada a contextualizar tanto o



jornal quanto a população a quem ele se destina no período pandêmico posterior a seu lançamento.

As necessidades colocadas pela pandemia para a população em situação de rua foram agravadas, mas não são novas. No meio de uma campanha onde a principal estratégia de contenção do vírus é o “fiquem em casa”, a inexistência de moradia se destaca como principal dificuldade, mas é importante dizer que essa é uma pauta distante da população em situação de rua mesmo em tempos de “normalidade”, o debate dificilmente chega nesse ponto. Vagas insuficientes em abrigos, inexistência de banheiros, bebedouros e lavatórios públicos para higienização, ferros-velhos fechados, inviabilizando a coleta de recicláveis, principal fonte de renda desta população, o principal serviço da saúde no atendimento a rua que é o Consultório na Rua trabalhando com RH abaixo da equipe mínima, falta de EPI aos profissionais, o acesso à renda emergencial, que poderia ser um alívio, dificultado pelo desafio de sua operacionalização com uma população que tem pouco acesso digital, entre tantos outros obstáculos somente reforçam o caráter descartável atribuído a estes corpos.

É uma contradição! “Fique em casa, mantenha o distanciamento, faça higienização, use máscara”, se a gente entende que as pessoas em situação de rua, muito antes, não tinham nem água para beber, quem dirá para fazer a higienização ou o fato do próprio distanciamento quando, muitas vezes, estar junto é sinônimo de proteção de outras violências. (Entrevistada 1)

O impacto dessa crise poderá ser totalmente mortífera para esse pessoal, mas nós não temos índices porque a população em situação de rua não é contada então, quem morrer, nunca saberemos. Infelizmente, essa é a realidade. Nunca teremos um número preciso. (Entrevistado 2)

Em março de 2020, realizamos uma reunião na qual foi debatida a função do Jornal Vozes da Rua naquele momento. Perante a pandemia, concluímos que seria preciso estabelecer maior velocidade na atualização e circulação de informações. Isso, somado aos debates anteriores de linguagem, resultou em um novo formato de folha única, frente e verso, com duas dobras, que permitia a impressão caseira e o aumento na frequência da publicação.

O novo formato ganhou o nome de boletim Papo Reto. As imagens ganharam mais espaço e, com a necessidade de escrever mais e mais rápido, mais componentes da equipe do Jornal Vozes da Rua se arriscaram na escrita. O logo do Papo Reto é composto pela caligrafia do pixo, desenhado pelo estudante de Serviço Social R.Re., e materializando um impulso antigo de incorporarmos a tipografia urbana a nossa identidade visual. Os temas abordados no papo reto foram: drogas, moradia e acolhimento, processos censitários, movimento nacional da população em

situação de rua, sempre compondo um tripé com os dois eixos fixos: população em situação de rua e pandemia.

Quando perguntado sobre o que mudou desde a edição número 00 até agora, o entrevistado 2 resume:

Em termos gráficos, tudo! Porque era um Pasquim de oito páginas e agora virou um folheto com duas dobraduras. Colorido, lindo para danar, e com informações mais pontuais. Anteriormente, o formato dele permitia ter grande abrangência, e esse formato novo, ele pode ser mais segmentado, pegar um determinado assunto e desenvolvê-lo quase à exaustão, para poder até mesmo ter replicância em um outro momento. E agilidade da divulgação porque, por estar em formato menor, ser facilmente enfiado no bolso da calça ou numa mochila, ele permite ser compartilhado com mais rapidez. (Entrevistado 2)

Desde a primeira edição, houve um esforço por parte de toda a equipe de descentralizar o Jornal Vozes da Rua de Santos, procurando parceiros que pudessem distribuí-lo em outras cidades da Baixada Santista.

Paralelo aos Papo Reto, também fomos demandados pela equipe do Serviço Especializado em Abordagem Social de Santos a confeccionar um material específico sobre principais sintomas do coronavírus, formas de transmissão e locais de atendimento. Esse material foi tão efetivo que passou a ser impresso pela própria prefeitura e utilizado como principal material de informação para a população em situação de rua. Além dos impressos, em parceria com o Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (que disponibilizou o carro de som), construímos um informe sonoro e circulamos pelo município de Santos, alertando a população em situação de rua sobre a pandemia.

Além dos espaços físicos, o Jornal Vozes da Rua sempre se preocupou em também ocupar o mundo virtual. Desde seu lançamento, em 2019, já estávamos presentes nas redes sociais Facebook e Instagram.

Com a demanda do distanciamento físico colocada pela pandemia, passamos a nos reunir virtualmente e diminuimos nossa presença nas ruas, o que prejudicou a participação das pessoas em situação de rua em várias etapas do processo do jornal. Por outro lado, expandimos o nosso público com a promoção de lives, que aprofundaram os temas abordados nas edições do boletim e contaram com a participação de convidados, como Jorge Broide — referência no tema — Darcy Costa — coordenador nacional do MNPR — representantes de movimentos sociais, trabalhadores e estudantes.

A partir da terceira edição do Papo Reto, coloquei para a equipe um desejo antigo de confeccionar uma página no formato de histórias em quadrinhos e a nova poética do boletim tem sido bem recebida nas ruas.

o Jornal, eu sei disso porque eu faço algumas entregas presenciais, eu percebo que eles ficam ansiosos e já começam a discutir nos grupos, nas filas de pegar refeição e coisa e tal, que é geralmente onde eu distribuo, eles já começam a apontar, a discutir e conversar, é muito legal, muito legal mesmo! [...] eles acham que têm uma certa representatividade [...] aguardam e sempre perguntam! Sempre! E sempre estão esperando alguma coisa nova. (Entrevistado 2)

Com a possibilidade de impressão doméstica e o formato “de bolso”, foi possível a quebra das fronteiras físicas do Papo Reto. Com a chegada do estudante de Serviço Social R.O., que se responsabilizou pela listagem de parceiros para distribuição, mapeamos coletivos, componentes do movimento nacional, trabalhadores e voluntários interessados em receber o Papo Reto. Em sua edição n. 4, chegamos, entre envios de arquivo e material impresso, a Santos, São Vicente, Bertioga, Cubatão, ABC Paulista, Atibaia, Bauru, Campinas, Caraguatatuba, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Osasco, Praia Grande, São Paulo (capital) e João Pessoa (PB).



Figura 46

A informação tem sido o eixo central de atuação do Jornal Vozes da Rua, entretanto compreendemos ao longo deste processo que é impossível trabalhar de forma coerente com este segmento da população sem propor medidas concretas e imediatas para fortalecê-los em seu cotidiano.

Iniciamos um processo de mobilização junto ao grupo de estudo, pesquisa e extensão Div3rso e trabalhadoras do CAPS-AD na coleta de doações, confecção e entrega de kits de higiene que continham sabonete, álcool em gel, preservativo, máscara, papel higiênico, água potável, e, eventualmente, desodorante, detergente, gilete, pasta e escova de dente, absorvente, shampoo e condicionador. Chegamos a 350 kits distribuídos.

Ademais, compomos uma mobilização puxada pelo movimento nacional, exigindo gratuidade do Bom Prato à população em situação de rua durante o período pandêmico. Simultaneamente a isso, sempre fazendo pressão para instalação de torneiras públicas e para acelerar a criação do comitê responsável pela adesão municipal da Política Nacional da População em Situação de Rua através do CMAS.



Figura 47

Estivemos presentes também promovendo a transmissão, através de tenda e caixas de som na rua, da audiência pública organizada pelo Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas para cobrar o fim da retirada arbitrária de pertences da população em situação de rua, uma prática higienista através da qual empresas responsáveis pela limpeza urbana extrapolam suas funções e violentam, mais uma vez, os direitos dessa população.

Entrevistando o M., 44 anos - Esse negócio aí de terracom tá por fora, eles tem que fazer o quê? Fazer a limpeza, tirar entulho, mas não as coisas dos outros. O cara pega um papelão pra deitar e dormir, eles chegam e vão tirando tudo da gente, é certo isso? Uma coberta que você ia se deitar e se cobrir? Documento, remédio, ração do cachorro, vai tudo, eles não separa nada, pra eles é tudo lixo. Vamo fala a real né, pra mim não tá nada certo isso. (OLIVEIRA, 2019, s/n)



Figura 48

Atentos aos munícipes “em situação de teto” que nos procuravam a fim de colaborar, iniciamos duas campanhas. A primeira, com instruções claras sobre a confecção de um kit de água e sabão, a ser disponibilizado em espaços públicos<sup>31</sup>. A segunda, na coleta de guarda-chuvas quebrados, cujas lonas foram retiradas, enviadas para costureiras que compunham a cooperativa Mulheres Criativas (na Zona Noroeste) e, após transformadas em mais de 200 sacos de dormir, distribuídas às pessoas em situação de rua antes e durante o inverno. As costureiras foram remuneradas por doações feitas ao jornal.

<sup>31</sup> Inspirado no movimento do artista Mundano.

# JORNAL VOZES DA RUA

JORNALVOZESDARUA@GMAIL.COM • @JORNALVOZESDARUA



**QUE TAL DAR OUTRO  
DESTINO PRO SEU  
GUARDA-CHUVA  
QUEBRADO?**

**AO INVÉS DE IR PRO LIXO, VOCÊ  
DOA SEU GUARDA-CHUVA NO  
POSTO DE ARRECADAÇÃO,**



**NÓS O LEVAMOS PRA  
UMA COSTUREIRA REMUNE-  
RADA PELO JORNAL  
VOZES DA RUA**

(GRAÇAS ÀS SUAS  
DOAÇÕES!)

**E ELE VIRA UM  
SACO DE DORMIR  
PRA AJUDAR ALGUÉM  
NA RUA A ATRAVESSAR  
ESSE INVERNO!**



**POSTO DE ARRECADAÇÃO:**

**CAPS AD: SEGUNDA-SEXTA 8H-16H  
R. SILVA JARDIM, 354 VILA MATHIAS, SANTOS - SP**

Figura 49



É difícil demarcar o exato número de componentes do Jornal Vozes da Rua hoje, já que diferentes pessoas participam em diferentes medidas, mas é certo que no último ano houve uma ampliação de nossa equipe.

Um movimento que tem sido feito é a aproximação do jornal com pessoas que compõem grupos solidários, articulados em uma rede organizada de entrega de marmitas por território. O contato com estes grupos se iniciou pela proposta de distribuírem o Papo Reto e se transformou em uma parceria de reuniões abertas mensais, onde aprofundamos temas diversos.

[...] a equipe do Jornal cresceu! Dentre esses integrantes da equipe, têm pessoas de várias áreas, dentro do âmbito social, do âmbito de formação e, principalmente, do âmbito dos serviços da Prefeitura, dos serviços públicos. Então esse aumento de seu contingente facilitou a conversa, tanto que agora temos até a possibilidade em formar grupos de trabalho dentro do Jornal[...] (Entrevistado 2)

Em novembro de 2020, quando completamos um ano de JVR, estivemos novamente nas ruas. Em um evento significativamente menor que os anteriores, devido às restrições de biossegurança, mas marcando presença e celebrando, em praça pública, um ano de desafios e possibilidades. Segue abaixo o Manifesto lido nesta ocasião:

Bem-vindos e bem-vindas à comemoração de 1 ano do Jornal Vozes da Rua, um jornal sobre tudo e para todos.

Nosso querido JVR completou seu primeiro ano de vida (de muitos!), mas nossa luta vem de muito antes, pois estamos de mãos dadas com todas as pessoas que defendem a dignidade da vida humana acima de qualquer outro interesse e que produzem mídias independentes no mundo todo, abrindo mão da conversa fiada e da manipulação e se comprometendo em contar o outro lado da história.

Somos fortes porque somos muitos, e somos muitos porque ninguém muda o mundo sozinho. Nossa equipe é diversa: pessoas que vivem ou já viveram nas ruas ou em abrigos, trabalhadores da rede de serviços públicos, entidades sociais, estudantes e voluntários, todos com o interesse comum de promover informação acessível e de qualidade.

Nossa história começou nas reuniões do grupo de quinta no Centro Espírita Luiz Monteiro de Barros (o famoso chá do Caetano) e de lá pra cá estivemos em tantos lugares, rompemos os limites santistas, chegamos em outros municípios da baixada, ABC, interior e até outros estados... o JVR cresceu e foi pro mundo!

1 ano! Quantas surpresas cabem em 365 dias? Encontros, aprendizados, perdas, ganhos, mudanças, pandemia! Em fevereiro fizemos um lindo carnaval aqui mesmo, na praça Nagasaki. Quem poderia prever que o mundo viraria do avesso em 2020? E mais uma vez, a população em situação de rua sentiu os impactos mais cruéis de uma sociedade profundamente desigual.

O tamanho do jornal diminuiu, a equipe aumentou, o boletim Papo Reto nasceu. Cláudia se foi, mas ficou a certeza de que precisamos lutar pelo direito de que mulheres em situação de rua possam criar seus filhos com apoio e segurança. Jorge se foi, mas ficou a certeza de que a geração de trabalho em cooperativas e redes solidárias é um caminho possível. Jhenyfer se foi, mas ficou a certeza de nosso compromisso contra a transfobia e qualquer outra forma de opressão. Nossos mortos viraram sementes e nossos vivos estão aqui pra dizer que podemos e vamos mudar



as coisas. Seguimos juntos e misturados, com consciência e criatividade, com paciência, determinação e curiosidade.

A vida é movimento e transformação real só acontece quando muitas pessoas trabalham juntas em torno de uma ideia. Por isso, o time do “Jornal Vozes da Rua” nunca está completo! Nosso jornal é público e você está convidado a construí-lo com a gente.

Vida longa ao Jornal Vozes da Rua! (ACERVO JVR, 2020)

Em janeiro de 2021, pensando no planejamento, optamos pela divisão da equipe em frentes de trabalho, sendo estas: redes de contato, finanças e economia solidária, pressão política, registro documental/comunicação e informação, formação permanente e formalização jurídica. Este último indicando uma tendência, que vem sendo debatida dentro deste espaço, de ganharmos corpo jurídico e fundarmos uma organização da sociedade civil.

Chego ao fim deste capítulo, ciente de que a narrativa construída até aqui talvez seja apenas o começo de uma longa história. Os entrevistados, quando questionados sobre o futuro do JVR, indicam a direção, sem medo de sonhar.

[...] a minha expectativa é que a gente possa consolidar uma equipe que tenha pessoas em situação de rua e que essas pessoas, junto com a gente, possam ser agentes sociais alinhados com movimentos sociais, com partidos de esquerda, com sindicatos e tudo que faça uma defesa dos setores explorados e oprimidos. Essa é minha expectativa. (Entrevistada 1)

[...] eu gostaria que o jornal vozes se tornasse um meio efetivo, efetivo mesmo, todo dia, sempre, que tivesse ao alcance de todos, não apenas ao alcance da população em moradia de rua, mas de todos, simplesmente todos, ou seja, que fosse algo para ser divulgado nos noticiários radiofônicos, televisivos e tudo mais, apenas isso.[...] De dois a cinco anos, eu penso que ele terá uma sede fixa e será uma organização social, ainda não está definido o formato e, com alguma ousadia, eu acredito que ele possa ser publicado em português, espanhol, inglês e hebraico. E talvez chinês. (Entrevistado 2)

## **CONCLUSÃO - Dar voz? Não. Dar ouvidos.**

**“- Bia, e o que você tem a dizer pros Assistentes Sociais?**

**- Que se você não tá disposto a se repensar, rasga o diploma e joga no lixo.”**

**Bia, MNPR (Osasco)**

A beleza da comunicação é que ela se dá no encontro, pertencendo metade a quem escreve e metade a quem lê. Apesar da relação que construí com esta pesquisa nessas dezenas de páginas, é difícil dizer quais são os pontos fundamentais, amarrar, concluir. Tenho certeza que as leituras possíveis são infinitas, e que eu mesma tirarei novas conclusões a curto, médio e longo prazo. É preciso decantar, e isso leva tempo.

Quando trabalhamos com o segmento da população que mais radicalmente vivencia as expressões da questão social, as práticas emancipatórias ficam ainda mais desafiadoras e as sutilezas ganham um valor fundamental. Por isso, desprendida do peso de uma conclusão absoluta e irrefutável, trago a seguir apenas algumas sínteses dos três capítulos que compuseram esta monografia, reconstruindo a linha que nos conduziu até aqui e apontando destaques que tem me convidado a pensar.

No primeiro ponto do capítulo um, partimos da definição inscrita na Política Nacional para a População em Situação de Rua para iniciar a caracterização deste segmento da população. Ali, acrescentamos o caráter migratório, a adultização e o envelhecimento precoce como fatores que institucionalizam a descontinuidade do atendimento.

Apoiada por Heller (2004), entendemos que é necessário tratar esses sujeitos sob sua singularidade, particularidade e genericidade humana, um processo dialético de olhar, ao mesmo tempo, o sujeito em si, o sujeito em seu grupo e o sujeito em sua humanidade. Ou seja, colocarmos luz sobre: 1) a relação única que cada pessoa estabelece com a situação de rua, por meio da escuta; 2) as particularidades que marcam estes corpos no contexto brasileiro, por meio de um olhar sócio-histórico, e 3) sua humanidade, que vem sendo retirada pelo discurso hegemônico que associa a imagem social da pessoa em situação de rua como a figura do inimigo, do perigo, do fracasso e do próprio mal. Para tanto, trouxemos Sílvio Almeida com a reflexão da via colonial que instituiu o racismo como eixo

central na concepção violenta do Estado brasileiro e fez de nossa abolição um grande despejo, descartando a população negra à própria sorte.

Em seguida, registramos as proximidades entre a população em situação de rua e a população carcerária brasileira, evidenciando como a estrutura racista segue se sofisticando em novos mecanismos de dominação e extermínio. Passando pela concepção marxista de que houve uma massa de pessoas sobrando na formação das cidades pré-industriais que originaram o pauperismo, mas de que em países colonizados como o Brasil esse processo foi racializado, colocando então a perspectiva de classe e de raça no mesmo patamar. Incluindo aspectos da perspectiva de gênero, pudemos ver a perversidade da masculinidade que impele a situação de rua para homens que “perderam” sua honra, e a face mais cruel da misoginia reservada às mulheres em situação de rua, violência agravada em relação às pessoas transgênero no país que mais mata travestis no mundo, pelo 12º ano consecutivo.

Apontamos que as pesquisas mais recentes avançam em conceber o caráter produtivo da população em situação de rua e não apenas marcá-lo com o estigma da ausência e, depois, fizemos uma breve passagem pelo estigma do usuário de drogas e da chamada “Guerra às drogas”, a face mais explícita da criminalização da pobreza e a justificativa que tem autorizado a letalidade do Estado. Concluimos então que não haverá trabalho social de horizonte emancipatório que não passe pela disputa dessa imagem social ou, em outras palavras, pelo exercício de contar a outra versão da história.

Ainda neste capítulo, no ponto dois, apresentamos a contradição presente no Estado que regulamenta as políticas sociais a partir de uma tensão entre a imposição do capital, que objetiva manter as pessoas vivas e trabalhando, somada à pressão da classe trabalhadora para que o Estado assuma seu papel protetivo e forneça melhores condições de vida. Constatamos a centralidade da política de Assistência Social no atendimento da população em situação de rua e expusemos, com auxílio das autoras Ivanete Boschetti e Maria Eloisa Santiago, seu paralelismo permanente com a caridade e sua desestruturação a partir da privatização e sucateamento dos serviços públicos, bem como os malefícios da focalização nos benefícios como estratégia central da Assistência Social.

Abro o segundo capítulo tratando dos desafios ainda atuais de superarmos no Serviço Social as posturas fatalistas e messiânicas, apresentando três estratégias

aliadas na resistência ao processo de alienação: a formação permanente, a participação/promoção de espaços coletivos e a interdisciplinaridade.

Neste momento de conclusão, aproveito para confrontar estes três pontos apresentados com seus desdobramentos na relação com a comunicação.

Se pensarmos a estratégia de formação permanente atrelada à discussão da comunicação, encontramos caminhos próximos e tangíveis, como a ampliação do contato com ferramentas e capacitação para competências comunicativas; o desenvolvimento de unidades curriculares optativas nos cursos de graduação; grupos de estudo, pesquisa e extensão; a inclusão de novos formatos e mídias para montagem de aula, apresentação de trabalhos e avaliações; oficinas pontuais; e materiais complementares específicos que possam oportunizar a aproximação com o campo da comunicação, para todos os profissionais e futuros profissionais do Serviço Social.

Em relação à participação e promoção de espaços coletivos, entendo que esse “estar com o outro”, estabelecendo conexão e possibilidade de construção coletiva, é parte estruturante da lógica de combate a desigualdade.

Ora, se a palavra "comunicar" significa "tornar comum, fazer saber", e se todas as pessoas têm direito a saber, a conhecer seus próprios direitos, a exercer sua cidadania, a se expressar, está claro que a luta pelo direito à comunicação precisa ser um compromisso assumido por assistentes sociais, profissionais que lidam cotidianamente com o processo de mediação para o acesso a direitos pela população. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011, p. 7)

Na sequência, se observarmos a interdisciplinaridade dentro do panorama Serviço Social e Comunicação, o melhor dos cenários seria a possibilidade de contratação de profissionais da área em algumas de nossas ações. Entretanto, a realidade mostra que com frequência não poderemos contar sequer com uma equipe mínima multidisciplinar, e que ainda mais raro será trabalharmos em espaços que terão profissionais da comunicação na composição destas equipes. Um caminho alternativo, que além de extremamente potente, é também mais factível, é o exercício de descoberta e valorização das experiências e competências dos sujeitos com os quais trabalhamos. O que este usuário sabe e gosta de fazer? Ele tem alguma habilidade que possa ser estimulada e coletivizada?

Todas estas reflexões têm em comum a urgência de que o Serviço Social siga no esforço de unidade entre as três dimensões do trabalho profissional: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, formando, portanto, profissionais que essas articulem capacidades.

Na sequência apresentamos certa negligência com a dimensão técnico

operativa e apontamos como a falta de mediações para materializar o pensamento crítico pode interromper a ciclicidade da práxis. Pensando em contribuições que existam na interface Serviço Social e Comunicação, apresento um panorama do debate dentro da profissão concluindo que temos avançado nas últimas décadas, mas ainda temos um longo caminho pela frente, assumindo a linguagem como instrumento fundamental, a expressão como direito humano e a dimensão política da comunicação, que a coloca como espaço de reprodução e perpetuação da hegemonia e, portanto, passível de disputa.

Encerro o segundo capítulo apontando que a construção coletiva de uma mídia independente pode ser um caminho que agregue diversos objetivos da profissão: coloca o acúmulo ético-político para fora da categoria, promove a informação e a democratização do conhecimento, reabre a disputa de narrativa da imagem social dos sujeitos atendidos, amplia o repertório de ferramentas do profissional e reivindica a quebra da hierarquia ao propor um espaço de metodologias cooperativas que promovem participação e engajamento político.

Aqui é importante frisar que o instrumento em si não tem intencionalidade e que a mídia independente, como qualquer outro instrumento, não carrega em si nenhuma proximidade com nosso projeto ético-político, nem relação direta com nossos objetivos profissionais, mas que pode, dependendo da condução de seu uso, ser espaço para tanto.

No terceiro e último capítulo desta pesquisa, reconstruímos a história de nascimento do Jornal Vozes da Rua atravessando a narrativa por imagens que auxiliam na assimilação do processo e pelas entrevistas coletadas, com uma assistente social e um usuário da rede de serviços socioassistenciais, ambos componentes da equipe do Jornal Vozes da Rua.

Apesar de textualmente retornar poucas vezes ao trabalho profissional, entendo que a demonstração do percurso seja suficiente para apresentá-lo como possibilidade ao Serviço Social. Uma narrativa que evidencia como um instrumento, ainda muito pouco utilizado no Serviço Social, se aplicado de forma alinhada às diretrizes da profissão, pode ser articulador e potencializador de tantos outros movimentos, de formação, de reflexão, de publicização de demandas, de organização política e de posicionar assistentes sociais e usuários como narradores da história. Um movimento que entendemos gerar ecos na imagem social da população em situação de rua para com a sociedade, o Estado, os profissionais que os atendem e com ela mesma.

A conclusão deste trabalho só foi possível quando aceitamos que a perspectiva trabalhada extrapolou os contornos do Serviço social, e o objeto primordial de análise se tornou a reconstrução da história do Jornal Vozes da Rua, fornecendo então elementos para pensar a profissão, a partir da experiência como estagiária no Serviço Especializado de Abordagem Social, e na vinculação com uma supervisora que também entendeu essa construção como parte do trabalho profissional.

Mais do que organizar e analisar a experiência de criação de uma mídia independente, acredito que o trabalho aqui desenvolvido oportunize também que a experiência seja replicada ou utilizada como inspiração em outros espaços.

Os subtítulos anunciam o caminho de minha atenção. Percebo neste trajeto pontos fracos como a ausência de um saber específico em jornalismo e da compreensão do *ethos* de uma mídia independente, a composição majoritariamente branca, e alguns deslizes na utilização de linguagens ora institucionais demais, ora acadêmicas demais, pontos que podem ser superados com alguns ajustes, perante a certeza de que o projeto é potente e da riqueza de ter em seus princípios a escuta, a construção coletiva, a participação política, o fortalecimento de redes e a priorização da vida e dignidade humana acima de qualquer outro interesse.

O ponto ambíguo é o de sermos um movimento recente, o que coloca a falta de experiência, maturidade, e a dificuldade de não conseguir definir ainda muito bem o que somos e como iremos trabalhar, ao mesmo tempo, que coloca o calor de termos um mundo de possibilidades pela frente, sem muitas amarras de vícios e práticas automatizadas. Entendo que um risco que se destaca é o de cuidarmos para não institucionalizar ou burocratizar nossos espaços, tendo sempre em mente que o caráter popular é nossa maior riqueza e que o espaço de organização política precisa ser um espaço de promoção de saúde e não de adoecimento, e o risco de sermos cooptados por interesses escusos, já que o JVR tem ampliado a cada dia seu alcance e influência.

Antes de fechar, preciso ressaltar o quanto o contexto de desenvolvimento dessa pesquisa é totalmente atípico. Escrevo essa conclusão após ouvir a notícia<sup>32</sup> de que o Brasil registrou hoje (28 de fevereiro de 2021) o maior número de mortes por COVID-19 desde o início da pandemia. Faz um mês que o Brasil tem média móvel acima de 1.500 mortes diárias por COVID. O cenário em vários estados é de superlotação em hospitais, filas por leitos de UTI e risco iminente de colapso na rede

---

<sup>32</sup> Episódio “O pior momento da pandemia” In Podcast Café da Manhã. Fonte: Folha de São Paulo. 01 de março de 2020. Disponível na plataforma Spotify.



de saúde. De acordo com o último relatório da Fiocruz (2020), sete capitais têm UTIs com lotação acima de 80%. A vacinação caminha a passos lentos. O governo segue sua administração e discurso genocida e a população em situação de rua segue como alvo da triste ironia de não ter casa quando a indicação para “ficar em casa” é a principal estratégia de sobrevivência repetida pelos quatro cantos do mundo.

As previsões são desastrosas e nesse momento entendo que precisamos mais do que nunca reforçar o SUS - Sistema Único de Saúde, defendendo sua existência e ampliação de recurso para gerir a crise, reforçar o SUAS e as medidas de apoio social, como a retomada do auxílio emergencial, proteger os profissionais que não saíram de seus postos de trabalho desde o início da pandemia, informar e publicizar riscos e cuidados, pressionar o poder público para que viabilize condições mínimas, e, no trabalho com a população em situação de rua, repetir, repetir e repetir, que essas vidas também importam.

Quando questionados sobre como a sociedade enxerga a população em situação de rua, nossos dois entrevistados bateram na chave visibilidade X invisibilidade, frequentemente usada para pensar o tema.

Antes [...] eu dizia: “invisível coisa nenhuma”, Mas de fato eles são invisíveis, a POP rua é invisível para a cidade porque é um tipo de marginalização, e é doloroso perceber que é apenas por uma questão de grana. As pessoas estão na rua apenas porque não têm uma condição de trabalho, de estudo [...] No momento em que aceitarem que existe a população em situação de moradia de rua, verão que qualquer um poderá entrar nesta situação. Seu filho, sua filha, seu amigo... pode perder o emprego, ficar sem nada. (Entrevistado 2)

[...] eu na verdade acho que a população de rua não é invisível para a cidade, eu acho que ela é muito vista e é vista com incômodo, como se fossem opções individuais as pessoas viverem nas condições que elas vivem, uma perspectiva de criminalização. Então quando as pessoas falam: “ah, a população em situação de rua é invisível e tal”, ela é invisível para quem? [...] acho que é justamente o fato de não ser invisível para o Estado, e dele não ter o interesse de garantir os direitos, que faz ela ser muito vista e aí é uma opção eu dizer que não tô vendo, que esse fenômeno ele não tá aí. (Entrevistada 1)

A conclusão que chego é de que a população em situação de rua não só não é invisível, como é composta por pessoas que tem desejos, histórias, constroem e movem coisas, e querem não só viver, mas viver bem, o que definitivamente precisamos compreender coletivamente que não é pedir demais. O trabalho das assistentes sociais precisa admitir que está vigente uma narrativa hegemônica que vilaniza as pessoas que atendemos e que autoriza a desassistência, a violência, a discriminação e, no limite, a morte. Assim, tomarmos a construção de uma mídia

independente como ferramenta possível no trabalho profissional é assumirmos que faz parte de nossas atribuições entrarmos na disputa por outra narrativa. Muito se fala em dar voz a população em situação de rua, aprendi na execução deste trabalho, bem como na experiência que vivenciei ao longo dos últimos anos compondo o Jornal Vozes da Rua, de que não, não precisamos dar voz, voz eles já tem, precisamos dar ouvidos - e, se possível, microfones.

**E não há quem ponha um ponto final na história.  
Conceição Evaristo**

## **ANEXOS**

### **CARTA DE ANUÊNCIA**

O coletivo de pessoas físicas abaixo listadas, membros voluntários da equipe do Jornal Vozes da Rua, projeto que não constitui existência jurídica, declaram ciência e autorizam por meio desta carta que a estudante **Mariana Lucio de Oliveira**, portadora do CPF 396763528-70, e também componente voluntária da equipe do Jornal Vozes da Rua, realize a pesquisa: **Comunicação e Serviço Social - A experiência do Jornal Vozes da Rua**, tendo o Jornal Vozes da Rua e a história de seu surgimento e desenvolvimento como objeto de estudo e, para tanto, concedendo livre acesso aos arquivos e registros de escritos, fotografias, videos, áudios e materiais produzidos durante as reuniões e atividades promovidas pelo Jornal Vozes da Rua, todos disponíveis em plataformas digitais as quais a estudante pesquisadora em questão já tem acesso.

**Santos, 29 de janeiro de 2021**

**Nome/CPF:**

LAURECI ELIAS DIAS / CPF 070.197.898-89

RUI OTANI PEREIRA / CPF 362.729.038-04

MARIA EDUARDA VALE OLIVEIRA / CPF 43759587828

SUELÍ DA SILVA / CPF 060.412.068-06

MARIA JOSÉ MUGLIA RODRIGUES / CPF 018.393.628-04

DÉCIO MARQUES MARDEGAN / CPF 862.706.646-91

NAYARA ALBINO GONÇALVES / CPF 40254227864

JADE DOS REIS COLPANI / CPF 437.821.548-94

ROBERTO CUESTA / 892.835.118-91

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
PARA VOLUNTÁRIOS DA PESQUISA “COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL - A  
EXPERIÊNCIA DO JORNAL VOZES DA RUA”**

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: **COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL - A EXPERIÊNCIA DO JORNAL VOZES DA RUA**. O objetivo dessa pesquisa é acompanhar e refletir a construção de um jornal popular, com ênfase na temática da população em situação de rua, articulado à rede de serviços socioassistenciais de Santos.

A produção dos dados será feita a partir de entrevistas, sendo considerados como potenciais participantes pessoas maiores de 18 anos que integrem a equipe do Jornal Vozes da Rua. Sua colaboração, autorizada por meio da assinatura deste termo, consistirá em participar de uma entrevista a ser realizada na praça Iguatemi Martins, Vila Nova - Santos, pela discente e pesquisadora Mariana Lucio de Oliveira, com duração aproximada de uma hora. A produção dos dados também será realizada através de diários de campo, arquivos e registros de escritos, fotografias,

videos, áudios e materiais produzidos durante as reuniões e atividades promovidas pelo Jornal Vozes da Rua, registrados e disponibilizados à discente por meio de carta de anuência, sendo ela própria componente da equipe e participante da frente de registros e informação do Jornal Vozes da Rua.

O termo está sendo disponibilizado em 2 vias originais, uma para ficar com o participante e outra para ficar com o pesquisador.

Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme resolução n. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – Brasília – DF. A participação nesta pesquisa não traz qualquer implicação legal, assim como não traz benefícios diretos para os participantes. Os riscos são considerados mínimos e podem se caracterizar como desconforto em responder alguma questão ou em aceitar alguma ação-intervenção. Existe o risco de perda de confidencialidade dos dados coletados, porém os cuidados serão tomados para assegurar que isto não ocorra.

Todas as informações obtidas a seu respeito neste estudo serão analisadas em conjunto com as de outros voluntários, não sendo divulgado qualquer identificação em nenhum momento sem sua ciência. Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento da totalidade dos dados.

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Se houver gastos, como transporte e alimentação, eles serão ressarcidos.

A qualquer momento e se for de seu interesse, você poderá ter acesso a todas as informações obtidas a seu respeito neste estudo ou aos resultados gerais. Ao término da pesquisa, as conclusões serão compartilhadas com o grupo de voluntários.

Em qualquer etapa da pesquisa você terá acesso à pesquisadora para esclarecimentos gerais: Mariana Lucio de Oliveira - telefone: (11) 995181497 - email: paramarilucio@gmail.com, ou com a orientadora deste projeto, Priscila Cardoso telefone: (11) 983697962 – email: prifgcardoso@gmail.com

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFESP - Rua Botucatu,

n: 740, 5 andar sala 557 Vila Clementino, 04023-062, tel: (011)-5571-1062; (011)-5539-7162. E-mail: cep@unifesp.br. Horário de atendimento telefônico e presencial: Segundas, Terças, Quintas e Sextas, das 09:00 às 12:00hs.).

### **DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE**

**Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações acima apresentadas. Compreendi quais são os objetivos, justificativa, procedimentos a serem realizados, bem como os riscos, a garantia da confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro que minha participação é voluntária e sem qualquer custo e que poderei retirar meu consentimento a qualquer momento sem penalidades ou prejuízos.**

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Nome e assinatura do voluntário(a)

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária esse Consentimento Livre e Esclarecido. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Mariana Lucio de Oliveira



## ENTREVISTA 1

Nome dos áudios: “17 de fev 11.43” e “17 de fev 11.45 “

Duração: 1:47 e 22:08

Total de páginas: 8

---

## PARTICIPANTES

**Mariana Lucio de Oliveira:** estudante de Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP);

**Entrevistada 1:** assistente social do Serviço Especializado em Abordagem Social de Santos e colaboradora do Jornal Vozes da Rua.

---

## TRANSCRIÇÃO

**Mariana Lucio:**

— Tá o seu nome, os seus dados todos eu já tenho, aí depois eu te dou o termo para assinar.

**Entrevistada 1:**

— Tá bom.

**Mariana Lucio:**

— Então vamos lá Entrevistada 1, qual a sua relação com o Jornal Vozes da Rua?

**Entrevistada 1:**

— Ah, eu acho que eu sou colaboradora do Jornal?

**Mariana Lucio:**

— Não tem certo e errado.

**Entrevistada 1:**

— Ok. É, eu acho que é isso, colaboradora.

**Mariana Lucio:**

— Tá. Conte a história da criação do Jornal Vozes da Rua e aponte os fatores que você vê como indispensáveis para que o projeto se realizasse.

**Entrevistada 1:**

— Bom, o que eu sei da história é que foi do processo de estágio seu, do estágio na abordagem, e daí seu vínculo com as pessoas em situação de rua, especificamente, com algumas pessoas a partir dos locais que você pode participar e ter vínculo... o Chá do Caetano e outros espaços também que proporcionou isso, né, o vínculo com as pessoas em situação de rua e com pessoas que tinham essa vontade de formar um meio de comunicação direto com a população em situação de rua, não só com ela, mas também que a própria população de rua pudesse falar, porque isso é mais importante do que ser um meio de comunicação para elas, né?! Então que falasse com elas, mas que elas também pudessem falar por meio dessa mídia.

[pausa]

**Mariana Lucio:**

— Continuando então. Quais você entende que sejam as principais funções sociais do Jornal Vozes da Rua?

**Entrevistada 1:**

— Eu acho que a função de comunicação. Mas acho que, para além de uma função de comunicação, acho que mais importante que isso é o processo de mobilização e organização das pessoas em situação de rua, junto com outros sujeitos sociais, né, então estudantes, trabalhadores da rede pública e privada com pessoas para além da política de assistência, mas especificamente com trabalhadores e usuários referenciados na política de assistência em Santos.

**Mariana Lucio:**

— Você entende essa ferramenta do Jornal como parte do trabalho profissional da assistente social?

**Entrevistada 1:**

— Entendo.

**Mariana Lucio:**

— Desenrola.

**Entrevistada 1:**

— Não, eu na verdade fiquei assim... na época que você foi fazer essa proposta, para que isso pudesse ser um projeto de intervenção do estágio, eu fiquei muito preocupada no sentido de como a gente poderia justificar isso como parte tanto das funções da política, né, que é a que eu trabalho, a política de assistência. Como que uma mídia para e com a população de rua era importante? Mas eu acho que do ponto de vista do trabalho profissional ele é importante no sentido de que a gente avança na perspectiva de não individualização dos atendimentos, em uma perspectiva que pudesse coletivizar os anseios, tanto que a gente tem, quanto as

peessoas que a gente atende, num sentido de processo organizativo mesmo, numa perspectiva de organização política das pessoas. Acho que a gente tem muita dificuldade, num geral, quando a gente tá nos espaços sócio ocupacionais, de pensar maneiras de materializar o que a gente defende enquanto projeto de profissão, porque a gente tem uma visão muito boa de um projeto de sociedade e de entendimento também do nosso trabalho, de uma perspectiva de estar alinhado com os sujeitos sociais que são atendidos nos locais que a gente trabalha, mas a gente tem dificuldade de coletivizar isso, então acho que o Jornal foi e tem sido uma possibilidade da gente provar que é possível a gente coletivizar o nosso trabalho, em uma perspectiva que extrapola aquele atendimento mais individualizado, de encaminhamentos mais comuns do nosso dia-a-dia, de documentação ou encaminhamentos para serviços, no geral, mas há a possibilidade da gente extrapolar inclusive essa relação da assistente social ali como detentora do poder e o usuário como aquela pessoa que vai buscar o assistente social que tem o poder ali de transformar, de certa forma, a sua vida. Mas eu acho que é isso, a possibilidade de, coletivamente, todo mundo, se colocar em patamares mais de igualdade, profissionais e usuários atendidos, no sentido de pensar o que tá errado e o que a gente pode fazer para melhorar ou mudar isso, que a gente entende que não é correto.

**Mariana Lucio:**

— Mas assim, você tá respondendo que entende o Jornal como uma ferramenta possível do trabalho do assistente social?

**Entrevistada 1:**

— Exatamente, sim.

**Mariana Lucio:**

— Mas você, se não me engano, fez a opção dos espaços do Jornal serem fora do seu horário de trabalho...

**Entrevistada 1:**

— Exatamente, porque quando a gente trabalha com processos de organização e mobilização, a gente também se choca com interesses diferentes. Então quando a gente discute, por exemplo no processo de formação mesmo, que o assistente social tem uma autonomia relativa nos seus espaços sócio ocupacionais, isso tem um pouco haver. Por que essa autonomia relativa? Porque os interesses das instituições, sejam elas inclusive públicas, não são, na maior parte das vezes, os interesses que a nossa profissão defende. Então eu acho que foram estratégias para que eu pudesse estar nesse lugar, contribuindo para a manutenção e construção desse espaço, mas também entendendo que eu sou uma pessoa que preciso trabalhar, sou uma trabalhadora e não posso também me colocar numa posição de um enfrentamento tão direto com pessoas que têm uma visão diferente, né?! Interesses diferentes.

**Mariana Lucio:**

— Tá certo, acho que tem muito a ver com a próxima pergunta: Você acredita que os seus colegas de trabalho e gestores enxergaram, e hoje enxergam, essa ferramenta como parte do trabalho profissional do assistente social?

**Entrevistada 1:**

— Acho que enxergam, seja numa perspectiva de compreensão e apoio, seja numa

perspectiva de entender que sim, faz parte do meu trabalho, mas eu posso questionar porque meus interesses são outros. É sinal de que é isso, de que a perspectiva de coletivizar, de se colocar num lugar diferente do que muitas vezes a gente se põe quando a gente tá ali no atendimento com as pessoas, que é num lugar de hierarquia, de superioridade muitas vezes, que o usuário, não é o interesse, no geral, das Instituições e isso se choca, no geral, com as expectativas que as Instituições têm. Porque é isso, né?! Eu tenho entendimento de que eu tenho que trabalhar no sentido da perspectiva da garantia de direitos mas, por mais que o serviço público exista para garantir esses direitos, não necessariamente os gestores e essas Instituições trabalham com essa perspectiva, no caso o empregador, os chefes.

**Mariana Lucio:**

— Então os seus colegas têm acordo com você, mas a gestão é a resistência?

**Entrevistada 1:**

— Quando a gente incomoda, sim.

**Mariana Lucio:**

— Tá. Qual você avalia que seja o impacto do Jornal Vozes da Rua no seu cotidiano profissional, na Instituição que você atua e na rede socioassistencial como um todo?

**Entrevistada 1:**

— Aí, eu acho que impacto... é o que você falou, né?! Acho que, do ponto de vista do meu trabalho, ele qualificou o meu trabalho e contribuiu para que eu tivesse uma perspectiva mais coletiva, fizesse debates mais profundos de entendimento sobre, enfim, os processos de desigualdade, sobre perspectivas que não são individuais, porque a gente entende, inclusive, que as políticas elas têm um limite e a política de assistência é isso, né?! A maneira até como ela se organiza, ela não uma política que, de fato tenha o interesse, por mais que ela diga isso nos seus manuais... de coletivizar, de organizar, de proporcionar autonomia, e eu acho que o Jornal contribui para que eu me insira nesse processo com os sujeitos atendidos pela política. O que mais?

**Mariana Lucio:**

— Você falou um pouco do impacto no seu cotidiano profissional...

**Entrevistada 1:**

— Isso.

**Mariana Lucio:**

— Agora no cotidiano da instituição em que você atua e na rede.

**Entrevistada 1:**

— Eu acho que é a mesma coisa! Porque é isso, do ponto de vista da rede, eu acho que a gente conseguiu fazer com que o Jornal tomasse um patamar de ser maior inclusive do que é o meu trabalho, mas de compreensão de que ele pode estar em todos os espaços da rede socioassistencial, e que ele foi bom para todos os espaços que ele pode estar. Então eu acho que quando a gente optou por fazer reuniões em vários serviços da rede socioassistencial, por mais pontuais que foram em alguns momentos, eu acho que a gente conseguiu, por exemplo, quando a gente vai na SEABRIGO e faz um debate sobre a questão racial lá, né, com Aurélia, né?! Que foi... aquilo é muito importante porque se não fosse aquilo lá, talvez o debate

não teria chegado para aquele conjunto de usuários e trabalhadores daquele serviço. E, para além disso, como que aquilo fortaleceu com que trabalhadores daquele lugar pudessem se colocar hoje enquanto parte da equipe do Jornal. Acho que serve para outros espaços da rede socioassistencial que a gente esteve... o próprio Centro POP, a SEACOLHE, acho que foi bom para os usuários e para os trabalhadores nesse sentido, de debates, mas também de fortalecer quem quisesse fazer parte disso, da construção desse processo.

**Mariana Lucio:**

— Na sua percepção, como a população em situação de rua vê o Jornal Vozes da Rua?

**Entrevistada 1:**

— Aí, eu acho essa pergunta difícil, viu?! Eu acho que vê sobre duas perspectivas: uma perspectiva de entendimento e compreensão de que se vincula a movimentos sociais, mas também a perspectiva de que ele está vinculado às Instituições de atendimento. E aí isso é também uma coisa que o Jornal vai ter que lidar, de pensar como isso vai se dar e qual a perspectiva que vai querer ter. E aí óbvio que eu tô falando do município de Santos, né?! Eu acho que quando o Jornal chega, mesmo que pontualmente, em outros lugares, né, que a gente pode fornecer o Papo Reto a partir de trabalhadores da rede, ou sei lá, de movimentos sociais e representantes dos movimentos sociais, eu não sei como isso chegou na rua, mas em Santos é essa relação aí, dupla. Tanto política, que tem um cunho de organização, mas também que faz parte das Instituições que atendem eles, e isso pode ser bom, mas também pode ser ruim.

**Mariana Lucio:**

— Na sua percepção, como a sociedade vê a população em situação de rua?

**Entrevistada 1:**

— Bom, eu na verdade tenho um pouco de dificuldade com esse debate da invisibilidade da população em situação de rua, né?! Porque eu na verdade acho que a população de rua não é invisível para a cidade, eu acho que ela é muito vista e é vista com incômodo, como se fosse opções individuais apenas as pessoas viverem nas condições que elas vivem, e uma perspectiva de criminalização, né?! Então quando as pessoas falam: “ah, a população em situação de rua é invisível e tal”, ela é invisível para quem? Eu diria que não é invisível nem para o Estado porque a gente fala que é invisível porque não acessa direitos, mas eu acho que é justamente o fato de não ser invisível para o Estado, e do fato do Estado não ter o interesse de garantir os direitos que as pessoas têm, que faz ela ser muito vista e aí é uma opção eu dizer que não tô vendo, que esse fenômeno ele não tá aí. Então acho que, infelizmente, é a perspectiva da criminalização da pobreza, das condições que as pessoas vivem ali como se fosse opções individuais as pessoas viverem nas condições que elas vivem.

**Mariana Lucio:**

— E qual você avalia que seja o impacto do Jornal Vozes da Rua no cotidiano da população em situação de rua?

**Entrevistada 1:**

— Eu acho que foi bom, assim, principalmente no ano passado no período da pandemia. Eu acho que foi um salto para o Jornal porque acho que foi o principal

agente mobilizador no acesso à informação da população em situação de rua. Porque a gente, de certa forma, conseguiu pensar meios das pessoas saberem o que é essa pandemia, o que é esse vírus, e de diversas estratégias, construindo redes para poder chegar nas pessoas, tendo informativos, sejam escritos ou falados, e pensando inclusive junto com elas as condições que elas teriam para se cuidar, porque é isso, né?! É uma contradição! “Fique em casa, mantenha o distanciamento, faça higienização, use máscara”, se a gente entende que as pessoas em situação de rua, muito antes, não tinham nem água para beber, quem dirá para fazer a higienização ou o fato do próprio distanciamento quando, muitas vezes, estar junto é sinônimo de proteção de outras violências. Então eu acho que é isso, que o Jornal teve um salto quantitativo e qualitativo no período da pandemia e que, inclusive, tomou uma proporção que superou, inclusive na minha opinião, a própria relação ali direta com a população em situação de rua, mas que passou a ser uma referência para muitos setores, vários setores sociais para além de Santos, no sentido, inclusive, de pensar os cuidados, o acesso e os cuidados em relação à COVID com a população em situação de rua. Então é isso, né?! Acho que esse último ano foi importante nesse sentido.

**Mariana Lucio:**

— Qual você avalia que seja o impacto do Jornal Vozes da Rua para o restante da sociedade?

**Entrevistada 1:**

— Aí, eu acho que tem sido positivo também. Eu acho que a gente ser um espaço onde reúne segmentos tão diferentes da sociedade, seja aí usuários, trabalhadores, o pessoal que faz aí caridade, os serviços da rede, o próprio legislativo do município... eu acho que teve um impacto importante e que construiu uma referência, no sentido de pensar essa pauta.

**Mariana Lucio:**

— Cite os pontos fortes do Jornal Vozes da Rua.

**Entrevistada 1:**

— Eu acho que os pontos fortes é a capacidade de construção de redes, a possibilidade de proporcionar informações de interesse da população de rua com a população em situação de rua, e a possibilidade de organização política, assim, né?! E de reflexão sobre o que é a população em situação de rua de uma maneira coerente com, por exemplo, o projeto de profissão que a gente defende no Serviço Social.

**Mariana Lucio:**

— E quais os pontos fracos do Jornal Vozes da Rua?

**Entrevistada 1:**

— Aí, eu acho que é isso, né? É um negócio muito novo que ainda precisa avançar em muitas coisas no sentido, inclusive, de entendimento sobre o que é. Então a gente é uma mídia. E como a gente vai lidar com isso? Eu acho que ninguém tem muita experiência sobre o que é fazer um jornalismo independente e, talvez, esse seja o ponto fraco, mas eu acho que isso a gente tem possibilidade, porque acho que tem a ver com o fato de ser muito novo. Novo de existência, mas também de experiência das pessoas que compõem e levam a frente isso e acho que isso gera contradições também no processo. É isso, a gente tem uma capacidade de construir



redes muito amplas, e redes muito amplas quer dizer que são pessoas com interesses muito diferentes. E eu acho que a gente ainda não sabe muito bem como lidar com isso e isso pode ser um perigo, no sentido de pra onde a gente vai e o que a gente vai ser porque, na minha opinião, o que a gente diz que a gente quer ser, né, numa perspectiva de defesa das pessoas em situação de rua, em algum momento, a gente vai ter que fazer uma opção de qual rede a gente vai fortalecer.

**Mariana Lucio:**

— Eu tenho que ficar controlando para não comemorar suas respostas.

**Entrevistada 1:**

— Eu acho que tá bem ruim, mas tudo bem.

**Mariana Lucio:**

— Não, tá maravilhosa! Falta pouquinho! Dentro das suas expectativas, descreva o Jornal Vozes da Rua daqui dois a cinco anos.

**Entrevistada 1:**

— Ah, minha expectativa é que a gente seja uma mídia, tipo ponte jornalismo, sabe?! Tipo aquela galera muito boa, assim, de tá alinhada com as pessoas em situação de rua e que as pessoas em situação de rua estejam nesse processo, acho que isso é o mais importante, né?! Porque essa é uma dificuldade e a pandemia colocou isso de uma maneira mais crucial, por que como a gente faz um Jornal com as pessoas em situação de rua de uma maneira virtual, sabendo que as pessoas não têm casa, quem dirá terão acesso à internet?! Então a minha expectativa é que a gente possa consolidar uma equipe que tenha pessoas em situação de rua e que essas pessoas, junto com a gente, possam ser agentes sociais alinhados com movimentos sociais, com partidos de esquerda, com sindicatos e tudo que faça uma defesa dos setores explorados e oprimidos. Essa é minha expectativa.

**Mariana Lucio:**

— O que mudou da edição número 0 até hoje?

**Entrevistada 1:**

— Ah, eu acho que mudou muito e com a pandemia, por pior que seja, ela foi boa no sentido de que melhorou a qualidade do material do ponto de vista da construção dele e do acesso que as pessoas vão ter, do fácil acesso, de ser uma linguagem mais acessível. Das pessoas, eu acho, se sentirem mais parte desse processo e acho que, dessa edição até agora, a gente se consolidou enquanto uma referência para vários setores da sociedade.

**Mariana Lucio:**

— Defina o Jornal Vozes da Rua em uma palavra.

**Entrevistada 1:**

— Nossa, difícil. Aí, eu acho que é esperança, né?!

**Mariana Lucio:**

— Show. Tem alguma pergunta que, quando você tava se preparando para essa entrevista e tal, você pensou e eu não fiz, ou que vem agora que eu deixei de fazer?

**Entrevistada 1:**

— Não, acho que não, até porque é semi-estruturado então eu posso ficar falando as coisas que eu quiser.

**Mariana Lucio:**

— Pode.

**Entrevistada 1:**

— Não tem não Mari.

**Mariana Lucio:**

— Obrigada Nay.

**Entrevistada 1:**

— Já acabou?

**Mariana Lucio:**

— Já. Quer falar mais?

**Entrevistada 1:**

— Não quero não, eu só sei falar sobre perguntas, eu não sou boa em construir uma...

**Mariana Lucio:**

— Um improviso.

**Entrevistada 1:**

— É.

## ENTREVISTA 2

Nome dos áudios: “16 de fev 12.08” e “16 de fev 12.23”

Duração: 14:39 e 4:50

Total de páginas: 6

---

## PARTICIPANTES

**Mariana Lucio de Oliveira:** estudante de Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP);

**Entrevistado 2:** colaborador do Jornal Vozes da Rua.

---

## TRANSCRIÇÃO

**Mariana Lucio:**

— Bom, vamos lá Entrevistado 2. Pergunta nº 1: Qual a sua relação com o Jornal Vozes da Rua?

**Entrevistado 2:**

— A minha relação com o Jornal Vozes da Rua é íntima, porque eu estava em situação de morador de rua, convivendo com o pessoal nestas mesmas condições e com os equipamentos que auxiliam e fazem um trabalho de restauração da autonomia profissional, essas coisas, e percebi que era necessário que houvesse uma comunicação. Isso foi quando houve um encontro lá em Brasília, patrocinado pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPSR), e eram muitas pessoas de todo o país e eu percebi que havia o descompasso entre um grupo e outro, aí ficou a ideia, apenas isso. Então é uma relação íntima.

**Mariana Lucio:**

— Pergunta nº 2: Conte qual a história da criação do Jornal e aponte quais os fatores que você vê como indispensáveis para que esse projeto se realizasse.

**Entrevistado 2:**

— Bem, o Jornal começou em uma reunião que era realizada no grupo Luiz Monteiro, que ele presta auxílio em nível espiritual. Havia um grupo chamado “Grupo das Quintas”, em que eram pessoas em situação de rua e alguns estudantes da Federal de São Paulo, da UNIFESP. Levantando discussões, foi feito esse comentário da possibilidade de haver alguma forma de comunicação, para e de, dessa população. E aí foi feito um contato com a Mari, a autora deste TCC, que ela decidiu levar adiante a ideia. A partir daí foi uma loucura, porque então várias pessoas foram se juntando, agrupando, e a ideia ficou muito além de ser apenas um jornal, mas de exercer efetivamente uma comunicação social para com um pessoal carente e quem fornece os serviços de assistência.

**Mariana Lucio:**

— Quais você entende que sejam as principais funções sociais do Jornal Vozes da Rua?

**Entrevistado 2:**

— É complicado porque fica um tanto difuso. A principal seria levar comunicação, levar informações, dados e, a partir daí, criar interação dentre o próprio pessoal de rua, a população de rua discutindo os assuntos que são abordados no Jornal e

também uma comunicação sobre os serviços que são prestados para essa parte da população da cidade todinha.

**Mariana Lucio:**

— Como você avalia que seja o impacto do Jornal Vozes da Rua na sua vida?

**Entrevistado 2:**

— Na minha vida... não mudou não. Não mudou muito na minha vida não. Eu fico contente em perceber que ele conseguiu aglutinar pessoas, e isso na minha vida deveria causar um impacto bom, positivo, entretanto não é somente isso. Não é por apenas esse fato. Eu fico feliz porque foi uma ideia que funcionou em pouco tempo, apenas isso. Acho que é a questão daquela coisa, você faz um bonequinho e ele anda.

**Mariana Lucio:**

— Próxima?

**Entrevistado 2:**

— Próximo.

**Mariana Lucio:**

— E qual você avalia que seja o impacto do Jornal Vozes da Rua no cotidiano da população em situação de rua?

**Entrevistado 2:**

— Ainda é pequeno porque deveria haver uma interação também com atividades, fora a leitura do Jornal, ou seja... encontros na rua para discussão com esse segmento da população, e também com os profissionais da área e com estudantes, tudo o mais, mas isso não foi possível ser efetivado. Porém o Jornal, eu sei disso porque eu faço algumas entregas presenciais, eu percebo que eles ficam ansiosos e já começam a discutir nos grupos, nas filas de pegar refeição e coisa e tal, que é geralmente onde eu distribuo, eles já começam a apontar, a discutir e conversar, é muito legal, muito legal mesmo! Mas o impacto ainda não chegou de uma forma efetiva.

**Mariana Lucio:**

— Você entende o Jornal Vozes da Rua como uma ferramenta de trabalho para assistentes sociais? Sim ou não e por quê?

**Entrevistado 2:**

— É sim e não. Sim, porque... sim, quando estas e estes profissionais fazem parte do nosso grupo que interage com o Jornal. E não para os profissionais que não são participativos, porque eles não têm o acesso às informações das conclusões a que chegamos. Eles obtêm a informação da mesma forma que os moradores de rua: lendo. Com a diferença que eles possuem mais cognição para discernimento, é a única diferença. Mas de forma efetiva, não.

**Mariana Lucio:**

— Tá... Na sua percepção, como a população em situação de rua vê o Jornal Vozes da Rua?

**Entrevistado 2:**

— Eles gostam, eles acham que têm uma certa representatividade, apesar de não serem participativos até pelo que eu já mencionei antes, porque não houve essa

eficácia da participação popular. Mas eles gostam, aguardam e sempre perguntam! Sempre! E sempre estão esperando alguma coisa nova.

**Mariana Lucio:**

— Certo. Na sua percepção, como a sociedade vê a população em situação de rua?

**Entrevistado 2:**

— Hm. Antes havia uma coisa que falavam, que a POP rua era invisível. Eu até discutia isso, dizia: “invisível coisa nenhuma”. Bom, olha só, todo mundo fala da POP rua! Principalmente agora na pandemia, todo mundo fala de POP rua! Mas de fato eles são invisíveis, a POP rua é invisível para a cidade porque é um tipo de marginalização e é doloroso perceber que é apenas por uma questão de grana. As pessoas estão na rua apenas porque não têm uma condição de trabalho, de estudo... geralmente é por uma falta financeira! Não é por loucura ou por algum tipo de doença mental. É uma questão social de fato. Cheguei a responder?

**Mariana Lucio:**

— Acredito que sim. Quer que eu repita a pergunta?

**Entrevistado 2:**

— Depois a gente volta.

**Mariana Lucio:**

— Tá, no final a gente volta para essa então.

**Entrevistado 2:**

— Certo.

**Mariana Lucio:**

— Cite os pontos fortes do Jornal Vozes da Rua.

**Entrevistado 2:**

— Sítio do Pica-Pau Amarelo... cite os pontos fortes... sítio do pica-pau amarelo! Aquele passarinho da imaginação.

**Mariana Lucio:**

— É cite com “c”, faltou esse detalhe [risos]

**Entrevistado 2:**

— Pode repetir a pergunta?

**Mariana Lucio:**

— Cite os pontos fortes do Jornal Vozes da Rua.

**Entrevistado 2:**

— O alcance junto a essa população estigmatizada. Apesar de ser, para muitos, ser apenas um papelzinho a mais, mas o grau de informação e o grau, o nível de compreensão por parte de quem lê o Jornal Vozes da Rua é bom, é muito bom! De certa forma eu creio que interfere nas decisões que eles possam vir a tomar.

**Mariana Lucio:**

— E quais os pontos fracos do Jornal Vozes da Rua?

**Entrevistado 2:**

— Devido a esse problema que houve, pela pandemia, essa interatividade com o seu público alvo.

**Mariana Lucio:**

— A minha pesquisa, ela vai até o lançamento do número 0, depois tem um capítulo à parte sobre tudo que mudou. Então a pergunta é: O que mudou desde a edição número 0 até hoje, no Jornal Vozes da Rua?

**Entrevistado 2:**

— Em termos gráficos, tudo! Porque era um Pasquim de oito páginas e agora virou um folheto com duas dobraduras. Colorido, lindo para danar, e com informações mais pontuais. Anteriormente, o formato dele permitia ter grande abrangência, e esse formato novo, ele pode ser mais segmentado, pegar um determinado assunto e desenvolvê-lo quase à exaustão, para poder até mesmo ter replicância em um outro momento. E agilidade da divulgação porque, por estar em formato menor, ser facilmente enfiado no bolso da calça ou numa mochila, ele permite ser compartilhado com mais rapidez.

**Mariana Lucio:**

— Essas mudanças que você falou são sobre o Jornal físico, né?

**Entrevistado 2:**

— Sim, mas agora sobre a equipe... a equipe do Jornal cresceu! Dentre esses integrantes da equipe, têm pessoas de várias áreas, dentro do âmbito social, do âmbito de formação e, principalmente, do âmbito dos serviços da Prefeitura, dos serviços públicos. Então esse aumento de seu contingente facilitou a conversa, tanto que agora temos até a possibilidade em formar grupos de trabalho dentro do Jornal, ou seja, cada grupo se especifica em um determinado assunto e vai, e trabalha. Então isso é muito grande, é praticamente uma equipe de reportagem, bem diferente de antes que ficava cabendo apenas a uma pessoa.

**Mariana Lucio:**

— Não vou contar para quem está ouvindo a gravação para quem ele olhou, ein? Vamos lá! Agora, cuidado, ein? Medo de fazer essa pergunta para o Entrevistado 2 com a sua expansão intelectual. Dentro das suas expectativas, descreva o Jornal Vozes da Rua daqui a 10 anos.

**Entrevistado 2:**

— Eu prefiro descrever daqui a dois anos... de dois a cinco anos.

**Mariana Lucio:**

— Tá bom! Dois a cinco anos tá bom.

**Entrevistado 2:**

— De dois a cinco anos, eu penso que ele terá uma sede fixa e será uma organização social, ainda não está definido o formato e, com alguma ousadia, eu acredito que ele possa ser publicado em português, espanhol, inglês e hebraico. E talvez chinês.

**Mariana Lucio:**

— Última pergunta: Defina o Jornal Vozes da Rua em uma palavra?



**Entrevistado 2:**

— Voz.

**Mariana Lucio:**

— No singular?

**Entrevistado 2:**

— Vozes.

**Mariana Lucio:**

— Acho que eu interfeirei nessa resposta.

**Entrevistado 2:**

— Mas você sabe que seria essa... tanto que meu email é “vozes”, né?!

**Mariana Lucio:**

— Sim. Ok, vou parar aqui.

[pausa]

**Mariana Lucio:**

— Então voltando à questão número 8, na sua percepção, como a sociedade vê a população em situação de rua?

**Entrevistado 2:**

— Então, eu havia respondido parcialmente sobre os invisíveis. Mas agora sobre como a população vê quem está em situação de rua, com cuidados referentes ao asseio, referentes à agressões e, com uma coisa que é muito, muito pior, que eu chamo de relutância. Porque no momento em que aceitarem que existem a população em situação de moradia de rua, eles verão que qualquer um poderá entrar nesta situação. Seu filho, sua filha, seu amigo... pode perder o emprego, ficar sem nada e aí... só que aí, esse medo, ele não está incutido de forma tão determinante. Agora, com o crescimento desproporcional das pessoas que estão indo morar nas ruas, isso está ficando mais evidente: pode acontecer com qualquer um. Até com Abílio Diniz [risos], não, com ele talvez não.

**Mariana Lucio:**

— Vou aproveitar e acrescentar uma pergunta, aproveitando que a gente retomou, quais você pensa que sejam os principais impactos da pandemia para quem está em situação de rua?

**Entrevistado 2:**

— Os impactos da pandemia para quem está em situação de rua são imensos, primeiro porque existe uma certa ignorância. A palavra é essa! Ignorante, que significa, não conhecimento. Então eles não têm conhecimento do que é, de fato, o risco da coisa do compartilhamento social. Então falam, fumam, bebem... a coisa é totalmente escancarada, porque não têm essa visão e porque até mesmo devido às condições de vida e de higiene, e a falta de assistência social, o impacto dessa crise poderá ser totalmente mortífera para esse pessoal, mas nós não temos índices porque a população em situação de rua não é contada então, quem morrer, nunca saberemos. Infelizmente, essa é a realidade. Nunca teremos um número preciso como temos de crianças ou de pessoas que são internadas em hospitais, nunca saberemos.

**Mariana Lucio:**

— Entrevistado 2, sabendo que eu faria esta entrevista com você sobre o Jornal Vozes da Rua, tem alguma pergunta que você gostaria que eu tivesse feito e que eu não fiz?

**Entrevistado 2:**

— Sim.

**Mariana Lucio:**

— Qual?

**Entrevistado 2:**

— A mesma que você fez para mim, que eu vou mudar. Você perguntou como eu achava que seria daqui a dez anos e tal.

**Mariana Lucio:**

— Isso, que a gente mudou para de dois a cinco anos.

**Entrevistado 2:**

— É, então. Respondendo de uma outra forma um pouquinho mais ambiciosa, eu gostaria que o jornal vozes se tornasse um meio efetivo, efetivo mesmo, todo dia, sempre, que tivesse ao alcance de todos, não apenas ao alcance da população em moradia de rua, mas de todos, simplesmente todos, ou seja, que fosse algo para ser divulgado nos noticiários radiofônicos, televisivos e tudo mais, apenas isso. Da mesma forma que se fala do negro, da mulher do bandido, que se fale sobre a população em situação de moradia de rua.

**Mariana Lucio:**

— Perfeito.

### **Registro Pré-Conferência – População em Situação de Rua**

A Pré-Conferência de População em Situação de Rua, que foi realizada pela primeira vez no município de Santos, com temática específica para esta população, fez parte do evento em Comemoração do Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua (19 de agosto), cuja programação incluiu as seguintes atividades: corte de cabelo; vacinação de cães e gatos; almoço; plantões de orientação sobre Saúde, Assistência Social e Sócio jurídico; plantão de atendimento psicológico e odontológico; avaliação postural; aferição de pressão arterial; projeto “Geloteca”, com grafite e leitura; oficina de malabares; espaço de jogos (dama, xadrez, dominó e ping-pong); roda de música e cinema.

O evento foi realizado no dia 29/08/2019, das 8:00 às 21:00.

A Pré-Conferência teve início às 10:32, na Praça Iguatemi Martins, s/ n. (Praça Nagasaki), contando com a presença de 221 inscritos, de acordo com a lista de presença que segue em anexo.

Primeiramente foi explicada a metodologia a ser utilizada na Pré-Conferência pela estagiária de Serviço Social Maria Eloísa Santiago, sendo 15 minutos para a Abertura; 15 minutos para a checagem das deliberações da Conferência Municipal de 2017; 01 hora para o levantamento e debates das propostas a serem encaminhadas para a Conferência Municipal e 15 minutos para a escolha dos delegados.

A Abertura foi realizada pelo Coordenador Estadual do Movimento de População em Situação de Rua, Sr. Edvaldo Gonçalves, que falou sobre o Movimento e o seu crescimento internacional. Também falou sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a importância da representação pelo segmento dos usuários no Conselho Estadual de Assistência Social (CONSEAS).

Foi feita uma explicação sobre o que é uma Pré-Conferência.

Em seguida Maria Eloísa Santiago referiu que todas as propostas da Conferência Municipal de 2017 relacionavam-se a com as questões da População em Situação de Rua, mas apenas uma era de ordem direta:

*“Que a Secretaria de Assistência Social implante Centro Especializado de Assistência Social para População de Rua – Centro Pop na Zona Noroeste, com execução direta”.*

Foi feita apenas a checagem sobre a esta única proposta. As outras seriam posteriormente discutidas com os delegados escolhidos para a Conferência Municipal. Não houve a execução desta deliberação, o microfone foi aberto, e foi avaliada que não há a necessidade da implantação deste serviço.

A seguir, foi explicado que as 14 propostas para este ano, que estavam escritas nos cartazes haviam sido levantadas pelos serviços: Centro Pop, SEACOLHE-AIF e Luiz Monteiro de Barros. Estas propostas foram lidas e o microfone foi aberto. Também foram distribuídos papéis para as pessoas que desejassem escrever as propostas, ao invés de falar no microfone.

Propostas Aprovadas:

- Acolhimento para mulheres em situação de rua com execução direta;
- Adesão do Município à Política Nacional da População em Situação de Rua (Criação do comitê intersetorial da população em situação de rua e minuta para o projeto de lei para política municipal da População em Situação de Rua);
- Convênio Senai/Senac para oferta de cursos;
- Programas de inserção no mercado de trabalho;
- Ampliação do número de vagas do Projeto Fênix;
- Isenção de passagem do ônibus para desempregados;
- Salas de informática nos serviços Copros-Pop;
- Disponibilidade de vagas para acolhimento de migrantes;
- Contratação de oficineiros para os serviços Copros-Pop;
- Implantação de casa de convalescência;
- Adequação do Seacolhe-Aif para acolher a demanda do Município;
- Construção de Moradia popular para a população em situação de rua;
- Capacitação dos profissionais do SUAS para atender questões de saúde mental;
- Adequação e ampliação de recursos humanos e físicos do Centro Pop e Equipe de Abordagem para aumento do número de atendimentos;
- Atenção e cuidado aos idosos em situação de rua;
- Criação de um espaço para a população LGBT que se encontra em situação de rua;
- Fim da truculência e impunidade por parte de “alguns” agentes principalmente por parte da GCM as pessoas em situação de rua;
- Adequação dos serviços de acolhimento com capacidade de receber as pessoas em situação de rua com seus animais;
- Banheiros públicos químicos, principalmente na região do Mercado Municipal.

#### ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL ANTES DO PIA ALUGUEL SOCIAL PARA POP RUA

A última parte da Pré-Conferência foi a escolha dos delegados.

Foram 22 delegados de acordo com o número de inscritos, respeitando-se o número de 01 delegado para cada 10 inscritos.

Segue a listagem em anexo.

Os trabalhos foram encerrados ao meio dia.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Rubens. **De vestígios e de poder: não adianta maquiar o minhocão, a cracolândia anda.** In: Taniele Rui; Mariana Martinez; Gabriel Feltran (orgs.). *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: Edufscar, 2016. p. 197-221.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018. 204 p.

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra pessoas TRANS em 2019**. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: 4 de janeiro de 2021.

BARROCO, Maria Lucia. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político.** *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2011, n.106, pp.205-218. ISSN 0101-6628. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000200002>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000200002&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000200002&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BITENCOURT, Caroline Müller e PASE, Eduarda Simonetti. **A necessária relação entre democracia e controle social: discutindo os possíveis reflexos de uma democracia “não amadurecida” na efetivação do controle social da Administração Pública.** *Rev. Investig. Const.*[online]. 2015, vol.2, n.1, pp.293-311. Epub Apr 15, 2019. ISSN 2359-5639. <https://doi.org/10.5380/rinc.v2i1.43663>.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo : Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 144 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

BORTOLI, Suzana Rozendo. **Jorge Kanehide Ijuim: sobre o jornalismo humanizado.** ALTERJOR - Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP). Ed. 13. São Paulo, 2016.

BOSCHETTI, I. **Os custos da crise para a política social.** in: MIOTO, SANTOS, BEHRING e BOSCHETTI (org). *Capitalismo em crise: política social e direitos*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

BRASIL. Art. 203. **Constituição Federal de 1988.**

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. BRASIL. **Política Nacional para a População em situação de rua,** Decreto n. 7.053, 2009. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm)>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.

BROGNOLI, F.F. **Trecheiros e pardais: estudo etnográfico de nômades urbanos.** Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

BROIDE, Jorge. **A clínica psicanalítica na cidade.** In: Psicanálise nos espaços públicos / organizado por: Emília Broide e Ilana Katz. - São Paulo: IP/USP, 2019. 143 f.

BROIDE, Jorge. **À margem da vida.** Valor Econômico. 15 de maio de 2020. p. 12 - 15.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves; DOI, Doroth de Assis Schmidt. **Reflexões sobre a dimensão técnico-operativa na formação em serviço social.** Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017.

COGOY, Eliana Mourgues; KLOPP, Jaíne Paula. **A Comunicação como Direito Humano: caminhos para o fortalecimento do projeto ético-político profissional do Serviço Social.** Serviço Social & reflexões - UFSM: coletânea n. III/ Fernanda Nunes da Rosa Mangini (Dra.), Jairo da Luz Oliveira (Dr.) (organizadores). Bagé, RS: Faith, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS.** 2º ed. 2011. Disponível em: Acesso em: 5 fev. 2020.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO. **Convocada a Conferência Nacional Democrática de Assistência Social de 2019.** 18 jul. 2019. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/convocada-a-conferencia-nacional-democratica-de-assistencia-social-de-2019/>. Acesso em: 28 fev. 2021

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. ONU, 1948.

DE LUCCA, Daniel. **Morte e vida nas ruas de São Paulo: a biopolítica vista do centro.** In: Taniele Rui; Mariana Martinez; Gabriel Feltran (orgs.). Novas faces da vida nas ruas. São Carlos: Edufscar, 2016. p. 23-44.

ELY, Fabiana Regina. **Serviço Social e interdisciplinaridade.** In: *Revista Katálisis*, v. 6, n.1, Janeiro/Junho 2003. Florianópolis: p. 113 – 117. (Versão eletrônica)

FAUSTINO, Deivison Mendes. **Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro.** São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. **O Assistente Social na era das comunicações.** In: RUIZ, Jefferson Lee de Souza; SALES, Mione Apolinário (Org.). *Mídia, Questão Social e Serviço Social.* 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2011, p. 323 – 344

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). **Censo da população em situação de rua da cidade de Santos.** São Paulo: Santos, 2013.



- GADOTTI, Moacir. "A dialética: concepção e método" in: **Concepção Dialética da Educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990.
- GARDELLA, Édouard. **A urgência como cronopolítico: o abrigo para pessoas em situação de rua**. Novas faces da vida nas ruas / organizadores: Taniele Rui, Mariana Martinez, Gabriel Feltran. - São Carlos: EduFSCar, 2016. 378 p.
- GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. Rio de Janeiro: UCPA Editora, 2018.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991
- GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2014.
- HELLER, Ágnes. **O Cotidiano e a História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998
- IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.
- LIMA, Amanda Papadakis de Castro. **Mercado Municipal de Santos e seu entorno: Preservar para quem?**. Revista Ceciliana, Universidade Santa Cecília de Santos – Pós-graduação em Patrimônio Cultural: Memória e Preservação, maio 2012. Disponível em: <https://sites.unisanta.br/revistaceciliana/>. Acesso em: 13 ago. 2019.
- LOPES, Weber. **Racismo e eugenia na formação social brasileira e os impactos no surgimento do Serviço Social brasileiro**. Movimentos Antirracistas, Marxismo e Serviço Social. Youtube, 2020, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IROYO0RH8JM&t=2576s>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2021.
- MACEDO, Nathália Franco; KURKA, Anita Burth. **Pobreza e território usado: aproximações às estratégias de sobrevivência na Região Central Histórica de Santos**. Revista Emancipação, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/11029>. Acesso em: 22 fevereiro de 2021.
- MAGNI, C. T. **Nomadismo urbano: uma etnografia sobre os moradores de rua de Porto Alegre**. Porto Alegre: EDUNISC, 2006.
- MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira Martins; SILVA, Luiz Fernando da. *Linguagem e pensamento: a perspectiva marxista*. In: COELHO, Jonas Gonçalves; VICENTE, Maximiliano Martin (Org.). **Pensamento e Linguagem** – Subjetividade, Comunicação e Arte. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p. 39 – 58.

MARTINEZ, Mariana. **O consultório na rua e as novas formas de intervenção em cenários de uso de crack: o caso de São Bernardo do Campo**. In: Taniele Rui; Mariana Martinez; Gabriel Feltran (orgs.). *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: Edufscar, 2016. p. 281-301.

MATUMBI, Lazzo. **14 de Maio**. Composição: Jorge Portugal / Lazzo Matumbi. 2018. CD Baby (em nome de Lzz Music & Creative Mkt). 5:33min.

MINAS GERAIS. **Cartilha de Direitos Humanos do Morador de Rua**. Ministério Público de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/wp-content/uploads/2010/08/Cartilha+-+Direitos+do+morador+de+rua1.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2021.

MINAYO, M. C. de S. **Visão antropológica do envelhecimento humano**. In: SESC. *Velhices: reflexões contemporâneas*. São Paulo: Sesc/PUC-SP, 2006.

MNPR - Movimento Nacional da População de Rua. **Conhecer para lutar: cartilha para formação política**. Brasília, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. **A seguridade social em tempo de crise**. / Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes. São Paulo : Cortez, 1995.

NASCIMENTO, Ana Carolina Peixoto do. **“Agora eu Deito e Durmo Tranquilo”: cartografia de uma rede afetiva**. 2019. 98f. Dissertação (Mestrado em Ensino em Ciência e Saúde) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciência e Saúde, Palmas, 2019.

OLIVEIRA, Luciano Freitas de. **A construção das “populações-alvo” nas políticas públicas: o caso dos moradores de rua em São Carlos/SP**. p.67 - 88. In: Taniele Rui; Mariana Martinez; Gabriel Feltran (orgs.). *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: Edufscar, 2016.

OLIVEIRA, Mariana Lucio de. **Diário de campo: estágio obrigatório de serviço social II e III no Serviço Especializado em Abordagem Social**. 2019-2020. Santos: UNIFESP, 2020.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes**. 2013. 307 f. Dissertação (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2013. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15153/1/2013\\_CamilaPotyaraPereira.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15153/1/2013_CamilaPotyaraPereira.pdf). Acesso em: 21 de fevereiro de 2021.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Prefeitura de São Paulo divulga Censo da População em Situação de Rua 2019**. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sao-paulo-divulga-censo-da-populacao-em-situacao-de-rua-2019>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.

PROCC/FIOCRUZ; EMAP/FGV e colaboradores. **2º relatório Estimativa de risco de espalhamento da COVID-19 no Brasil e avaliação da vulnerabilidade socioeconômica nas microrregiões brasileiras**. Núcleo de Métodos Analíticos para Vigilância em Saúde Pública. 2020

RARA, Preta. **Falsa abolição**. Composição: Preta Rara / Negra Jack. 2013. 6:11min.

ROMEO, R.R., LEONARD, J., A., ROBINSON, S. T., WEST, M. R., MACKEY, A. P., ROWE, M. L. & GABRIELI, J. **Beyond the 30-Milian-WordGap:Children's Brain Function**. Psychological science, 2018.

SANTIAGO, Maria Eloisa. **A proteção social capitalista e a população em situação de rua da cidade de Santos**. 2020. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, São Paulo, 2020. SANTOS, Claudia Monica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013, 208 p. 2 ed.

SILVA, João Basco da. **“Malcolm X” e o racismo do capitalismo**. *Portal Geledés*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/malcolm-x-e-o-racismo-capitalismo/>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2021.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **CFESS MANIFESTA: Pelo direito à vida e dignidade da população em situação de rua**. Brasília, 19 de Março de 2012. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012\\_poprua\\_SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_poprua_SITE.pdf)>. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2021.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **(Des) estruturação do trabalho e condições para universalização da Previdência Social no Brasil**. 2011. 359 f., il. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 18 ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

TRINTA, Déborah Rio Fromm. **Deus e o diabo na terra do crack**. p. 245-266. In: Taniele Rui; Mariana Martinez; Gabriel Feltran (orgs.). *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: Edufscar, 2016.

UNIFESP. **Prefeitura de Santos e Unifesp apresentam relatório parcial do censo da população de rua em Santos**. Disponível em: <https://www.unifesp.br/campus/san7/todas-noticias/2301-relatorio-parcial-censo-populacao-rua-cidade-santos>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.

## LISTA DE FIGURAS

01 **Raízes**. 1943. Frida Kahlo.

02 **Me gritaron negra**. Victoria Santa Cruz. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RIjSb7AyPc0>

03 **La última cena**. 1989. Yeguas del Apocalipsis em documentário de Gloria Camiruaga.

04 Sem título. Laerte, 2020.

05 **O tráfico que a TV mostra e o tráfico que a TV não mostra**. Latuff, 2010.

06 **Conhecer a Imagem da Margem**. Veracidade, Mauro Neri. em Escola Estadual Loteamento das Gaivotas III, 2020.

07 **Feriado: Dia da Consciência Negra**. Angeli, 2006.

08 **Pandemia.** Angeli, 2009.

09 **“Santos - Terra onde a caridade é lei”.** Edição especial comemorativa do cinquentenário do jornal santista *A Tribuna*, em 26 de março de 1944 (exemplar no acervo do historiador Waldir Rueda) Disponível em: <https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0260l.htm>

10 Sem título. Angeli, sem data.

11 **Cueva de las manos** (Cova das Mãos). 9.000 anos (aproximadamente) em Santa Cruz, Argentina.

12 Foto da série **Bastidores**, Rosana Paulino, 1997.

13 Jornal **Lampião da Esquina**. 1970/80. Todas as edições disponíveis em: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2021.

14 Acervo **Jornal Vozes da Rua**, 2020.

15 Acervo da autora, 2019.

16 Charge extraída do Jornal Lampião da Esquina. Levi.

17 **População em Situação de Rua cobra políticas públicas em debate na Câmara dos Deputados.** Foto de Gabriel Paiva, 2019. Disponível em: <https://ptnacamara.org.br/portal/2019/08/22/populacao-em-situacao-de-rua-cobra-politicas-publicas-em-debate-na-camara-dos-deputados/>

18 **Rascunho do logo do Jornal Vozes da Rua.** Autor Rogério Ribeiro, 2019. Acervo JVR

19 **Rascunho do logo do Jornal Vozes da Rua.** Autor Rogério Ribeiro, 2019. Acervo JVR

20 **Versão final digitalizada do logo do JVR.** 2019. Acervo JVR.

21 **Cartão de visita.** 2019. Acervo JVR.

22 Fotografia da **Pré-Conferência Municipal de Assistência Social com tema População em Situação de Rua.** Praça Iguatemi Martins, Vila Nova, Santos/SP. Fotografia de Fatima Queiroz. 29 de agosto de 2019.

23 Panfleto de divulgação da **Pré-Conferência Municipal de Assistência Social com tema População em Situação de Rua.** Arte Mariana Lucio e Rogério Ribeiro. 2019.

24 População em situação de rua ocupa a Universidade São Judas durante Conferência Municipal de Assistência Social de Santos. 2019. Acervo JVR.

25 Cartão postal datado de "S. Vicente, 8/12/1919" e enviado a Liverpool, na Inglaterra. Mostra o antigo Mercado Municipal, o canal da bacia e suas catraias, tendo ao fundo o Monte Serrat.

26 Debate sobre questão racial no SeAcolhe-AIF Santos. Acervo JVR, 2019.

27 Facilitação gráfica para organização da edição de estreia do Jornal Vozes da Rua. 2019. Acervo JVR.

- 28 Facilitação gráfica para organização da edição de estreia do Jornal Vozes da Rua. 2019. Acervo JVR.
- 29 Equipe do JVR no auditório da Unifesp Carvalho de Mendonça. 2019. Acervo JVR.
- 30 Primeira entrevista. Décio entrevista Padre Júlio Lancelotti em 22 de setembro de 2019. Acervo JVR.
- 31 Componentes do GEPEX participam do lançamento do JVR. 2019. Acervo JVR.
- 32 Intervenção do GEPEX no lançamento do JVR. 2019. Acervo JVR.
- 33 Debate sobre questão racial no SeAbrigo-AIF Santos. 2019. Acervo JVR.
- 34 Faixa confeccionada em oficina no Centro POP para pré-conferência municipal de assistência social, 2019. Acervo JVR.
- 35 Crachás confeccionados em oficina no Centro POP para pré-conferência municipal de assistência social, 2019. Acervo JVR.
- 36 Stencil para divulgação confeccionado em oficina no Centro POP para pré-conferência municipal de assistência social, 2019. Acervo JVR.
- 37 Acróstico. José Sardinha. 2020. Acervo JVR.
- 38 Acróstico. José Sardinha. 2020. Acervo JVR.
- 39 Quadro “A depressão que habita”, de Thaís Helena Villar Modesto de Carvalho. 2019. Acervo JVR.
- 40 Capa JVR número 00. 2019. Acervo JVR.
- 41 Panfleto de divulgação do lançamento JVR. 2019. Acervo JVR.
- 42 Rogerio cortando lacre do primeiro lote do JVR número 00. 2019. Acervo JVR.
- 43 Mariana e Lena na banquinha de vendas JVR. 2019. Acervo JVR.
- 44 Divulgação da campanha de doação de livros para gelotecas. 2020. Acervo JVR.
- 45 Carnaval. Bloco Vozes da Rua. 2020. Acervo JVR.
- 46 Boletim Papo Reto sendo enviado para outros municípios. 2020. Acervo JVR.
- 47 CARDS desenvolvidos para campanha de gratuidade do Bom Prato. 2020. Acervo JVR.
- 48 CARDS para divulgação da audiência pública sobre retirada de pertences da população em situação de rua. 2020. Acervo JVR.
- 49 Campanha de arrecadação de lona de guarda-chuva para confecção de sacos de dormir. 2020. Acervo JVR.

## LISTA DE TABELAS

01 **Tabela Censo Pop Rua 2013.** In: Boletim Papo Reto nº 03. Santos: Jornal Vozes da Rua, 2020.

## LISTA DE MANCHETES

01 **15 anos após massacre, moradores de rua seguem sem amparo do poder público.** 2019. Fonte: Rede Brasil Atual. Disponível em:

<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/08/massacre-da-se-moradores-de-rua-seguem-sem-amparo-do-estado/> . Acesso em 18 de maio de 2020.

02 **Pelo 12º ano consecutivo, Brasil é país que mais mata transexuais no mundo.** Fonte: exame. 2020. Disponível em <https://exame.com/brasil/pelo-12o-ano-consecutivo-brasil-e-pais-que-mais-mata-transexuais-no-mundo/>

03 **Pandemia da Pobreza: Desemprego muda perfil da população de rua do Rio e de São Paulo.** 2020. Fonte: O globo. Acesso em 18 de julho. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/pandemia-da-pobreza-desemprego-muda-perfil-da-populacao-de-rua-do-rio-de-sao-paulo-24513036>

04 **5 bilionários brasileiros concentram mesma riqueza que metade mais pobre no país, diz estudo.** 2018 Fonte: G1. Acesso em 17 de junho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/5-bilionarios-brasileiros-concentram-mesma-riqueza-que-metade-mais-pobre-no-pais-diz-estudo.ghtml>

05 **Moradores de rua são acordados com jatos de água fria em SP, diz CBN.** 2017. Fonte: O Globo. Acesso em 25 de julho de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/moradores-de-rua-sao-acordados-com-jatos-de-agua-fria-em-sp-diz-cbn-21607407>

06 **Desemprego atinge 14,1 milhões de pessoas e informalidade cresce, diz IBGE.** Fonte: IG. Acesso em 22 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2020-12-29/desemprego-atinge-141-milhoes-de-pessoas-e-informalidade-cresce-diz-ibge.html>

07 **Fim do auxílio emergencial pode levar até 3,4 milhões para extrema pobreza.** 2021. Fonte: Estadão. Acesso em 25 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,fim-do-auxilio-emergencial-pode-levar-ate-3-4-milhoes-para-extrema-pobreza,70003576876>

08 **População em Situação de Rua cobra políticas públicas em debate na Câmara dos Deputados.** Fonte: PT na câmara. 2019. Acesso em 21 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://ptnacamara.org.br/portal/2019/08/22/populacao-em-situacao-de-rua-cobra-politicas-publicas-em-debate-na-camara-dos-deputados/>

09 **Suspensa convocação da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social.** 2019. Fonte: CONFETAM. Disponível em: <http://www.confetam.com.br/noticias/suspensa-convocacao-da-12-conferencia-nacional-de-assistencia-social-8843/>